

Anexo XIV

Processo de Pagamento da 8ª
medição P.I. e Reajustamento



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA ESTRUTURA E LOGÍSTICA - SINFI

Nº 03/2018

Protocolo n.: 462525/2018 Data: 06/09/2018 14:19

Governo do Estado de Mato Grosso

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Interessado(a): GUAXE CONSTRUTORA LTDA

Assunto: MEDIÇÃO DE OBRAS

Resumo: 8 (OITAVA) MEDIÇÃO PROVISÓRIA, DO CONTRATO N 3
89/2014, DOS SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO DE RODOVIA PAVI

Sector Origem: PROTOCOLO

Sector Destino: SUCEO - SUP. DE CONTROLE DA EXECUÇÃO DE

Volume: 1 de 1

18.000.692-0

151



Medição Provisória

Ao Ilmo Sr.

Eng.º Diogo Menezes Souza

Superintendente de Manutenção e Restauração de Rodovias Pavimentadas.

Nesta,

Assunto: **8ª (Oitava) Medição Provisória**

Ref. I.C. nº: 388/2014/00/00-SETPU

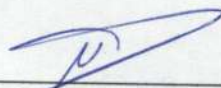
Através do presente, encaminho a V.Sª a 8ª (Oitava) Medição Provisória, dos serviços de Revitalização de Rodovia Pavimentada, na Rodovia: MT - 246 - Trecho: Entrª BR-163/364 (Trevo de Jangada) - Barra do Bugres, Sub-trecho: Ponte s/ o Rio Curupira - Barra do Bugres, Extensão: 45,245 Km após aferição em campo, estando apta para o procedimento de análise, de acordo com o valores firmados em contrato no Período: 01/maio/2018 a 31/julho/2018

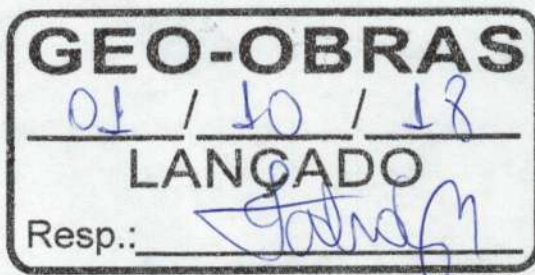
8ª (Oitava) Medição Provisória

Período 01/05/2018 a 31/07/2018

Barra do Bugres/MT, 01 de Agosto de 2018

Atenciosamente,


Engº Alaor Alveolos Zeferino de Paula
Fiscal Portaria nº 186/2017/SAOB/SINFRA
RNP Nº 1201344077



Medición Provisional

El presente informe muestra los resultados de la medición provisional de la producción industrial y de la construcción, correspondiente al primer trimestre del 2017.

La medición provisional de la producción industrial y de la construcción se realiza trimestralmente, con base en los datos de facturación de las empresas.

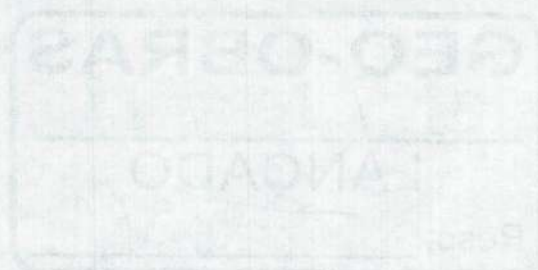
Los datos de la medición provisional de la producción industrial y de la construcción se expresan en millones de nuevos soles (MNS) y se refieren al primer trimestre del 2017. Los datos de la medición provisional de la producción industrial y de la construcción se expresan en millones de nuevos soles (MNS) y se refieren al primer trimestre del 2017.

El presente informe muestra los resultados de la medición provisional de la producción industrial y de la construcción, correspondiente al primer trimestre del 2017.

El presente informe muestra los resultados de la medición provisional de la producción industrial y de la construcción, correspondiente al primer trimestre del 2017.

El presente informe muestra los resultados de la medición provisional de la producción industrial y de la construcción, correspondiente al primer trimestre del 2017.

El presente informe muestra los resultados de la medición provisional de la producción industrial y de la construcción, correspondiente al primer trimestre del 2017.





• Contratos Revitalização de Rodovias

- Programa:
- Rodovia: MT - 246 ✓
- Trecho: Entrª BR-163/364 (Trevo de Jangada) - Barra do Bugres ✓
- Extensão: 45,245 Km ✓
- Firma: GUAXE CONSTRUTORA LTDA ✓
- Instrumento Contratual: I.C. Nº : 388/2014/00/00-SETPU
- Processo Original: Nº: 511984/2013/SETPU / 386417/2016 SAOB
- Prazo Contratual: 1536 Dias Consecutivos
- Término Previsto: 15/12/2018
- Ordem de I. de Serviços: 01/10/2014 ✓
- Data da Assinatura: 23/09/2014 ✓
- Data da Publicação: 23/09/2014 ✓
- Metas – Exercício:
- Natureza dos Serviços: Conservação, Restauração e Melhoramento do Meio Ambiente
- Valor Empenhado:
- Valor Contratual (PI): R\$ 18.540.312,52
- Edital nº: CP 030/2014

Engº Alaor Alvegos Zeferino de Paula
Fiscal Portaria nº 186/2017/SAOB/SINFRA
RNP Nº 1201344077

(Handwritten signature)

BOLETIM DE DESEMPENHO PARCIAL

ESTADO DE MATO GROSSO

FISCALIZAÇÃO:

Rodovia MT - 246
Trecho: Entrº BR-163/364 (Trevo de Jangada) - Barra do
Sub-Trecho: Ponte s/ o Rio Curupira - Barra do Bugres
Extensão: 45,245 Km

Firma: GUAXE CONSTRUTORA LTDA
Contrato Nº: I.C Nº 388/2014/00/00-SETPU
Data da Assinatura: 23/09/2014
Data de Aprovação: 23/09/2014
Ordem de Serviço Nº: SUOT/O.I.S./Nº 146/2014 de 01/10/2014
Prazo: 1536 Dias Consecutivos
Obra: • Contratos Revitalização de Rodovias

Desempenho relativo aos serviços da **8ª (Oitava) Medição Provisória**
Serviços Executados entre 01/05/2018 a 31/07/2018

A) Conceitos Atribuídos pela Comissão de Fiscalização

ITEM	CONCEITO				
	Excelente (0,9 à 1,0)	Bom (0,7 à 0,89)	Razoável (0,5 à 0,69)	Fraco (0,3 à 0,49)	Péssimo (0 à 0,29)
1) Equipamento		0,84			
2) Pessoal		0,83			
3) Instalações		0,87			
4) Cronograma Físico	0,91				
5) Qualidade dos Serviços	0,90				
6) Atend. À Fiscalização	0,90				
7) Administração da Obra	0,91				

Local/Data: Barra do Bugres/MT, 01 de Agosto de 2018

B) Desempenho

ITEM	Nota N	Pesos P	Produt. NxP	DESEMP. PARCIAL = (NxP) 10 8,82 = 0,88
1) Equipamento	0,84	1,50	1,26	
2) Pessoal	0,83	1,50	1,25	
3) Instalações	0,87	0,50	0,44	
4) Cronograma Físico	0,91	2,00	1,82	
5) Qualidade dos Serviços	0,90	3,00	2,70	Conceito: Bom
6) Atend. À Fiscalização	0,90	1,00	0,90	
7) Administração da Obra	0,91	0,50	0,46	
TOTAL		10,00		

Local/Data: Barra do Bugres/MT, 01 de Agosto de 2018


Engº Alaor Alveolos Zeferino de Paula
Fiscal Portaria nº 186/2017/SAOB/SINFRA
RNP Nº 1201344077

Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1

[illegible]

[illegible]

[illegible]


SINRA
 SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO
 CNPJ nº 07.053.000/0001-00

* Contrato Revitalização de Rodovias
 MT - 346
 Entor BR-307/364 (Trevo de Jangal) - Barra do Bugres
 Trecho: Pista e o Rio Curupira - Barra do Bugres
 Referência: 89 (Ordem) Mensagem Prioridade
 Ordem Início Serviço: 54/2015/Nº 146/2014 de 07/10/2014
 Período Med.: 01/05/2018 a 31/07/2018

RESUMO DA MEDIÇÃO

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANTIDADE CONTRATO	NESTA MEDIÇÃO	MEDIÇÃO ANTERIOR	QUANT. MEDIDA ACUMULADA	PREÇO UNITÁRIO R\$	VALOR CONTRATO R\$	VALOR DESTA MEDIÇÃO R\$	VALOR ACUMULADO R\$	% EX
5.0	PAVIMENTAÇÃO (REESTABELECIMENTO DO PAVIMENTO)										
5.01.110.00	Regularização do subleito	m²	3.640.000		3.640.000	3.640.000	0,88	3.203,20	0,00	3.203,20	100,00%
5.02.200.00	Sub-base solo estabilizado granul. s/ mistura	m³	707.200		707.200	707.200	13,51	9.554,27	0,00	9.554,27	100,00%
5.03.300.01	Base solo estabilizado granul. s/ mistura	m³	686.400		686.400	686.400	13,51	9.273,26	0,00	9.273,26	100,00%
5.02.400.00	Imprimação	m²	3.120.000		3.120.000	3.120.000	0,26	811,20	0,00	811,20	100,00%
5.02.400.00	Pintura de ligação	m²	3.120.000		3.120.000	3.120.000	0,19	592,80	0,00	592,80	100,00%
5.02.340.31	Conc. betuminoso utilizado a quente - cpa de rolamento - AC/B/C	t	374.400		374.400	374.400	71,43	26.743,39	0,00	26.743,39	100,00%
5.02.002.07	Transporte local base. em rodovia pavimentada	t.km	82.063.913		82.063.913	82.063.913	0,64	52.520,90	0,00	52.520,90	100,00%
5.02.999.03	Fornecimento de asfalto diluído CM-30	t	3.744		3.744	3.744	2.341,96	8.768,29	0,00	8.768,29	100,00%
5.02.999.03	Transporte de asfalto diluído CM-30	t	3.744		3.744	3.744	85,31	320,14	0,00	320,14	100,00%
5.02.999.05	Fornecimento de emulsão asfáltica RS-2C	t	1.248		1.248	1.248	1.569,11	1.969,11	0,00	1.969,11	100,00%
5.02.999.05	Transporte de emulsão asfáltica RS-2C	t	1.248		1.248	1.248	85,31	106,71	0,00	106,71	100,00%
5.02.999.01	Fornecimento de cimento asfáltico CAP-50/70	t	22.464		22.464	22.464	1.611,31	36.200,96	0,00	36.200,96	100,00%
5.02.999.01	Transporte de cimento asfáltico CAP-50/70	t	22.464		22.464	22.464	85,31	1.920,89	0,00	1.920,89	100,00%
6.0	SINALIZAÇÃO							R\$ 131.585,12	R\$ 0,00	R\$ 131.585,12	100,00%
4.5.06.100.21	Pintura física - tinta base acrílica n° 2 anos	m²	104.400		104.400	104.400	13,51	1.619,24	0,00	1.619,24	100,00%
4.5.06.202.11	Confecção placa sinalização tot. reflexiva	m²	16.000		16.000	16.000	304,80	4.876,80	0,00	4.876,80	100,00%
7.0	PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE							R\$ 6.496,04	R\$ 0,00	R\$ 6.496,04	100,00%
5.01.030.00	Conformação de jactas e empelismos	m³	8.135.000		8.135.000	8.135.000	2,92	23.754,20	0,00	23.754,20	100,00%
5.05.100.00	Enlameamento (Inclusão da pista)	m²	17.234.500		17.234.500	17.234.500	8,83	152.180,63	0,00	152.180,63	100,00%
TOTAL	TOTAL DO ITEM PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE							R\$ 175.594,43	R\$ 0,00	R\$ 175.594,43	100,00%
TOTAL	TOTAL DAS MEDIÇÕES ANTERIORES							6.018.365,27		6.018.365,27	1,98%
TOTAL	TOTAL DESTA MEDIÇÃO							366.738,59		366.738,59	1,98%

Importo a liquidar a pagar referente aos serviços executados nesta medição em R\$ 366.738,59 (trezentos e sessenta e seis mil setecentos e trinta e cinco reais e cinquenta e nove centavos).
 Local/Data: Barra do Bugres/MT, 01. de Agosto de 2018

Eng. Alcor Augusto Zerbino de Paula
Fiscal Ponteira nº 186/2017/SACB/SINRA
EMP Nº 1201340077

Astec Engenharia
 Supervisora - Lote 1
 05/09/50

Engº Alair Alves dos Zeferino de Paula
Fiscal Portaria nº 186/2017/SAOB/SINFRA
RNP Nº 1201344077

Guaxe Construtora
Cássio Murolo C. Santos
Coord. de Obras

CONTROLE FINANCEIRO

[illegible]

Barra do Bugres/MT, 01 de Agosto de 2018

Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1

Engº Almor Alveolos Zeferino de Paula
Fiscal Portaria nº 186/2017/SAOB/SINFRA
RNP Nº 1201344077

Caria nº 186/2017/SAC
RNP Nº 1201344077

Protocolo/SINFR:
Fls. n. 02
Ass. mmb

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Obra: Contratos Revitalização de Rodovias												
Contrato I.C Nº 388/2014/00/00-SETHU												
Ref.: 88 (Oitava) Medição Provisória												
Prazo de exec.: 1536 dias consecutivos												
Prazo de vig.: 1634 dias consecutivos												
Firmas: GUAYE CONSTRUTORA LTDA												
Valor Contratual R\$: 15.098.120,17												
Valor Aditivo R\$: 3.442.192,35												
Valor Contratual + Aditivo R\$: 18.540.312,52												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												
R\$												

NOTAS
01) PS - Percentual Mensal de serviços considerando o valor global
02) PGS - Será a soma do PS
03) PGA - Será a soma acumulada do PGS

Engº Adair Azeiteiro Zeferino de Paula
Fiscal Portaria nº 186/2017/SAOB/SINFRA
RNP Nº 1201344077

Barra do Bugres/MT, 01 de Agosto de 2018

Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1

Guaxe Construtora
Cássio M. Santos
Coord. de Obras



GOVERNO DO
MATO GROSSO
SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

455 05 383.6600 / 383.6608 / 383.6603
EDIFÍCIO ENG. ENGARG PRADO ARZE - PUA 3 - QUADRA 1 - LOTE 5 - SETOR A
76049-906 - CUIABÁ - MATO GROSSO

MATO GROSSO, ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO.

WWW.MT.GOV.BR

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Obra:		Contrato		Valor Contratual R\$:		R\$		15.098.120,17	
Rodovia:		Ref. :		Valor Aditivo R\$:		R\$		3.442.192,35	
Trecho:		Prazo de exec.:		Valor Contratual + Aditivo R\$:		R\$		18.540.312,52	
Extensão		Prazo de vig.:		Firmar:					
INICIO: 01/10/14		01/07/2016		31/08/2017		11/04/2018		01/05/2018	
MÊS/ANO		11 / 639		106 / 1065		223 / 1288		31 / 1338	
DIAS CORRIDOS									
SERVIÇOS		PS		PS		PS		PS	
I - PAVIMENTAÇÃO		VALOR R\$		VALOR R\$		VALOR R\$		VALOR R\$	
II - LUGARES BETUMINOSOS		4,80%		0,00%		0,99%		0,00%	
III - CONSERVAÇÃO		4,43%		0,00%		1,48%		0,00%	
IV - DRENAGEM		0,00%		0,00%		0,00%		0,00%	
V - SERVIÇOS DIVERSOS		0,00%		0,00%		0,00%		0,00%	
VI - MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO		4,17%		0,00%		4,17%		0,00%	
VII - INSTALAÇÃO DE CANTEIRO		0,00%		0,00%		0,00%		0,00%	
CONSTITUIÇÃO DE BUEIROS CELULARES		0,00%		0,00%		59,00%		0,00%	
I - SERVIÇOS PRELIMINARES		0,00%		0,00%		159.971,42		0,00%	
II - DEMOLIÇÕES E DESVÓS / CAMINHOS DE SERVIÇO		0,00%		0,00%		0,00%		0,00%	
III - TERRAPLENAGEM		0,00%		0,00%		0,00%		0,00%	
IV - DRENAGEM		0,00%		0,00%		0,00%		0,00%	
V - PAVIMENTAÇÃO (RESTAURAÇÃO DO PAVIMENTO)		0,00%		0,00%		0,00%		0,00%	
VI - SINALIZAÇÃO		0,00%		0,00%		0,00%		0,00%	
VII - PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE		0,00%		0,00%		0,00%		0,00%	
PERCENTUAL GLOBAL SIMPLES (PGS)		3,58%		0,00%		1,80%		0,00%	
PERCENTUAL GLOBAL ACUMULADO (PGA)		30,66%		30,66%		32,46%		32,46%	
FATURAMENTO SIMPLES		99		0,00		79		333.041,66	
FATURAMENTO ACUMULADO		MED		5.685.323,61		MED		6.018.385,27	
PERCENTUAL GLOBAL SIMPLES (PGS)		3,58%		0,00%		1,80%		0,00%	
PERCENTUAL GLOBAL ACUMULADO (PGA)		30,66%		30,66%		32,46%		32,46%	
FATURAMENTO SIMPLES		663.920,60		0,00		333.041,66		6.018.385,27	
FATURAMENTO ACUMULADO		5.685.323,61		5.685.323,61		5.685.323,61		6.018.385,27	

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

[illegible]

01) P5 - Percentual Mensal de serviços considerando o valor global
02) P65 - Será a soma do P5
03) PGA - Será a soma acumulada do P65

Engº Alair Alveolos Zeferino de Paula
Fiscal Portaria nº 186/2017/SAOB/SINFRA
RNP N° 1201344077

Barra do Bugres/MT, 01 de Agosto de 2018

Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1

Guaxe Construtora
Cássio Munlo C. Santos
Coord. de Obras

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Obra:		Contrato		Valor Contratual R\$: R\$	
Rodovia:		MT - 246		15.098.120,17	
Trecho:		Entrª BR-163/364 (Trevo de Jangada) - Barra do Bugres		3.442.192,35	
Extensão		45,245 Km		18.540.312,52	
INÍCIO: 01/10/14	MÊS/ANO	01/12/2018	15/12/2018	Firma: GUAXE CONSTRUTORA LTDA	
TÉRMINO PREVISTO: 15/12/2018	DIAS CORRIDOS	15	1335		
SERVIÇOS		PS	VALOR R\$		
I - PAVIMENTAÇÃO		0,00%	0,00		
II - LIGANTES BETUMINOSOS		0,00%	0,00		
III - CONSERVAÇÃO		27,90%	58.301,58		
IV - DRENAGEM		59,72%	96.692,50		
V - SERVIÇOS DIVERSOS		15,83%	9.462,08		
VI - MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO		50,00%	75.817,28		
VII - INSTALAÇÃO DE CANTEIRO		0,00%	0,00		
CONSTRUÇÃO DE BUEIROS CELULARES					
I - SERVIÇOS PRELIMINARES		0,00%	0,00		
II - DEMOLIÇÕES E DESVÓS / CAMINHOS DE SERVIÇO		0,00%	0,00		
III - TERRAPLENAGEM		0,00%	0,00		
IV - DRENAGEM		0,00%	0,00		
V - PAVIMENTAÇÃO (RESTAURAÇÃO DO PAVIMENTO)		0,00%	0,00		
VI - SINALIZAÇÃO		0,00%	0,00		
VII - PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE		0,00%	0,00		
PERCENTUAL GLOBAL SIMPLES (PGS)		1,90%			
PERCENTUAL GLOBAL ACUMULADO (PGA)		100,00%			
FATURAMENTO SIMPLES			240.273,86		
FATURAMENTO ACUMULADO			18.540.312,52		
PERCENTUAL GLOBAL SIMPLES (PGS)		0,82%			
PERCENTUAL GLOBAL ACUMULADO (PGA)		100,00%			
FATURAMENTO SIMPLES			151.428,04		
FATURAMENTO ACUMULADO			18.540.312,52		

NOTAS

01) PS - Percentual Mensal de serviços considerando o valor global

02) PGS - Será a soma do PS

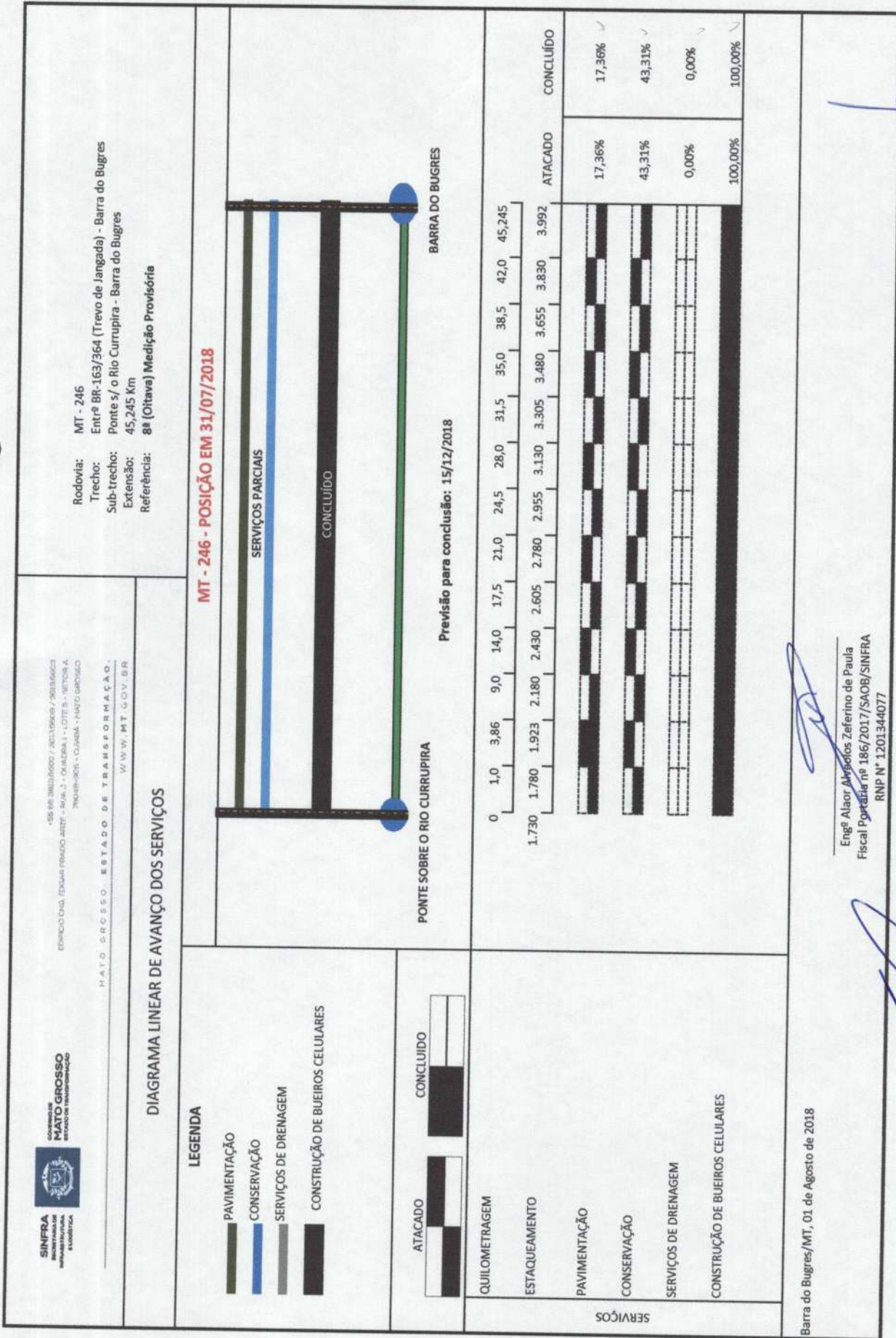
03) PGA - Será a soma acumulada do PGS

Engº Alacir Alves de Paula
Fiscal Postagem nº 186/2017/SAOB/SINFRA
RNP Nº 1201344077

Barra do Bugres/MT, 01 de Agosto de 2018

Ass: Engenharia
Supervisora - Lote 1

Guaxe Construtora
Cássio Augusto C. Santos
Coord. de Obras



**PLANILHA PARA CÁLCULO DE
IMPRIMAÇÃO (M²)**

FIRMA: GUAXE CONSTRUTORA LTDA

7,896

Aster Engenharia
Supervisora - Lote 1

PLANILHA PARA CÁLCULO											
ÁREA DE PINTURA (m²) e TAXA DE APLICAÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA (RR-1C) (ton)											
FIRMA: GUAXE CONSTRUTORA LTDA											
OBS.											
TAXA DE APLIC. RR-2C (t / m²)											
QUANTIDADE - RR-1C (t)											
ÁREA (m²)											
LARGURA MÉDIA (m)											
EXTENSÃO (m)											
ESTIMAS											
FRAC. FINAL FRAC.											
INICIAL											
1.780	+	0,00	1.836	+	0,00	1.120,00	3,50	3.920,00	0,0004	1,5680	LD
1.876	+	0,00	1.923	+	0,00	940,00	3,50	3.290,00	0,0004	1,3160	LD
1.758	+	0,00	1.847	+	0,00	1.780,00	3,50	6.230,00	0,0004	2,4920	LE
1.876	+	0,00	1.923	+	0,00	940,00	3,50	3.290,00	0,0004	1,3160	LE
TOTAL										16.730,00	6,692
Barra do Bugres/MT, 01 de Agosto de 2018											
Fiscalização											

Engº Alair Alveolo Zeferino de Paula
Fiscal Portaria nº 166/2017/SAOB/SINFRA
RNP Nº 1201344077

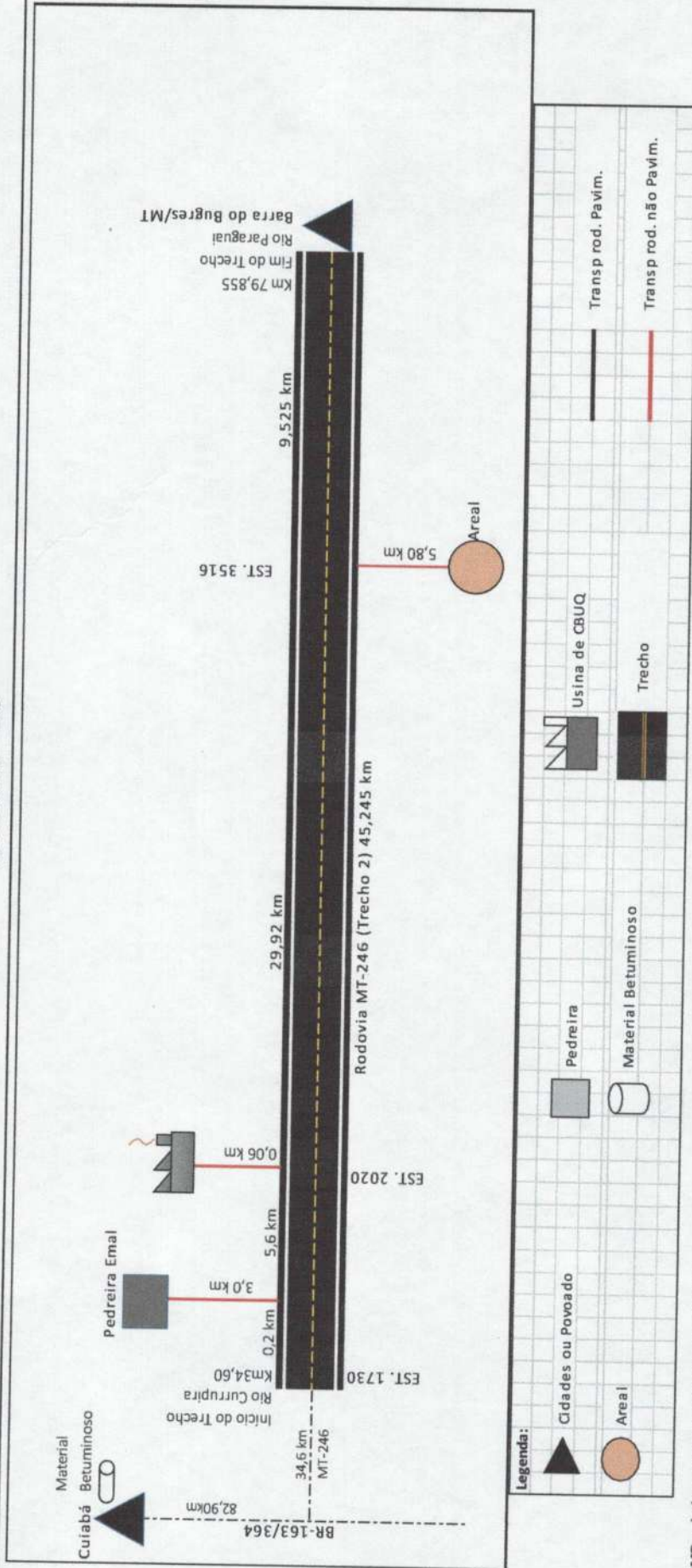
Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1

Engº Alagoz Atvaldos Zeferino de Paula
Fiscal Portaria nº 186/2017/SAOB/SINFRA
RNP Nº 1201344077

CROQUI DE LOCALIZAÇÃO DAS OCORRÊNCIAS

Rodovia: MT - 246
Trecho: Entre BR-163/364 (Trevo de Jangada) - Barra do Bugres
Sub-trecho: Ponte s/ o Rio Curupira - Barra do Bugres
Extensão: 45,245 Km
Referência: 3ª (Oitava) Medição Provisória

RODOVIA MT - 246



Obs: DMTs relativos ao transporte de insumos à Usina.

Barra do Bugres/MT, 01 de Agosto de 2018

Brita			Arela			Solo			MBUQ		
Comercial	Local		Comercial	Local		Comercial	Local		Comercial	Local	
Pav	N.Pav		Pav	N.Pav		Pav	N.Pav		Pav	N.Pav	
5,60	3,06	-	29,92	5,86	-	-	-	-	-	-	0,06

Engº Alair Alveolos Zeferino de Paula
Fiscal Portaria nº 186/2017/SAOB/SINFRA
RNP N° 1201344077

Ass: Engenharia
Supervisora - Lote 1

Protocolo/SINFRA
Is. nº 19

OBRA:

CONTRATO Nº.

* Contratos Revitalização de Rodovias

Rodovia: MT - 246

I.C. Nº 388/2014/00/00-SETPU

CONSTRUTORA

GUAXE CONSTRUTORA LTDA

TEMPO / CLIMA

~~SONH~~ INSTÁVEL CHUVOSO IMPRATICÁVEL

1- SERVIÇOS DESENVOLVIDOS NO PERÍODO

RESTAURAÇÃO	PAVIMENTAÇÃO (PISTA/ACOSTAMENTO)	DRENAGEM E OBRAS-DE-ARTE	OBRAS COMPLEMENTARES	ATENDIMENTO AMBIENTAL	OUTROS
SONH					

2- EVENTOS COM RESTRIÇÃO

EQUIPAMENTOS	PESSOAL	INSTALAÇÕES	CRONOGRAMA FÍSICO	QUALIDADE	ATENDIMENTO À FISCALIZAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	MEIO AMBIENTE

3-COMENTÁRIOS DA SUPERVISORA

4- COMENTÁRIOS DA FISCALIZAÇÃO

- Todos os serviços foram executados em conformidade.

5- CONSIDERAÇÕES DA CONSTRUTORA

Foram executados os seguintes serviços:

- * Imprimação.
- * Pintura de ligação.
- * Aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ).

Local/Data: Barra do Bugres/MT, 01 de Agosto de 2018

Guaxe Construtora Ltda

Guaxe Construtora

Cássio Murilo C. Santos

Coord. de Obras

Engº Alair Alveolos Zeferino de Paula
Fiscal Portaria nº 186/2017/SAOB/SINFRA
RNP Nº 1201344077

Aster Engenharia
Supervisora - Lote 1

GRÁFICO DE CONTROLE PLUVIOMÉTRICO

RODOVIA MT-246

PERÍODO: maio 2018

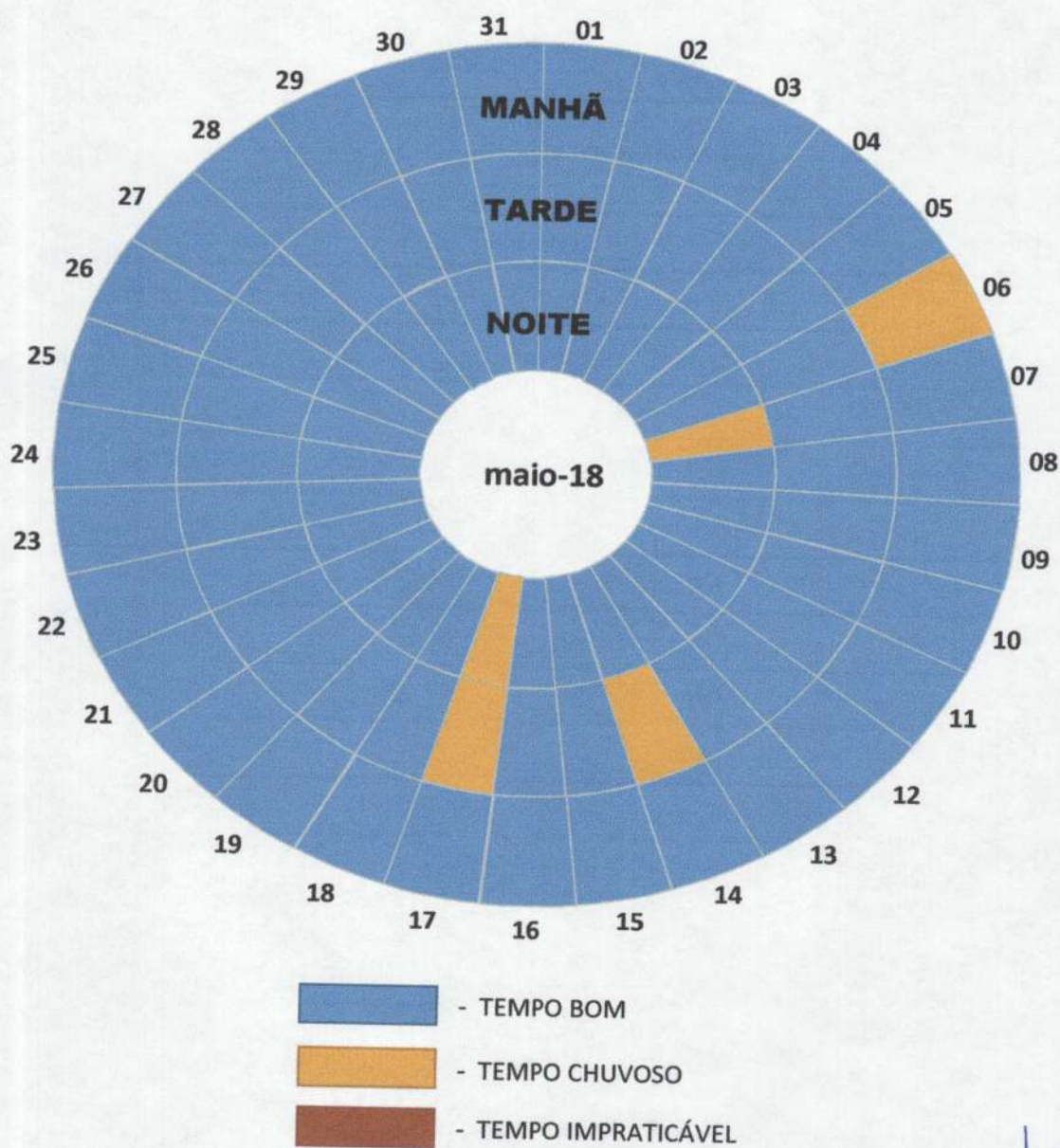
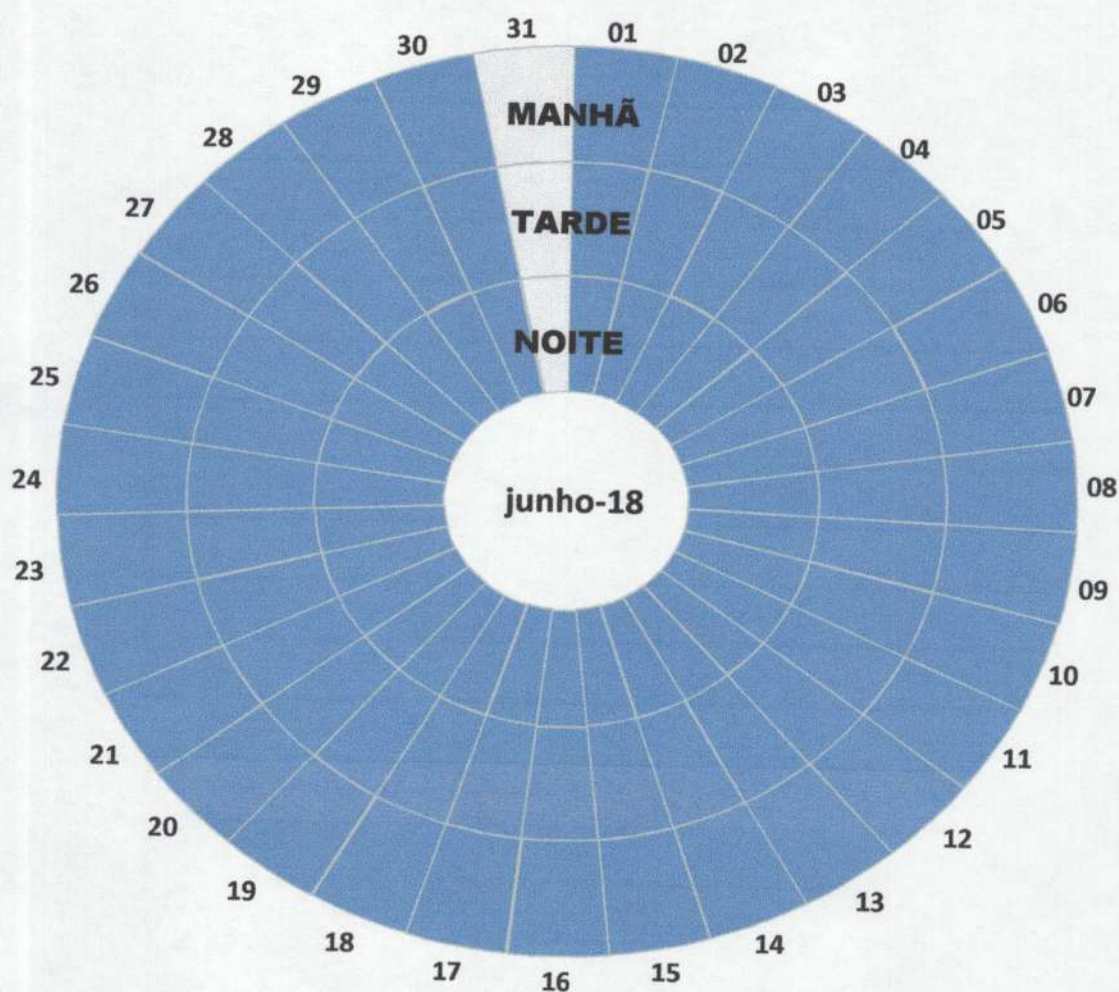


GRÁFICO DE CONTROLE PLUVIOMÉTRICO

RODOVIA MT-246

PERÍODO: junho 2018





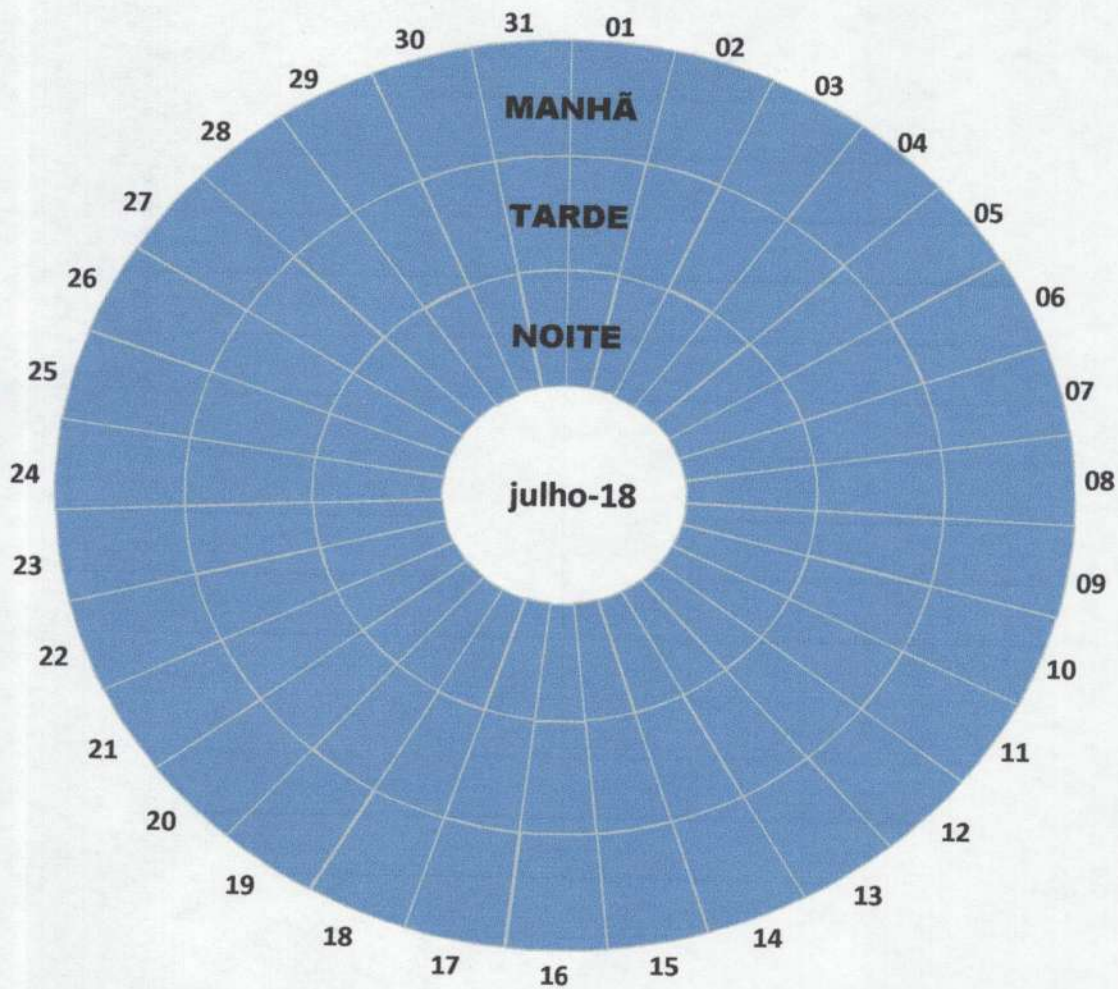
-  - TEMPO BOM
-  - TEMPO CHUVOSO
-  - TEMPO IMPRATICÁVEL

GRÁFICO DE CONTROLE PLUVIOMÉTRICO

RODOVIA MT-246

PERÍODO: julho 2018



- TEMPO BOM
- TEMPO CHUVOSO
- TEMPO IMPRATICÁVEL



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

SINFRA - SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

8ª Medição - Período: 01/05/2018 a 31/07/2018

Folha 1 de 1

1/2

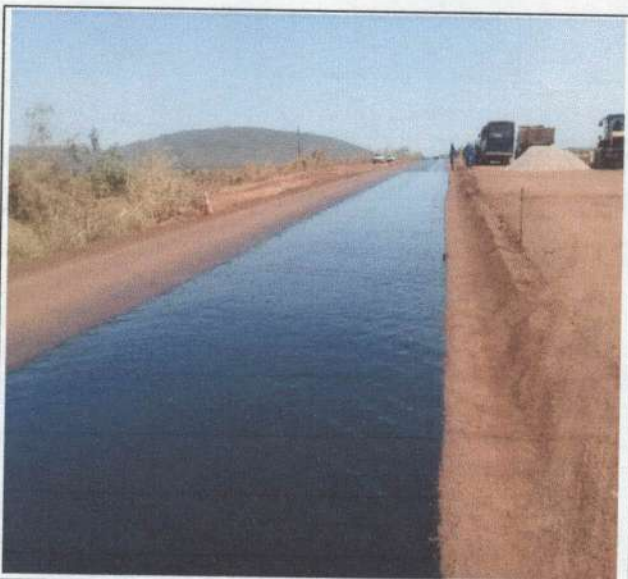
RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DE SERVIÇOS EXECUTADOS

Rodovia:	MT-246
Trecho:	Entrª BR-163/364 (Trevo de Jangada) - Barra do Bugres
Sub-trecho:	Ponte s/ o Rio Curupira - Barra do Bugres

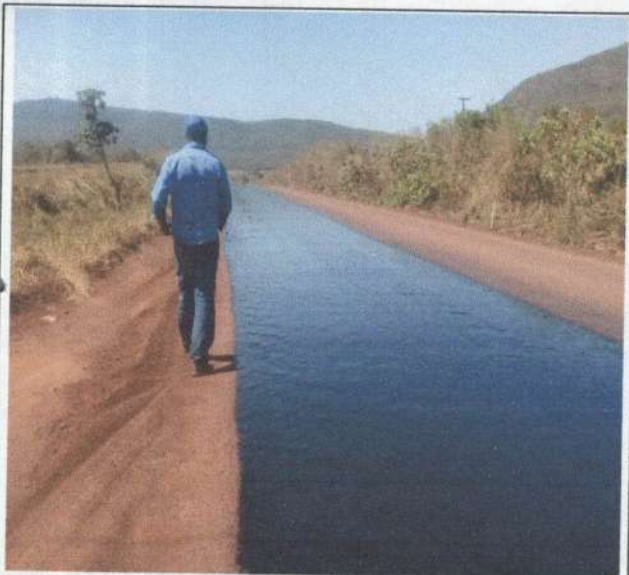


Coordenada:	Localização (estaca):	Serviço:
15° 7' 17.71"S	1880 + 0,00	IMPRIMAÇÃO
56° 49' 33.15"O		

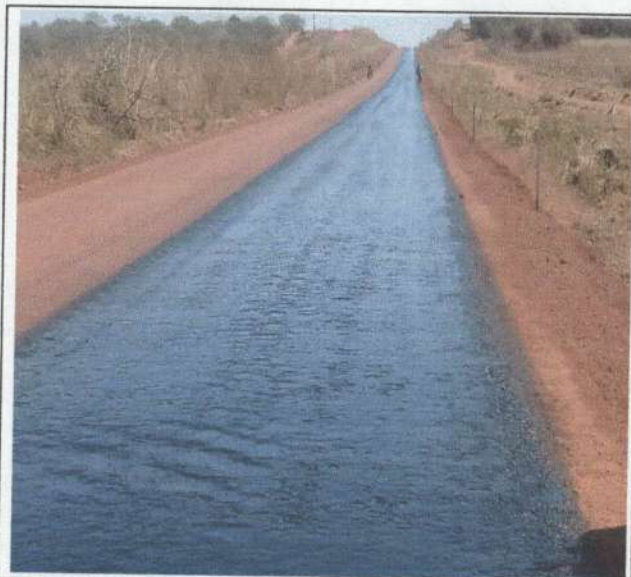
Contratada:	GUAXE CONSTRUTORA LTDA		
Contrato n.º:	388/2014/00/00-SETPU		
Extensão:	45,245 km	Lote:	2



Coordenada:	Localização (estaca):	Serviço:
15° 7' 16.06"S	1890 + 0,00	IMPRIMAÇÃO
56° 49' 36.53"O		



Coordenada:	Localização (estaca):	Serviço:
15° 7' 14.90"S	1900 + 0,00	IMPRIMAÇÃO
56° 49' 40.87"O		



Coordenada:	Localização (estaca):	Serviço:
15° 7' 12.18"S	1910 + 0,00	IMPRIMAÇÃO
56° 49' 47.00"O		

Guaxe Construtora
Cássio Murilo C. Santos
Coord. de Obras

Aster Engenharia
Supervisora - Lote 1



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

SINFRA - SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

8ª Medição - Período: 01/05/2018 a 31/07/2018

Folha N.º

2/2

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DE SERVIÇOS EXECUTADOS

Rodovia:	MT-246
Trecho:	Entrª BR-163/364 (Trevo de Jangada) - Barra do Bugres
Sub-trecho:	Ponte s/ o Rio Cumupira - Barra do Bugres

Contratada:	GUAXE CONSTRUTORA LTDA		
Contrato n.º:	388/2014/00/00-SETPU		
Extensão:	45,245 km	Lote:	2



Coordenada:	Localização (estaca):	Serviço:
15° 7' 29.61"S	1800 + 0,00	CAPA DE ROLAMENTO CBUQ
56° 49' 16.12"O		

Coordenada:	Localização (estaca):	Serviço:
15° 7' 47.51"S	1760 + 0,00	CAPA DE ROLAMENTO CBUQ
56° 49' 8.83"O		



Coordenada:	Localização:	Serviço:
15° 7' 14.90"S	1900 + 0,00	CAPA DE ROLAMENTO CBUQ
56° 49' 40.87"O		

Coordenada:	Localização:	Serviço:
15° 7' 2.16"S	1920 + 0,00	CAPA DE ROLAMENTO CBUQ
56° 50' 13.52"O		

Guaxe Construtora
Cássio Murilo C. Santos
Coord. de Obras

Astey Engenharia
Supervisora - Lote 1



GUAXE
CONSTRUTORA

Protocolo/SINFRA
Fls. nº 26
Ass. mfb

Ofício nº 116/2018

Cuiabá-MT, 01 de agosto de 2018.

À

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA - SINFRA

Rua J, Quadra 1 – Lote 5, Edifício Eng. Edgar Prado Arze, Setor A – CPA

CEP: 78.049-906 – Cuiabá -MT

At: Eng. Diogo Menezes Souza

Superintendente de Execução e Fiscalização de Obras I

Referência: IC-388/2014/00/00 - SETPU

Assunto: Justificativa sobre a 8ª medição provisória de serviços de pavimentação.

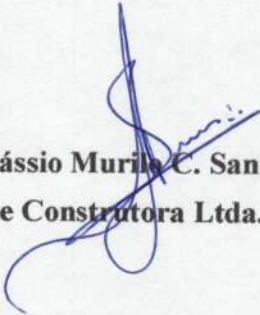
Prezado Superintendente,

A Empresa Guaxe Construtora Ltda. detentora do Instrumento Contratual descrito acima, firmado entre esta Empresa e a Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado de Mato Grosso, neste ato representada pelo Eng.º Cássio Murilo Cardoso Santos, Eng.º Responsável, vem mui respeitosamente através desta se Justificar acerca do Processo de Medição Supra citado.

Considerando o instrumento contratual em epígrafe e o Processo de Medição encaminhado à esta Secretaria com período acumulado de 01/05/2017 a 31/07/2018. Esta empresa juntamente com o Eng.º Fiscal de contrato, Eng.º Alaor Alvéolos Zeferino de Paula, decidiram por medir os serviços executados nos meses relacionados, tendo em vista que a maior parte dos serviços executados não são possíveis de medição neste momento, uma vez que há uma adequação contratual em fase de obras em andamento e por ser homologada, tal adequação refere-se aos serviços de reciclagem com adição de 1,5% de cimento com incorporação do revestimento asfáltico à base, areia paleada, assim como transportes locais e comerciais, serviços executados no período.

Sendo só o que se apresenta para o momento, subscrevemo-nos mui,

Atenciosamente.


Eng.º Cássio Murilo C. Santos
Guaxe Construtora Ltda.



DIÁRIO DE OBRA

OBRA: REVITALIZAÇÃO DE RODOVIA PAVIMENTADA
RODOVIA: MT-246
TRECHO: Entr.º BR-163/364 (Trevo de Jangada) - Barra do Bugres
SUB TRECHO: Ponte sobre o Rio Currupira - Barra do Bugres
EXTENSÃO: 45,245 km
CONTRATO Nº.: 388/2014/00/00-SETPU
EMPRESA: GUAXE CONSTRUTORA LTDA.
O.S.: 146/2014 de 01/10/2014
PERÍODO: 01/07/2018 à 31/07/2018



DIÁRIO DE OBRA

N. DA FOLHA

1

DATA (dd/mm/aa)

01/07/2018

OBRA

REVITALIZAÇÃO DE RODOVIA PAVIMENTADA da Rodovia MT-246, Trecho Entr.º BR-163/364 (Trevo de Jangada) - Barra do Bugres, Sub-trecho Ponte sobre o Rio Currupira - Barra do Bugres, com extensão de 45,245 km.

CONTRATO

388/2014/00/00-SETPU

CONSTRUTORA

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

TEMPO (CLIMA)

BOM

INSTÁVEL

CHUVOSO

IMPRATICÁVEL

DIA DA SEMANA

D

S

T

Q

Q

S

S

Sem atividades - folga do pessoal

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

Guaxe Construtora

Cassio Murilo C. Santos
Coord. de Obras

Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1

Engº Alaor Alves dos Zeferino de Paula
Portaria nº 166/2017/SAOB/SINFRA
ENG. FISCAL SINFRA



DIÁRIO DE OBRA

Protocolo/SINFRA
Fls. nº 29
Ass. mab

N. DA FOLHA

2

DATA (dd/mm/aa)

02/07/2018

OBRA

REVITALIZAÇÃO DE RODOVIA PAVIMENTADA da Rodovia MT-246, Trecho Entr.º BR-163/364 (Trevo de Jangada) - Barra do Bugres, Sub-trecho Ponte sobre o Rio Currupira - Barra do Bugres, com extensão de 45,245 km.

CONTRATO

388/2014/00/00-SETPU

CONSTRUTORA

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

TEMPO (CLIMA)

BOM

INSTÁVEL

CHUVOSO

IMPRATICÁVEL

DIA DA SEMANA

D

S

T

Q

Q

S

S

Transporte de agregados para usina

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

Guaxe Construtora
Cássio Murilo C. Santos
Coord. de Obras

Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1

Engº Alaor Alveiros Zeferino de Paula
Portaria nº 186/2017/SAOB/SINFRA
ENG. FISCAL SINFRA



DIÁRIO DE OBRA

N. DA FOLHA

3

DATA (dd/mm/aa)

03/07/2018

OBRA

REVITALIZAÇÃO DE RODOVIA PAVIMENTADA da Rodovia MT-246, Trecho Entr.º BR-163/364 (Trevo de Jangada) - Barra do Bugres, Sub-trecho Ponte sobre o Rio Currupira - Barra do Bugres, com extensão de 45,245 km.

CONTRATO

388/2014/00/00-SETPU

CONSTRUTORA

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

TEMPO (CLIMA)

BOM

INSTÁVEL

CHUVOSO

IMPRATICÁVEL

DIA DA SEMANA

D

S

T

Q

Q

S

S

Transporte de agregados para usina

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

Guaxe Construtora
Cássio Murilo C. Santos
Coord. de Obras

Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1

Engº Alaor Alvéolos Zeferino de Paula
Portaria nº 186/2017/SAOB/SINFRA
ENG. FISCAL SINFRA

Protocolo/SINFRA
Fls. nº 31
Ass. mfb



DIÁRIO DE OBRA

N. DA FOLHA

4

DATA (dd/mm/aa)

04/07/2018

OBRA

REVITALIZAÇÃO DE RODOVIA PAVIMENTADA da Rodovia MT-246, Trecho Entr.º BR-163/364 (Trevo de Jangada) - Barra do Bugres, Sub-trecho Ponte sobre o Rio Currupira - Barra do Bugres, com extensão de 45,245 km.

CONTRATO

388/2014/00/00-SETPU

CONSTRUTORA

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

TEMPO (CLIMA)

BOM

INSTÁVEL

CHUVOSO

IMPRATICÁVEL

DIA DA SEMANA

D

S

T

Q

Q

S

S

Transporte de agregados para usina

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

Guaxe Construtora

Cássio Murilo C. Santos
Coord. de Obras

Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1

Engº Alaor Alvéolos Zeferino de Paula
Portaria nº 186/2017/SAOB/SINFRA
ENG. FISCAL SINFRA



DIÁRIO DE OBRA

N. DA FOLHA

5

DATA (dd/mm/aa)

05/07/2018

OBRA

REVITALIZAÇÃO DE RODOVIA PAVIMENTADA da Rodovia MT-246, Trecho Entr.º BR-163/364 (Trevo de Jangada) - Barra do Bugres, Sub-trecho Ponte sobre o Rio Currupira - Barra do Bugres, com extensão de 45,245 km.

CONTRATO

388/2014/00/00-SETPU

CONSTRUTORA

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

TEMPO (CLIMA)

BOM

INSTÁVEL

CHUVOSO

IMPRATICÁVEL

DIA DA SEMANA

D

S

T

Q

Q

S

S

Transporte de agregados para usina

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

Guaxe Construtora

Cassio Murilo C. Santos
Coord. de Obra

Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1

Engº Alaor Alvéolos Zeferino de Paula
Portaria nº 186/2017/SAOB/SINFRA
ENG. FISCAL SINFRA



DIÁRIO DE OBRA

N. DA FOLHA

6

DATA (dd/mm/aa)

06/07/2018

OBRA

REVITALIZAÇÃO DE RODOVIA PAVIMENTADA da Rodovia MT-246, Trecho Entr.º BR-163/364 (Trevo de Jangada) - Barra do Bugres, Sub-trecho Ponte sobre o Rio Currupira - Barra do Bugres, com extensão de 45,245 km.

CONTRATO

388/2014/00/00-SETPU

CONSTRUTORA

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

TEMPO (CLIMA)

BOM

INSTÁVEL

CHUVOSO

IMPRATICÁVEL

DIA DA SEMANA

D

S

T

Q

Q

S

S

Transporte de agregados para usina

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1

Engº Alaor Alvéolos Zeferino de Paula
Portaria nº 186/2017/SAOB/SINFRA
ENG. FISCAL SINFRA

Guaxe Construtora
Cássio Murilo C. Santos
Coord. de Obras



DIÁRIO DE OBRA

N. DA FOLHA

7

DATA (dd/mm/aa)

07/07/2018

OBRA

REVITALIZAÇÃO DE RODOVIA PAVIMENTADA da Rodovia MT-246, Trecho Entr.º BR-163/364 (Trevo de Jangada) - Barra do Bugres, Sub-trecho Ponte sobre o Rio Currupira - Barra do Bugres, com extensão de 45,245 km.

CONTRATO

388/2014/00/00-SETPU

CONSTRUTORA

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

TEMPO (CLIMA)

BOM

INSTÁVEL

CHUVOSO

IMPRATICÁVEL

DIA DA SEMANA

D

S

T

Q

Q

S

S

Transporte de agregados para usina

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

Guaxe Construtora

Cassio Mauro C. Santos

Coord. de Obras

Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1

Engº Alaor Alvéolos Zeferino de Paula
Portaria nº 186/2017/SAOB/SINFRA
ENG. FISCAL SINFRA



DIÁRIO DE OBRA

N. DA FOLHA

8

DATA (dd/mm/aa)

08/07/2018

OBRA

REVITALIZAÇÃO DE RODOVIA PAVIMENTADA da Rodovia MT-246, Trecho Entr.º BR-163/364 (Trevo de Jangada) - Barra do Bugres, Sub-trecho Ponte sobre o Rio Currupira - Barra do Bugres, com extensão de 45,245 km.

CONTRATO

388/2014/00/00-SETPU

CONSTRUTORA

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

TEMPO (CLIMA)

BOM

INSTÁVEL

CHUVOSO

IMPRATICÁVEL

DIA DA SEMANA

D

S

T

Q

Q

S

S

Sem atividades - folga do pessoal

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1

Engº Alaor Alveolos Zeferino de Paula
Portaria nº 186/2017/SAOB/SINFRA
ENG. FISCAL SINFRA

Protocolo/SINFRA
Fls. nº 36
Ass 27/07/18



DIÁRIO DE OBRA

N. DA FOLHA

9

DATA (dd/mm/aa)

09/07/2018

OBRA

REVITALIZAÇÃO DE RODOVIA PAVIMENTADA da Rodovia MT-246, Trecho Entr.º BR-163/364 (Trevo de Jangada) - Barra do Bugres, Sub-trecho Ponte sobre o Rio Currupira - Barra do Bugres, com extensão de 45,245 km.

CONTRATO

388/2014/00/00-SETPU

CONSTRUTORA

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

TEMPO (CLIMA)

BOM

INSTÁVEL

CHUVOSO

IMPRATICÁVEL

DIA DA SEMANA

D

S

T

Q

Q

S

S

Execução de imprimação - LD - Est. 1876 + 0,00 a Est.1900 + 0,00

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1

Engº Alaor Alvéolos Zeferino de Paula
Portaria nº 186/2017/SAOB/SINFRA
ENG. FISCAL SINFRA



DIÁRIO DE OBRA

N. DA FOLHA

10

DATA (dd/mm/aa)

10/07/2018

OBRA

REVITALIZAÇÃO DE RODOVIA PAVIMENTADA da Rodovia MT-246, Trecho Entr.º BR-163/364 (Trevo de Jangada) - Barra do Bugres, Sub-trecho Ponte sobre o Rio Currupira - Barra do Bugres, com extensão de 45,245 km.

CONTRATO

388/2014/00/00-SETPU

CONSTRUTORA

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

TEMPO (CLIMA)

BOM

INSTÁVEL

CHUVOSO

IMPRATICÁVEL

DIA DA SEMANA

D

S

T

Q

Q

S

S

Execução de imprimação - LD - Est. 1900 + 0,00 a Est.1923 + 0,00

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1

Engº Alaor Alveolpes Zeferino de Paula
Portaria nº 186/2017/SAOB/SINFRA
ENG. FISCAL SINFRA



DIÁRIO DE OBRA

N. DA FOLHA

11

DATA (dd/mm/aa)

11/07/2018

OBRA

REVITALIZAÇÃO DE RODOVIA PAVIMENTADA da Rodovia MT-246, Trecho Entr.º BR-163/364 (Trevo de Jangada) - Barra do Bugres, Sub-trecho Ponte sobre o Rio Currupira - Barra do Bugres, com extensão de 45,245 km.

CONTRATO

388/2014/00/00-SETPU

CONSTRUTORA

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

TEMPO (CLIMA)

BOM	INSTÁVEL	CHUVOSO	IMPRATICÁVEL
-----	----------	---------	--------------

DIA DA SEMANA

D	S	T	Q	Q	S	S
---	---	---	---	---	---	---

Execução de pintura de ligação - LD - Est. 1876 + 0,00 a Est.1890 + 0,00

Execução de CBUQ - LD - Est. 1876 + 0,00 a Est.1890 + 0,00

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1

Engº Alaor Alveolos Zeferino de Paula
Portaria nº 186/2017/SAOB/SINFRA
ENG. FISCAL SINFRA

Protocolo/SINFRA
Fls. nº 39
Ass. mfb



DIÁRIO DE OBRA

N. DA FOLHA

12

DATA (dd/mm/aa)

12/07/2018

OBRA

REVITALIZAÇÃO DE RODOVIA PAVIMENTADA da Rodovia MT-246, Trecho Entr.º BR-163/364 (Trevo de Jangada) - Barra do Bugres, Sub-trecho Ponte sobre o Rio Currupira - Barra do Bugres, com extensão de 45,245 km.

CONTRATO

388/2014/00/00-SETPU

CONSTRUTORA

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

TEMPO (CLIMA)

BOM

INSTÁVEL

CHUVOSO

IMPRATICÁVEL

DIA DA SEMANA

D

S

T

Q

Q

S

S

Execução de pintura de ligação - LD - Est. 1890 + 0,00 a Est.1900 + 0,00

Execução de CBUQ - LD - Est. 1890 + 0,00 a Est.1900 + 0,00

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1

Engº Alaor Alvéolos Zeferino de Paula
Portaria nº 186/2017/SAOB/SINFRA
ENG. FISCAL SINFRA

PROCESSO SINFRA
Fls. nº 40
Ass: mib



DIÁRIO DE OBRA

N. DA FOLHA

13

DATA (dd/mm/aa)

13/07/2018

OBRA

REVITALIZAÇÃO DE RODOVIA PAVIMENTADA da Rodovia MT-246, Trecho Entr.º BR-163/364 (Trevo de Jangada) - Barra do Bugres, Sub-trecho Ponte sobre o Rio Currupira - Barra do Bugres, com extensão de 45,245 km.

CONTRATO

388/2014/00/00-SETPU

CONSTRUTORA

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

TEMPO (CLIMA)

BOM

INSTÁVEL

CHUVOSO

IMPRATICÁVEL

DIA DA SEMANA

D

S

T

Q

Q

S

S

Execução de pintura de ligação - LD - Est. 1900 + 0,00 a Est.1910 + 0,00

Execução de CBUQ - LD - Est. 1900 + 0,00 a Est.1910 + 0,00

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1

Engº Alaor Alves dos Zeferino de Paula
Portaria nº 166/2017/SAOB/SINFRA
ENG. FISCAL SINFRA



DIÁRIO DE OBRA

Protocolo/SINFRA
Fls. nº 41

Ass. *mb*

N. DA FOLHA

14

DATA (dd/mm/aa)

14/07/2018

OBRA

REVITALIZAÇÃO DE RODOVIA PAVIMENTADA da Rodovia MT-246, Trecho Entr.º BR-163/364 (Trevo de Jangada) - Barra do Bugres, Sub-trecho Ponte sobre o Rio Currupira - Barra do Bugres, com extensão de 45,245 km.

CONTRATO

388/2014/00/00-SETPU

CONSTRUTORA

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

TEMPO (CLIMA)

BOM

INSTÁVEL

CHUVOSO

IMPRATICÁVEL

DIA DA SEMANA

D

S

T

Q

Q

S

S

Execução de pintura de ligação - LD - Est. 1910 + 0,00 a Est.1923 + 0,00

Execução de CBUQ - LD - Est. 1910 + 0,00 a Est.1923 + 0,00

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1

Engº Alaor Alveolos Zeferino de Paula
Portaria nº 186/2017/SAOB/SINFRA
ENG. FISCAL SINFRA



DIÁRIO DE OBRA

Protocolo/SINFRA
Fls. nº 42
Ass. mfb

N. DA FOLHA

15

DATA (dd/mm/aa)

15/07/2018

OBRA

REVITALIZAÇÃO DE RODOVIA PAVIMENTADA da Rodovia MT-246, Trecho Entr.º BR-163/364 (Trevo de Jangada) - Barra do Bugres, Sub-trecho Ponte sobre o Rio Currupira - Barra do Bugres, com extensão de 45,245 km.

CONTRATO

388/2014/00/00-SETPU

CONSTRUTORA

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

TEMPO (CLIMA)

BOM

INSTÁVEL

CHUVOSO

IMPRATICÁVEL

DIA DA SEMANA

D

S

T

Q

Q

S

S

Sem atividades - folga do pessoal

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1

Engº Alaor Alvéolos Zeferino de Paula
Portaria nº 186/2017/SAOB/SINFRA
ENG. FISCAL SINFRA



DIÁRIO DE OBRA

N. DA FOLHA

16

DATA (dd/mm/aa)

16/07/2018

OBRA

REVITALIZAÇÃO DE RODOVIA PAVIMENTADA da Rodovia MT-246, Trecho Entr.º BR-163/364 (Trevo de Jangada) - Barra do Bugres, Sub-trecho Ponte sobre o Rio Currupira - Barra do Bugres, com extensão de 45,245 km.

CONTRATO

388/2014/00/00-SETPU

CONSTRUTORA

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

TEMPO (CLIMA)

BOM

INSTÁVEL

CHUVOSO

IMPRATICÁVEL

DIA DA SEMANA

D

S

T

Q

Q

S

S

Execução de imprimação - LE - Est. 1876 + 0,00 a Est.1900 + 0,00

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1

Engº Alaor Alvejos Zeferino de Paula
Portaria nº 186/2017/SAOB/SINFRA
ENG. FISCAL SINFRA



DIÁRIO DE OBRA

N. DA FOLHA

17

DATA (dd/mm/aa)

17/07/2018

OBRA

REVITALIZAÇÃO DE RODOVIA PAVIMENTADA da Rodovia MT-246, Trecho Entr.º BR-163/364 (Trevo de Jangada) - Barra do Bugres, Sub-trecho Ponte sobre o Rio Currupira - Barra do Bugres, com extensão de 45,245 km.

CONTRATO

388/2014/00/00-SETPU

CONSTRUTORA

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

TEMPO (CLIMA)

BOM

INSTÁVEL

CHUVOSO

IMPRATICÁVEL

DIA DA SEMANA

D

S

T

Q

Q

S

S

Execução de imprimação - LE - Est. 1900 + 0,00 a Est.1923 + 0,00

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1

Engº Alair Alveiros Zeferino de Paula
Portaria nº 166/2017/SAOB/SINFRA
ENG. FISCAL SINFRA



DIÁRIO DE OBRA

Protocolo/SINFRA
Fls. nº 45
ASS. *mbb*

N. DA FOLHA

18

DATA (dd/mm/aa)

18/07/2018

OBRA

REVITALIZAÇÃO DE RODOVIA PAVIMENTADA da Rodovia MT-246, Trecho Entr.º BR-163/364 (Trevo de Jangada) - Barra do Bugres, Sub-trecho Ponte sobre o Rio Currupira - Barra do Bugres, com extensão de 45,245 km.

CONTRATO

388/2014/00/00-SETPU

CONSTRUTORA

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

TEMPO (CLIMA)

BOM

INSTÁVEL

CHUVOSO

IMPRATICÁVEL

DIA DA SEMANA

D

S

T

Q

Q

S

S

Execução de pintura de ligação - LE - Est. 1876 + 0,00 a Est.1900 + 0,00

Execução de CBUQ - LE - Est. 1876 + 0,00 a Est.1900 + 0,00

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1

Engº Alaor Alvéolos Zeferino de Paula
Portaria nº 186/2017/SAOB/SINFRA
ENG. FISCAL SINFRA



DIÁRIO DE OBRA

N. DA FOLHA

19

DATA (dd/mm/aa)

19/07/2018

OBRA

REVITALIZAÇÃO DE RODOVIA PAVIMENTADA da Rodovia MT-246, Trecho Entr.º BR-163/364 (Trevo de Jangada) - Barra do Bugres, Sub-trecho Ponte sobre o Rio Currupira - Barra do Bugres, com extensão de 45,245 km.

CONTRATO

388/2014/00/00-SETPU

CONSTRUTORA

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

TEMPO (CLIMA)

BOM

INSTÁVEL

CHUVOSO

IMPRATICÁVEL

DIA DA SEMANA

D

S

T

Q

Q

S

S

Transporte de agregados para usina

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

Guaxe Construtora
Cássio Murilo C. Santos
Gerente de Obras

Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1

Engº Alaor Alves dos Zeferino de Paula
Portaria nº 186/2017/SAOB/SINFRA
ENG. FISCAL SINFRA

Protocolo/SINFRA
Fls. nº 42
Ass. mbb



DIÁRIO DE OBRA

N. DA FOLHA

20

DATA (dd/mm/aa)

20/07/2018

OBRA

REVITALIZAÇÃO DE RODOVIA PAVIMENTADA da Rodovia MT-246, Trecho Entr.º BR-163/364 (Trevo de Jangada) - Barra do Bugres, Sub-trecho Ponte sobre o Rio Currupira - Barra do Bugres, com extensão de 45,245 km.

CONTRATO

388/2014/00/00-SETPU

CONSTRUTORA

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

TEMPO (CLIMA)

BOM

INSTÁVEL

CHUVOSO

IMPRATICÁVEL

DIA DA SEMANA

D

S

T

Q

Q

S

S

Transporte de agregados para usina

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

Guaxe Construtora

Cássio Murilo C. Santos
Coord. de Obras

Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1

Engº Alair Alyssios Zeferino de Paula
Portaria nº 186/2017/SAOB/SINFRA
ENG. FISCAL SINFRA



DIÁRIO DE OBRA

Protocolo/SINFRA
Fls. nº 48

Ass. mbb

N. DA FOLHA

21

DATA (dd/mm/aa)

21/07/2018

OBRA

REVITALIZAÇÃO DE RODOVIA PAVIMENTADA da Rodovia MT-246, Trecho Entr.º BR-163/364 (Trevo de Jangada) - Barra do Bugres, Sub-trecho Ponte sobre o Rio Currupira - Barra do Bugres, com extensão de 45,245 km.

CONTRATO

388/2014/00/00-SETPU

CONSTRUTORA

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

TEMPO (CLIMA)

BOM	INSTÁVEL	CHUVOSO	IMPRATICÁVEL
-----	----------	---------	--------------

DIA DA SEMANA

D	S	T	Q	Q	S	S
---	---	---	---	---	---	---

Transporte de agregados para usina

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

Guaxe Construtora
Cássio Murilo C. Santos
Coord. de Obras

Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1

Engº Alair Alves dos Zeferino de Paula
Portaria nº 186/2017/SAOB/SINFRA
ENG. FISCAL SINFRA



DIÁRIO DE OBRA

N. DA FOLHA

22

DATA (dd/mm/aa)

22/07/2018

OBRA

REVITALIZAÇÃO DE RODOVIA PAVIMENTADA da Rodovia MT-246, Trecho Entr.º BR-163/364 (Trevo de Jangada) - Barra do Bugres, Sub-trecho Ponte sobre o Rio Currupira - Barra do Bugres, com extensão de 45,245 km.

CONTRATO

388/2014/00/00-SETPU

CONSTRUTORA

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

TEMPO (CLIMA)

BOM

INSTÁVEL

CHUVOSO

IMPRATICÁVEL

DIA DA SEMANA

D

S

T

Q

Q

S

S

Sem atividades - folga do pessoal

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

Guaxe Construtora
Cássio Murilo C. Santos
Coord. de Obras

Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1

Engº Alair Alves dos Zeferino de Paula
Portaria nº 186/2017/SAOB/SINFRA
ENG. FISCAL SINFRA



DIÁRIO DE OBRA

N. DA FOLHA

23

DATA (dd/mm/aa)

23/07/2018

OBRA

REVITALIZAÇÃO DE RODOVIA PAVIMENTADA da Rodovia MT-246, Trecho Entr.º BR-163/364 (Trevo de Jangada) - Barra do Bugres, Sub-trecho Ponte sobre o Rio Currupira - Barra do Bugres, com extensão de 45,245 km.

CONTRATO

388/2014/00/00-SETPU

CONSTRUTORA

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

TEMPO (CLIMA)

BOM

INSTÁVEL

CHUVOSO

IMPRATICÁVEL

DIA DA SEMANA

D

S

T

Q

Q

S

S

Execução de pintura de ligação - LE - Est. 1900 + 0,00 a Est.1923 + 0,00

Execução de CBUQ - LE - Est. 1900 + 0,00 a Est.1923 + 0,00

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

Guaxe Construtora
Cássio Murilo C. Santos
Coord. da Obra

Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1

Engº Alaor Alvéolos Zeferino de Paula
Portaria nº 186/2017/SAOB/SINFRA
ENG. FISCAL SINFRA

PROJ. SINFRA
Fls. nº 51
Ass: mbb



DIÁRIO DE OBRA

N. DA FOLHA

24

DATA (dd/mm/aa)

24/07/2018

OBRA

REVITALIZAÇÃO DE RODOVIA PAVIMENTADA da Rodovia MT-246, Trecho Entr.º BR-163/364 (Trevo de Jangada) - Barra do Bugres, Sub-trecho Ponte sobre o Rio Currupira - Barra do Bugres, com extensão de 45,245 km.

CONTRATO

388/2014/00/00-SETPU

CONSTRUTORA

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

TEMPO (CLIMA)

BOM

INSTÁVEL

CHUVOSO

IMPRATICÁVEL

DIA DA SEMANA

D

S

T

Q

Q

S

S

Execução de pintura de ligação - LE - Est. 1758 + 0,00 a Est.1770 + 0,00

Execução de CBUQ - LE - Est. 1758 + 0,00 a Est.1770 + 0,00

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

Guaxe Construtora

Cássio Murilo C. de Vas
Coord. de Obra

Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1

Engº Alair Alvéolos Zeferino de Paula
Portaria nº 186/2017/SAOB/SINFRA
ENG. FISCAL SINFRA



DIÁRIO DE OBRA

N. DA FOLHA

25

DATA (dd/mm/aa)

25/07/2018

OBRA

REVITALIZAÇÃO DE RODOVIA PAVIMENTADA da Rodovia MT-246, Trecho Entr.º BR-163/364 (Trevo de Jangada) - Barra do Bugres, Sub-trecho Ponte sobre o Rio Currupira - Barra do Bugres, com extensão de 45,245 km.

CONTRATO

388/2014/00/00-SETPU

CONSTRUTORA

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

TEMPO (CLIMA)

BOM

INSTÁVEL

CHUVOSO

IMPRATICÁVEL

DIA DA SEMANA

D

S

T

Q

Q

S

S

Execução de pintura de ligação - LE - Est. 1770 + 0,00 a Est.1780 + 0,00

Execução de CBUQ - LE - Est. 1770 + 0,00 a Est.1780 + 0,00

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

Guaxe Construtora

Cassio Mauro C. Santos
Coord. de Obra

Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1

Engº Alaor Alveios Zeferino de Paula
Portaria nº 186/2017/SAOB/SINFRA
ENG. FISCAL SINFRA



DIÁRIO DE OBRA

Protocolo/SINFRA
Fls. nº 53
Ass. *meb*

N. DA FOLHA

26

DATA (dd/mm/aa)

26/07/2018

OBRA

REVITALIZAÇÃO DE RODOVIA PAVIMENTADA da Rodovia MT-246, Trecho Entr.º BR-163/364 (Trevo de Jangada) - Barra do Bugres, Sub-trecho Ponte sobre o Rio Currupira - Barra do Bugres, com extensão de 45,245 km.

CONTRATO

388/2014/00/00-SETPU

CONSTRUTORA

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

TEMPO (CLIMA)

BOM

INSTÁVEL

CHUVOSO

IMPRATICÁVEL

DIA DA SEMANA

D

S

T

Q

Q

S

S

Execução de pintura de ligação - LD/LE - Est. 1780 + 0,00 a Est.1790 + 0,00

Execução de CBUQ - LD/LE - Est. 1780 + 0,00 a Est.1790 + 0,00

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

Guaxe Construtora
Cássio Murilo C. Santos
Coord. de Obras

Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1

Engº Alaor Alvéio Zeferino de Paula
Portaria nº 186/2017/SAOB/SINFRA
ENG. FISCAL SINFRA



DIÁRIO DE OBRA

N. DA FOLHA

27

DATA (dd/mm/aa)

27/07/2018

OBRA

REVITALIZAÇÃO DE RODOVIA PAVIMENTADA da Rodovia MT-246, Trecho Entr.º BR-163/364 (Trevo de Jangada) - Barra do Bugres, Sub-trecho Ponte sobre o Rio Currupira - Barra do Bugres, com extensão de 45,245 km.

CONTRATO

388/2014/00/00-SETPU

CONSTRUTORA

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

TEMPO (CLIMA)

BOM

INSTÁVEL

CHUVOSO

IMPRATICÁVEL

DIA DA SEMANA

D

S

T

Q

Q

S

S

Execução de pintura de ligação - LD/LE - Est. 1790 + 0,00 a Est.1805 + 0,00

Execução de CBUQ - LD/LE - Est. 1790 + 0,00 a Est.1805 + 0,00

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

Guaxe Construtora
Cássio Murilo C. Santos
Coord. de Obra

Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1

Engº Alair Alvéolos Zeferino de Paula
Portaria nº 186/2017/SAOB/SINFRA
ENG. FISCAL SINFRA



DIÁRIO DE OBRA

N. DA FOLHA

28

DATA (dd/mm/aa)

28/07/2018

OBRA

REVITALIZAÇÃO DE RODOVIA PAVIMENTADA da Rodovia MT-246, Trecho Entr.º BR-163/364 (Trevo de Jangada) - Barra do Bugres, Sub-trecho Ponte sobre o Rio Currupira - Barra do Bugres, com extensão de 45,245 km.

CONTRATO

388/2014/00/00-SETPU

CONSTRUTORA

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

TEMPO (CLIMA)

BOM

INSTÁVEL

CHUVOSO

IMPRATICÁVEL

DIA DA SEMANA

D

S

T

Q

Q

S

S

Execução de pintura de ligação - LD/LE - Est. 1805 + 0,00 a Est.1820 + 0,00

Execução de CBUQ - LD/LE - Est. 1805 + 0,00 a Est.1820 + 0,00

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1

Engº Alair Alveolos Zeferino de Paula
Portaria nº 186/2017/SAOB/SINFRA
ENG. FISCAL SINFRA

Guaxe Construtora
Cássio Murilo C. Santos
Coord. de Obras



DIÁRIO DE OBRA

OBRA

REVITALIZAÇÃO DE RODOVIA PAVIMENTADA da Rodovia MT-246, Trecho Entr.º BR-163/364 (Trevo de Jangada) - Barra do Bugres, Sub-trecho Ponte sobre o Rio Currupira - Barra do Bugres, com extensão de 45,245 km.

CONTRATO

388/2014/00/00-SETPU

CONSTRUTORA

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

TEMPO (CLIMA)

BOM

INSTÁVEL

CHUVOSO

IMPRATICÁVEL

DIA DA SEMANA

D

S

T

Q

Q

S

S

Sem atividades - folga do pessoal

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

Guaxe Construtora

Cássio Murilo C. Santos
Coord. de Obra

Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1

Engº Alaor Alvedos Zeferino de Paula
Portaria nº 186/2017/SAOB/SINFRA
ENG. FISCAL SINFRA

Protocolo/SINFRA
Fls. nº 52
Ass. mfb



DIÁRIO DE OBRA

N. DA FOLHA

30

DATA (dd/mm/aa)

30/07/2018

OBRA

REVITALIZAÇÃO DE RODOVIA PAVIMENTADA da Rodovia MT-246, Trecho Entr.º BR-163/364 (Trevo de Jangada) - Barra do Bugres, Sub-trecho Ponte sobre o Rio Currupira - Barra do Bugres, com extensão de 45,245 km.

CONTRATO

388/2014/00/00-SETPU

CONSTRUTORA

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

TEMPO (CLIMA)

BOM

INSTÁVEL

CHUVOSO

IMPRATICÁVEL

DIA DA SEMANA

D

S

T

Q

Q

S

S

Execução de pintura de ligação - LD/LE - Est. 1820 + 0,00 a Est.1836 + 0,00

Execução de CBUQ - LD/LE - Est. 1820 + 0,00 a Est.1836 + 0,00

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

Guaxe Construtora
Cássio Murilo C. Santos
Coord. de Obras

Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1

Engº Alair Atvólos Zeferino de Paula
Portaria nº 166/2017/SAOB/SINFRA
ENG. FISCAL SINFRA



DIÁRIO DE OBRA

N. DA FOLHA

31

DATA (dd/mm/aa)

31/07/2018

OBRA

REVITALIZAÇÃO DE RODOVIA PAVIMENTADA da Rodovia MT-246, Trecho Entr.º BR-163/364 (Trevo de Jangada) - Barra do Bugres, Sub-trecho Ponte sobre o Rio Currupira - Barra do Bugres, com extensão de 45,245 km.

CONTRATO

388/2014/00/00-SETPU

CONSTRUTORA

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

TEMPO (CLIMA)

BOM

INSTÁVEL

CHUVOSO

IMPRATICÁVEL

DIA DA SEMANA

D

S

T

Q

Q

S

S

Execução de pintura de ligação - LE - Est. 1836 + 0,00 a Est.1847 + 0,00

Execução de CBUQ - LE - Est. 1836 + 0,00 a Est.1847 + 0,00

GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

Guaxe Construtora

Cássio Murilo C. Santos
Coord. de Obras

Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1

Engº Alaor Alvéolos Zeferino de Paula
Portaria nº 186/2017/SAOB/SINFRA
ENG. FISCAL SINFRA



GUAXE
CONSTRUTORA



CONTROLE TECNOLÓGICO

IC- 388/2014

8ª MEDIÇÃO PROVISÓRIA

MT-246 – Lote 2

Julho/2018



ANÁLISE ESTATÍSTICA

BANHO DE IMPRIMAÇÃO (DNIT 144/2014-ES)

RODOVIA:	Restauração MT 246	PERÍODO:	Julho 2018
TRECHO:	Entº BR 163/364 (Trevo de Jangada) Barra do Bugres	SERVIÇO:	Imprimação
SUB-TRECHO:	Ponte s/ o Rio Curupira - Barra do Bugres	Camada:	Base reciclada, melhorada com 1,5% de cimento
APLICADO:	Entre as estações 1876+0,00 - 1923+0,00	MATERIAL BETUMINOSO:	CM-30

RESPONSÁVEL PELO ENSAIO	SEGMENTO - KM		SEGMENTO O	EXTENSÃO MTS	POSICÃO	DATA	PESO DA BANDEJA		MATERIAL (Kg)	ÁREA DA BANDEJA (m²)	TAXA (l/m²)	Temperatura Aplicada	APLICAÇÃO MÍNIMA	TAXA MÍNIMA		TOLERÂNCIA - 0,1 l/m²	APLICAÇÃO MÁXIMA	TAXA MÁXIMA		TOLERÂNCIA + 0,1 l/m²
							COM MATERIAL	SEM MATERIAL						DIFERENÇA	DIFERENÇA			DIFERENÇA	DIFERENÇA	
	INICIAL	FINAL																		
Edivaldo	1876	1881	100	100	Id	30/07/2018	1649	1510	0,139	0,12	1,158	ambiente	0,8	0	OK	1,2	0,04	OK		
Edivaldo	1881	1886	100	100	le	30/07/2018	1653	1513	0,140	0,12	1,167	ambiente	0,8	0	OK	1,2	0,03	OK		
Edivaldo	1886	1891	100	100	Id	30/07/2018	1658	1515	0,143	0,12	1,192	ambiente	0,8	0	OK	1,2	0,01	OK		
Edivaldo	1891	1896	100	100	le	30/07/2018	1653	1511	0,142	0,12	1,183	ambiente	0,8	0	OK	1,2	0,02	OK		
Edivaldo	1896	1901	100	100	Id	30/07/2018	1653	1505	0,148	0,12	1,233	ambiente	0,8	0	OK	1,2	0,03	OK		
Edivaldo	1901	1906	100	100	le	30/07/2018	1653	1508	0,145	0,12	1,208	ambiente	0,8	0	OK	1,2	0,01	OK		
Edivaldo	1906	1911	100	100	Id	30/07/2018	1665	1520	0,145	0,12	1,208	ambiente	0,8	0	OK	1,2	0,01	OK		
Edivaldo	1911	1916	100	100	le	31/07/2018	1658	1500	0,158	0,12	1,317	ambiente	0,8	0	OK	1,2	0,12	TAXA ALTA		
Edivaldo	1916	1921	100	100	Id	31/07/2018	1655	1512	0,143	0,12	1,192	ambiente	0,8	0	OK	1,2	0,01	OK		
Edivaldo	1921	1923	40	40	le	31/07/2018	1650	1512	0,138	0,12	1,150	ambiente	0,8	0	OK	1,2	0,05	OK		
										MÉDIA	1,201									

RESUMO

TIPO DE IMPRIMAÇÃO	MATERIAL BETUMINOSO	QUANTIDADES	
		CM 30	EM (l/m²)
BANHO DE IMPRIMAÇÃO		0,8	a
		0,8	a
		0,8	a
			1,2
			1,2
			1,2

Eng. Responsável
Guaxe Construtora
Cássio Murilo Santos
Coord. de Obras

Laboratista Responsável
Edivaldo Aparecido da Silva
Laboratorista
Guaxe Construtora Ltda. Fiscalização

Protocolo/SINFRA
Fls. nº 60
Ass. mfb

Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1



ANÁLISE ESTATÍSTICA

BANHO DE LIGAÇÃO (DNIT 145/2012-ES)

RODOVIA:	Restauração MT 246	PERÍODO:	Junho 2018
TRECHO:	Ente BR 163/364 (Trevo de Jangada) Barra do Bugres	SERVIÇO:	Banho de ligação
SUB-TRECHO:	Ponte sobre rio Curupira / Barra do Bugres	CAMADA:	Base recidada
APLICADO:	Entre as estacas 1780 a 1923 (LD)	MATERIAL BETUMINOSO:	RR-1C

RESPONSÁVEL PELO ENSAIO	SEGMENTO - KM		SEGMENTO O	EXTENÇÃO MTS	POSICÃO	DATA	PESO DA BANDEJA		MATERIAL	ÁREA DA BANDEJA (m ²)	TAXA (l/m ²)	Temperatura Aplicada	TAXA MÍNIMA		TAXA MÁXIMA	
	INICIAL	FINAL					COM MATERIAL	SEM MATERIAL					APLICAÇÃO MÍNIMA	TOLERÂNCIA DIFERENÇA	APLICAÇÃO MÁXIMA	TOLERÂNCIA DIFERENÇA + 0,1 l/m ²
Vagner	1780	1789	180	Id	26/07/2018		381	324	0,057	0,12	0,475	62 °C	0,4	0	0,8	0,33
Vagner	1789	1795	120	Id	27/07/2018		385	324	0,061	0,12	0,508	62 °C	0,4	0	0,8	0,29
Vagner	1795	1801	120	Id	27/07/2018		384,4	325	0,059	0,12	0,495	62 °C	0,4	0	0,8	0,31
Vagner	1801	1809	160	Id	28/07/2018		382,5	325	0,058	0,12	0,479	62 °C	0,4	0	0,8	0,32
Vagner	1809	1815	120	Id	28/07/2018		386	325	0,061	0,12	0,508	62 °C	0,4	0	0,8	0,29
Vagner	1815	1822	140	Id	28/07/2018		384,5	325	0,060	0,12	0,496	62 °C	0,4	0	0,8	0,30
Vagner	1822	1829	140	Id	30/07/2018		382	324	0,058	0,12	0,483	62 °C	0,4	0	0,8	0,32
Vagner	1829	1836	140	Id	30/07/2018		385	324	0,061	0,12	0,508	62 °C	0,4	0	0,8	0,29
Vagner	1836	1847	220	Id	31/07/2018		382,5	323	0,060	0,12	0,496	62 °C	0,4	0	0,8	0,30
Vagner	1847	1885	180	Id	11/07/2018		385	323	0,062	0,12	0,517	62 °C	0,4	0	0,8	0,28
Vagner	1885	1894	180	Id	11/07/2018		381	323	0,058	0,12	0,483	62 °C	0,4	0	0,8	0,32
Vagner	1894	1902	160	Id	12/07/2018		386	324	0,062	0,12	0,517	62 °C	0,4	0	0,8	0,28
Vagner	1902	1910	160	Id	13/07/2018		386	324	0,062	0,12	0,517	62 °C	0,4	0	0,8	0,28
Vagner	1910	1916	120	Id	14/07/2018		384,5	325	0,060	0,12	0,496	62 °C	0,4	0	0,8	0,30
Vagner	1916	1923	140	Id	14/07/2018		387	325	0,062	0,12	0,517	62 °C	0,4	0	0,8	0,28
										MÉDIA	0,500					

RESUMO

TIPO DE SERVIÇO	MATERIAL	QUANTIDADES
BANHO DE LIGAÇÃO	BETUMINOSO RR-1C	EM (l/m ²)
		a
		0,4
		0,8
		0,8
		1,2

Eng. Responsável	Eng. Responsável
Edivaldo Aparecido da Silva	Guaxe Construtora
Laboratorista	Cássio Augusto C. Santos
Guaxe Construtora Ltda.	Fiscalização
	Coord. de Obras

Aster Engenharia
Supervisora - Lote 1

Protocolo/SINFRA
Fls. nº 61
Ass. mcb



ANÁLISE ESTATÍSTICA
BANHO DE LIGAÇÃO (DNIT 145/2012-ES)

RODOVIA:		Restauração MT 246		PERÍODO:		Julho 2018									
TRECHO:		Enf.º BR 163/364 (Trevo de Jangada) Barra do Bugres		SERVIÇO:		Banho de ligação									
SUB-TRECHO:		Ponte sobre rio Curupira / Barra do Bugres		CAMADA:		Base recidada									
APLICADO:		Entre as estacas 1758 a 1923 (LE)		MATERIAL BETUMINOSO:		RR-1C									
RESPONSÁVEL PELO ENSAIO	SEGMENTO - KM		EXTENSÃO MTS	POSICÃO	DATA	PESO DA BANDEJA		MATERIAL	TAXA (11 m²)	Temperatura Aplicada (62 °C)	TAXA MÍNIMA		TAXA MÁXIMA		
	INICIAL	FINAL				COM MATERIAL	SEM MATERIAL				APLICACAO MÍNIMA	DIFERENÇA	APLICACAO MÁXIMA	DIFERENÇA	TOLERÂNCIA + 0,1 mm²
Vagner	1758	1766	160	le	24/07/2018	383	325	0,058	0,12	0,483	62 °C	0,4	0	0,8	OK
Vagner	1769	1776	140	le	25/07/2018	386	327	0,059	0,12	0,492	62 °C	0,4	0	0,8	OK
Vagner	1776	1782	120	le	25/07/2018	388	326	0,062	0,12	0,517	62 °C	0,4	0	0,8	OK
Vagner	1782	1789	140	le	26/07/2018	390	325	0,065	0,12	0,542	62 °C	0,4	0	0,8	OK
Vagner	1789	1798	180	le	27/07/2018	382	325	0,057	0,12	0,475	62 °C	0,4	0	0,8	OK
Vagner	1798	1803	100	le	27/07/2018	383	326	0,057	0,12	0,475	62 °C	0,4	0	0,8	OK
Vagner	1803	1809	120	le	28/07/2018	384	327	0,057	0,12	0,475	62 °C	0,4	0	0,8	OK
Vagner	1809	1814	100	le	28/07/2018	392	324	0,068	0,12	0,567	62 °C	0,4	0	0,8	OK
Vagner	1814	1820	120	le	28/07/2018	392,5	324	0,069	0,12	0,571	62 °C	0,4	0	0,8	OK
Vagner	1820	1826	120	le	30/07/2018	385,5	323	0,063	0,12	0,521	62 °C	0,4	0	0,8	OK
Vagner	1826	1834	160	le	30/07/2018	381	325	0,056	0,12	0,467	62 °C	0,4	0	0,8	OK
Vagner	1834	1840	120	le	31/07/2018	383,5	325	0,059	0,12	0,488	62 °C	0,4	0	0,8	OK
Vagner	1840	1847	140	le	31/07/2018	380	324	0,056	0,12	0,467	62 °C	0,4	0	0,8	OK
Vagner	1876	1880	80	le	18/07/2018	379	324	0,055	0,12	0,458	64 °C	0,4	0	0,8	OK
Vagner	1880	1886	120	le	18/07/2018	382	325	0,057	0,12	0,475	64 °C	0,4	0	0,8	OK
Vagner	1886	1893	140	le	18/07/2018	379	325	0,054	0,12	0,450	64 °C	0,4	0	0,8	OK
Vagner	1893	1902	180	le	18/07/2018	387	323	0,064	0,12	0,533	64 °C	0,4	0	0,8	OK
Vagner	1902	1908	120	le	23/07/2018	384,5	323	0,062	0,12	0,513	64 °C	0,4	0	0,8	OK
Vagner	1908	1913	100	le	23/07/2018	385,5	323	0,063	0,12	0,521	64 °C	0,4	0	0,8	OK
Vagner	1913	1918	100	le	23/07/2018	385	324	0,061	0,12	0,508	64 °C	0,4	0	0,8	OK
Vagner	1918	1923	100	le	23/07/2018	383,5	324	0,060	0,12	0,496	64 °C	0,4	0	0,8	OK
									MÉDIA	0,500					
RESUMO															
TIPO DE SERVIÇO		MATERIAL BETUMINOSO		QUANTIDADES EM (11 m²)		BANHO DE LIGAÇÃO		Fiscalização							
		RR-1C		0,4 a 0,8				Eng. Responsável							
				0,4 a 0,8				Guaye Construtora Ltda.							
								Edivaldo							
								Laboratório Responsável							
								Edivaldo Aparecido da Silva							
								Laboratorista							
								Guaye Construtora Ltda.							
								Passo d'Água, C. S							



CONTROLE TECNOLÓGICO DE CONCRETO ASFÁLTICO

OBRA:	Restauração MT 246	ESTUDO:	Extração de betume
Trecho:	Entrº BR 163-Jangada a Barra do Bugres.	ESTACA:	Usina
Trecho executado:	Ponte Rio Currupira/Barra do Bugres (LOTE C)	Estacas aplicadas:	1774 a 1782
			C.B.U.Q faixa "C"

ANÁLISE GRANULOMÉTRICA

PENEIRAÇÃO DA AMOSTRA	ENSAIO				% Passando em peso nas faixas	FAIXA - Ivb do I.A - CAMADA DE ROLAMENTO				
	PESO DA AMOSTRA		742,10			FAIXA DE PROJETO		FAIXA DE TRABALHO		
	PENEIRA		MATERIAL RETIDO PESO ACUMULADO	MAT. QUE PASSA R. ACUMULADO		% QUE PASSA DA AMOSTRA TOTAL	MÍNIMO	MÁXIMO	MÍNIMO	MÁXIMO
	TIPO	mm								
	3/4"	19,10 mm	0,00	742,1		100,0	100	100	100	100
1/2"	12,50 mm	44,08	698,0	94,1	80	100	84,60	98,60		
3/8"	9,50 mm	97,94	644,2	86,8	70	90	75,60	89,60		
nº. 4	4,80 mm	241,25	500,9	67,5	44	72	61,71	71,71		
nº. 10	2,00 mm	410,14	332,0	44,7	22	50	38,48	48,98		
nº. 40	0,42 mm	619,70	122,4	16,5	8	26	8,95	18,95		
nº. 80	0,18 mm	666,68	75,4	10,2	4	16	6,24	12,24		
nº. 200	0,074 mm	696,20	45,9	6,2	2	10	2,76	7,76		

ESTABILIDADE MARSHALL

EXTRAÇÃO DE BETUME				DENSIDADE TEÓRICA				Densidade Aparente do C.P. Parafinado			
PESO DA AMOSTRA	780,30			% DE AG. GRAÚDO	95,10	34,21		C.P. Nº	1	2	3
PESO DO AGREGA	742,10			DENSIDADE REAL	-			PESO AO AR	1.190,20	1.191,60	1.190,30
TEOR DE BETUME	4,90			% DE AG. MÉDIO							
MÉDIA	4,90	TEOR PROJ.	5,00	DENSIDADE REAL							
CONDIÇÃO DNIT	Min.	-	Max.	-	SATISF.			Peso Imer. com Parf.	711,30	709,00	708,30
	OK		OK		SIM						
% Vv	RESULTADO	CONDIÇÃO DNIT	SATISFATÓRIO	% FILLER							
	3,3	OK	OK	SIM	DENSIDADE REAL						
% Vam	RESULTADO	CONDIÇÃO DNIT	SATISFATÓRIO	% BETUME	4,90	4,87					
	15,3	OK	OK	SIM	DENSIDADE REAL	1.006					
RBV	RESULTADO	CONDIÇÃO DNIT	SATISFATÓRIO	SOMA		39,08		VOLUME DO C.P.	478,90	482,60	482,00
	78,5	OK	OK	SIM	100	= DENSIDADE	2.559	DENS. APARENTE	2,485	2,469	2,470
					39,08				0,00	0,00	0,00
								DENS. DA PARAF.	0,00	0,00	0,00
								MÉDIA		2.475	

ESTABILIDADE

C.P. Nº	1	2	3
LEITURA (L)	425	435	450
CONSTANTE DA PRENSA	-	-	-
ESTABILIDADE ENCONTRADA (E)	855,95	876,09	906,30
FATOR DE CORREÇÃO (Fc)	1,14	1,14	1,14
ESTABILIDADE CORRIGIDA (Ec)	975,78	998,74	1033,18
ESTABILIDADE MÉDIA (Ec) M	MÉDIA	CONDIÇÃO DNIT	
		Min.	Max.
	1002,6	600	1200
	OK	OK	OK
			SATISFATÓRIO

FLUÊNCIA

C.P. Nº	1	2	3
LEITURA INICIAL (Li)	0,0	0,0	0,0
LEITURA FINAL (Lf)	3,6	3,7	3,6
RESULTADO (Li) - (Lf)	4	4	4
CONSTANTE	1	1	1
FLUÊNCIA (F)	3,6	3,7	3,6
FLUÊNCIA MÉDIA (Fm)	MÉDIA	CONDIÇÃO DNIT	
		Min.	Max.
	3,6	2	4,5
	OK	OK	OK
			SATISFATÓRIO

RESUMO

EXTRAÇÃO DE BETUME				DENS. APARENTE C.P. PARAFINADO	MÉDIA	2.475	ESTABILIDADE					
TEOR	4,90	SATISFATÓRIO	SIM				ESTABILIDADE MÉDIA (Ec) M		1002,57	SATISFATÓRIO	SIM	
% Vv	3,3	SATISFATÓRIO	SIM									
% Vam	15,3	SATISFATÓRIO	SIM									
RBV	78.5	SATISFATÓRIO	SIM									
								FLUÊNCIA				
								FLUÊNCIA MÉDIA (Fm)		3,63	SATISFATÓRIO	SIM

Guaxe Construtora
Cássio Augusto Santos
Coord. de Obras

Edivaldo Aparecido da Silva
Laboratorista
Guaxe Construtora Ltda.

Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1

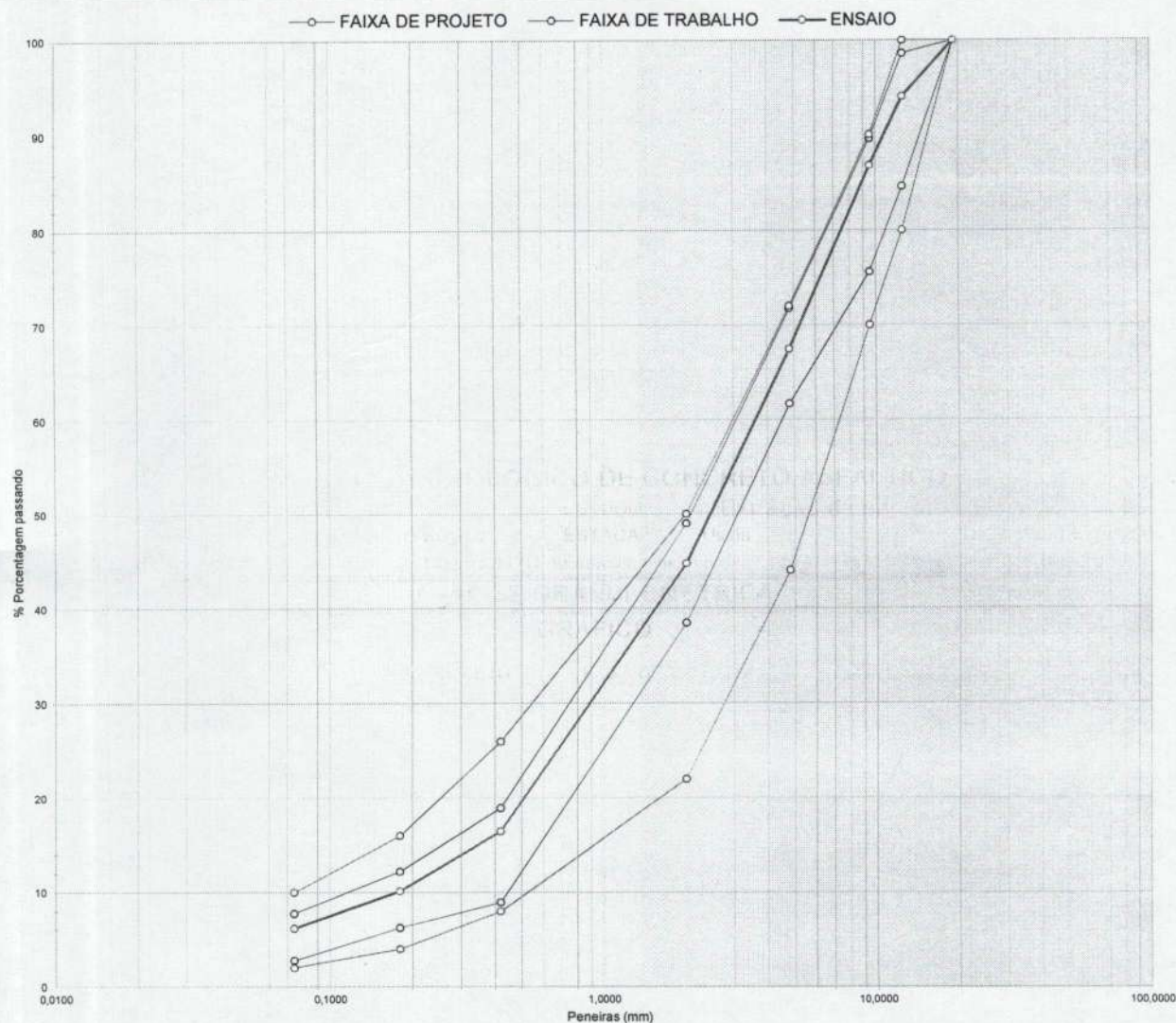


CONTROLE TECNOLÓGICO DE CONCRETO ASFÁLTICO

OBRA:	Restauração MT 246	ESTUDO:	Extração de betume	
Trecho:	Entrº BR 163-Jangada a Barra do Bugres.	ESTACA:	Usina	Posição: LE
Trecho executado:	Ponte Rio Currupira/Barra do Bugres (LOTE 1)	Estacas aplicadas:	1774 a 1782	C.B.U.Q faixa "C"

ANÁLISE GRANULOMÉTRICA

GRÁFICO



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Data de ensaio	25/07/2018	OBS:	
Material	C.B.U.Q FAIXA "C" faixa "C"		
Encº de laboratório	Engº Responsável	Engº Alaor Zeferino de Paula	Fiscal Portaria nº 186/2017/SAOB/Sinfra

Guaxe Construtora
Cássio Murilo C. Santos
Coord. de Obras

Edivaldo Aparecido da Silva
Laboratorista
Guaxe Construtora Ltda.

Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1



CONTROLE TECNOLÓGICO DE CONCRETO ASFÁLTICO

OBRA:	Restauração MT 246	ESTUDO:	Extração de betume
Trecho:	Entrº BR 163-Jangada a Barra do Bugres.	ESTACA:	Usina
Trecho executado:	Ponte Rio Currupira/Barra do Bugres (LOTE C)	Estacas aplicadas:	1766 a 1774
			C.B.U.Q faixa "C"

ANÁLISE GRANULOMÉTRICA

PENEIRAÇÃO DA AMOSTRA	ENSAIO				% Passando em peso nas faixas	FAIXA - Ivb do I.A - CAMADA DE ROLAMENTO				
	PESO DA AMOSTRA		715,15			FAIXA DE PROJETO		FAIXA DE TRABALHO		
	PENEIRA		MATERIAL RETIDO PESO ACUMULADO	MAT. QUE PASSA R. ACUMULADO		% QUE PASSA DA AMOSTRA TOTAL	MÍNIMO	MÁXIMO	MÍNIMO	MÁXIMO
	TIPO	mm								
	3/4"	19,10 mm	0,00	715,2		100,0	100	100	100	100
	1/2"	12,50 mm	53,27	661,9		92,6	80	100	84,60	98,60
3/8"	9,50 mm	88,02	627,1	87,7	70	90	75,60	89,60		
nº. 4	4,80 mm	259,67	455,5	63,7	44	72	61,71	71,71		
nº. 10	2,00 mm	403,51	311,6	43,6	22	50	38,48	48,98		
nº. 40	0,42 mm	603,32	111,8	15,6	8	26	8,95	18,95		
nº. 80	0,18 mm	643,44	71,7	10,0	4	16	6,24	12,24		
nº 200	0,074 mm	675,14	40,0	5,6	2	10	2,76	7,76		

ESTABILIDADE MARSHALL

EXTRAÇÃO DE BETUME				DENSIDADE TEÓRICA				Densidade Aparente do C.P. Parafinado			
PESO DA AMOSTRA	752,10			% DE AG. GRAÚDO	95,09	34,11		C.P. Nº	1	2	3
PESO DO AGREGA	715,15			DENSIDADE REAL	-			PESO AO AR	1.190,05	1.190,65	1.191,58
TEOR DE BETUME	4,91			% DE AG. MÉDIO							
MÉDIA	4,91	TEOR PROJ.	5,00	DENSIDADE REAL				Peso Imer. com Parf.	710,90	709,55	711,00
CONDIÇÃO DNIT	Min.	Max.	SATISF.	% DE AG. FINO							
	OK	OK	SIM	DENSIDADE REAL							
% Vv	CONDIÇÃO DNIT			% FILLER							
	Min.	Max.	SATISF.	DENSIDADE REAL							
	3,3	OK	OK	SIM	% BETUME	4,91	4,88				
% Vam	CONDIÇÃO DNIT			DENSIDADE REAL	1,006						
	Min.	Max.	SATISF.	SOMA		38,99		VOLUME DO C.P.	479,15	481,10	480,58
	15,4	OK	OK	SIM				DENS. APARENTE	2,484	2,475	2,479
RBV	CONDIÇÃO DNIT			100	= DENSIDADE	2,565					
	Min.	Max.	SATISF.	38,99				DENS. DA PARAF.	0,00	0,00	0,00
	78,4	OK	OK	SIM				MÉDIA		2,479	

ESTABILIDADE

C.P. Nº	1	2	3
LEITURA (L)	450	455	450
CONSTANTE DA PRENSA	-	-	-
ESTABILIDADE ENCONTRADA (E)	906,30	916,37	906,30
FATOR DE CORREÇÃO (Fc)	1,14	1,14	1,14
ESTABILIDADE CORRIGIDA (Ec)	1033,18	1044,66	1033,18
ESTABILIDADE MÉDIA (Ec) M	MÉDIA	CONDIÇÃO DNIT	
	1037,0	Min. 600	Max. 1200
		OK	OK
		SATISFATÓRIO	SIM

FLUENCIA

C.P. Nº	1	2	3
LEITURA INICIAL (Li)	0,0	0,0	0,0
LEITURA FINAL (Lf)	3,6	3,3	3,6
RESULTADO (Li) - (Lf)	4	3	4
CONSTANTE	1	1	1
FLUÊNCIA (F)	3,6	3,3	3,6
FLUÊNCIA MÉDIA (Fm)	MÉDIA	CONDIÇÃO DNIT	
	3,5	Min. 2	Max. 4,5
		OK	OK
		SATISFATÓRIO	SIM

RESUMO

EXTRAÇÃO DE BETUME				DENS. APARENTE C.P. PARAFINADO	ESTABILIDADE					
TEOR	4,91	SATISFATÓRIO	SIM		MÉDIA	2.479	ESTABILIDADE MÉDIA (Ec) M	1037,01	SATISFATÓRIO	SIM
% Vv	3,3	SATISFATÓRIO	SIM							
% Vam	15,4	SATISFATÓRIO	SIM							
RBV	78,4	SATISFATÓRIO	SIM							
				FLUENCIA						
						FLUÊNCIA MÉDIA (Fm)	3,50	SATISFATÓRIO	SIM	

Guaxe Construtora
Cássio Melo C. Silva
Coord. de Obras

Edivaldo Aparecido da Silva
Laboratorista
Guaxe Construtora Ltda.

Astec Engenharia
Superviso - Lote 1

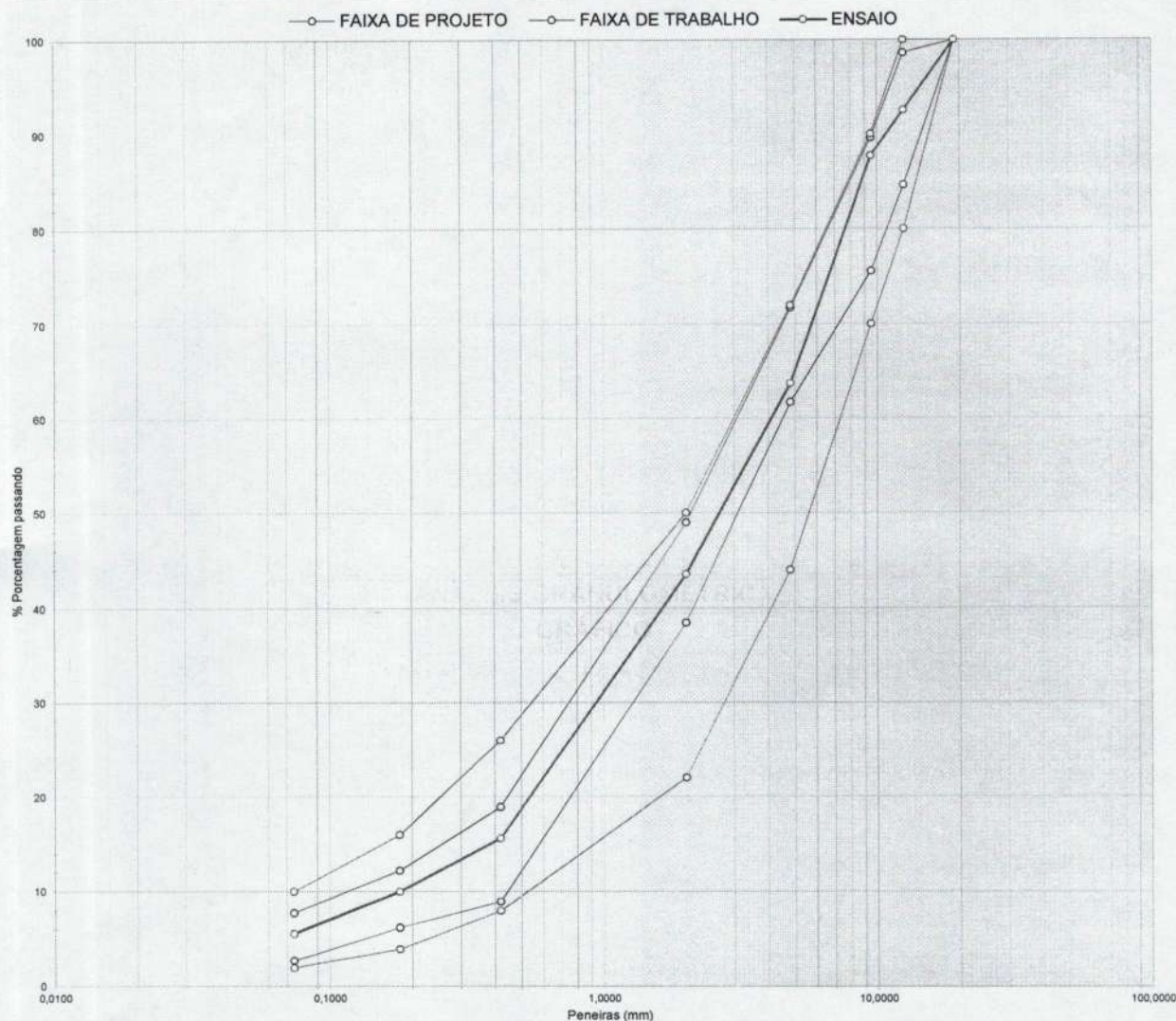


CONTROLE TECNOLÓGICO DE CONCRETO ASFÁLTICO

OBRA:	Restauração MT 246	ESTUDO:	Extração de betume	
Trecho:	Entrº BR 163-Jangada a Barra do Bugres.	ESTACA:	Usina	Posição: LE
Trecho executado:	Ponte Rio Currupira/Barra do Bugres (LOTE 1)	Estacas aplicadas:	1766 a 1774	C.B.U.Q faixa "C"

ANÁLISE GRANULOMÉTRICA

GRÁFICO



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Data de ensaio	24/07/2018	OBS:	
Material	C.B.U.Q FAIXA "C" faixa "C"		
Encº de laboratório	Edvaldo	Engº Responsável	Engº Alaor Zeferino de Paula
	Edvaldo Aparecido da Silva		Fiscal Portaria nº 186/2017/SAOB/Sinfra

Guaxe Construtora
Cássio Murilo C. Santos
Coord. de Obras

Guaxe Construtora
Cássio Murilo C. Santos
Coord. de Obras

Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1



CONTROLE TECNOLÓGICO DE CONCRETO ASFÁLTICO

OBRA:	Restauração MT 246	ESTUDO:	Extração de betume
Trecho:	Entrº BR 163-Jangada a Barra do Bugres.	ESTACA:	Usina
Trecho executado:	Ponte Rio Currupira/Barra do Bugres (LOTE 1)	Estacas aplicadas:	1758 a 1766
			C.B.U.Q faixa "C"

ANÁLISE GRANULOMÉTRICA

PENERAÇÃO DA AMOSTRA	ENSAIO				% Passando em peso nas faixas	FAIXA - Ivb do I.A - CAMADA DE ROLAMENTO				
	PESO DA AMOSTRA		764,95			FAIXA DE PROJETO		FAIXA DE TRABALHO		
	PENEIRA		MATERIAL RETIDO PESO ACUMULADO	MAT. QUE PASSA R. ACUMULADO		% QUE PASSA DA AMOSTRA TOTAL	MÍNIMO	MÁXIMO	MÍNIMO	MÁXIMO
	TIPO	mm								
	3/4"	19,10 mm	0,00	765,0		100,0	100	100	100	100
	1/2"	12,50 mm	33,28	731,7		95,6	80	100	84,60	98,60
	3/8"	9,50 mm	97,34	667,6	87,3	70	90	75,60	89,60	
	nº. 4	4,80 mm	251,47	513,5	67,1	44	72	61,71	71,71	
	nº. 10	2,00 mm	419,67	345,3	45,1	22	50	38,48	48,98	
	nº. 40	0,42 mm	632,33	132,6	17,3	8	26	8,95	18,95	
	nº. 80	0,18 mm	687,81	77,1	10,1	4	16	6,24	12,24	
	nº. 200	0,074 mm	720,03	44,9	5,9	2	10	2,76	7,76	

ESTABILIDADE MARSHALL

EXTRAÇÃO DE BETUME				DENSIDADE TEÓRICA		Densidade Aparente do C.P. Parafinado			
PESO DA AMOSTRA	804,00			% DE AG. GRAÚDO	95,14	C.P. Nº	1	2	3
PESO DO AGREGA	764,95			DENSIDADE REAL	34,13	PESO AO AR	1.192,65	1.191,20	1.192,30
TEOR DE BETUME	4,86			% DE AG. MÉDIO					
MÉDIA	4,86	TEOR PROJ.	5,00	DENSIDADE REAL					
CONDIÇÃO DNIT	Min.	-	Max.	% DE AG. FINO		Peso Imer. com Parf.	711,30	708,80	709,00
	OK	OK	SIM	DENSIDADE REAL					
% Vv	CONDIÇÃO DNIT			% FILLER					
	Min.	3	Max.	DENSIDADE REAL					
	3,7	OK	OK	% BETUME	4,86				
% Vam	CONDIÇÃO DNIT			DENSIDADE REAL	1.006				
	Min.	12	Max.	SOMA	38,95	VOLUME DO C.P.	481,35	482,40	483,30
	15,7	OK	OK			DENS. APARENTE	2,478	2,469	2,467
RBV	CONDIÇÃO DNIT			100 = DENSIDADE	2.567	DENS. DA PARAF.	0,00	0,00	0,00
	Min.	75	Max.			MÉDIA		2,471	
	76,2	OK	OK						

ESTABILIDADE

C.P. Nº	1	2	3
LEITURA (L)	450	455	430
CONSTANTE DA PRENSA	-	-	-
ESTABILIDADE ENCONTRADA (E)	906,30	916,37	866,02
FATOR DE CORREÇÃO (Fc)	1,14	1,14	0,00
ESTABILIDADE CORRIGIDA (Ec)	1033,18	1044,66	866,02
ESTABILIDADE MÉDIA (Ec) M	MÉDIA		CONDICÃO DNIT
			Min. 600 Max. 1200
	981,3		OK OK
			SATISFATÓRIO SIM

FLUENCIA

C.P. Nº	1	2	3
LEITURA INICIAL (Li)	0,0	0,0	0,0
LEITURA FINAL (Lf)	3,0	3,1	3,1
RESULTADO (Li) - (Lf)	3	3	3
CONSTANTE	1	1	1
FLUÊNCIA (F)	3,0	3,1	3,1
FLUÊNCIA MÉDIA (Fm)	MÉDIA		CONDICÃO DNIT
			Min. 2 Max. 4,5
	3,1		OK OK
			SATISFATÓRIO SIM

RESUMO

EXTRAÇÃO DE BETUME				DENS. APARENTE C.P. PARAFINADO		ESTABILIDADE	
TEOR	4,86	SATISFATÓRIO	SIM	MÉDIA	2.471	ESTABILIDADE MÉDIA (Ec) M	981,29
% Vv	3,7	SATISFATÓRIO	SIM				SATISFATÓRIO SIM
% Vam	15,7	SATISFATÓRIO	SIM			FLUENCIA	
RBV	76,2	SATISFATÓRIO	SIM			FLUÊNCIA MÉDIA (Fm)	3,07
							SATISFATÓRIO SIM

Guaxe Construtora
Cássio Murilo C. Santos
Coord. de Obras

Edivaldo Aparecido da Silva
Laboratorista
Guaxe Construtora Ltda.

Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1

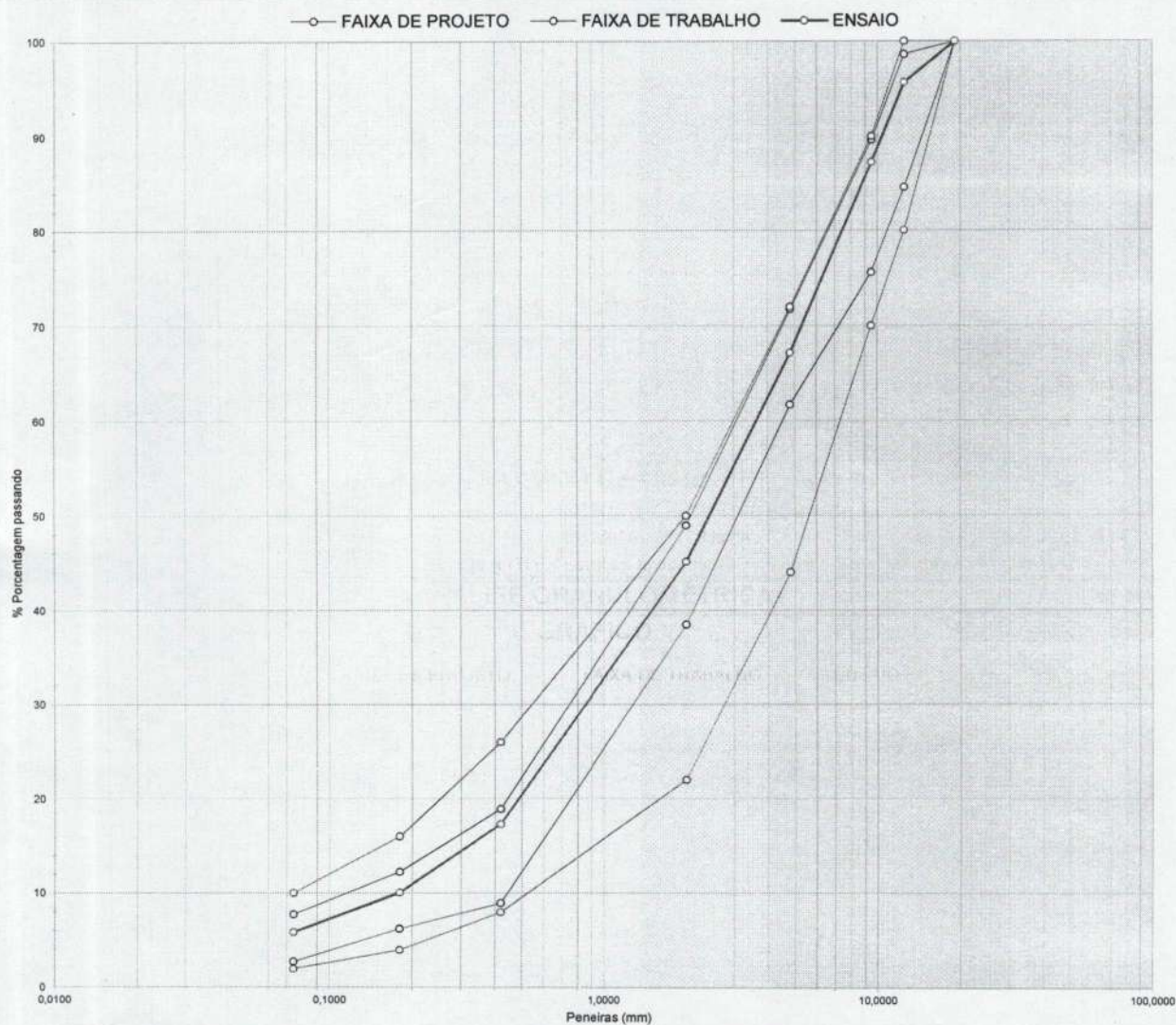


CONTROLE TECNOLÓGICO DE CONCRETO ASFÁLTICO

OBRA:	Restauração MT 246	ESTUDO:	Extração de betume	
Trecho:	Entrº BR 163-Jangada a Barra do Bugres.	ESTACA:	Usina	Posição: LE
Trecho executado:	Ponte Rio Currupira/Barra do Bugres (LOTE 1)	Estacas aplicadas:	1758 a 1766	C.B.U.Q faixa "C"

ANÁLISE GRANULOMÉTRICA

GRÁFICO



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

OBS:	
Data de ensaio	24/07/2018
Material	C.B.U.Q FAIXA "C" faixa "C"
Edvaldo	
Engº de laboratório	Engº Responsável

Edvaldo Aparecido da Silva
Laboratorista
Guaxe Construtora Ltda.

Guaxe Construtora
Cássio Muniz
Coord. de

Engº Alaor Zeferino de Paula
Fiscal Portaria nº 186/2017/SAOB/Sinfra

Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1

Protocolo/SINFRA
Fls. nº 68
Ass. mab



CONTROLE TECNOLÓGICO DE CONCRETO ASFÁLTICO

OBRA:	Restauração MT 246	ESTUDO:	Extração de betume
Trecho:	Entrº BR 163-Jangada a Barra do Bugres.	Estaca/coleta :	Na usina
Trecho executado:	Ponte Rio Currupira/Barra do Bugres (LOTE	Estacas aplicadas:	1795 a 1803
			C.B.U.Q faixa "C"

ANÁLISE GRANULOMÉTRICA

PENEIRAÇÃO DA AMOSTRA	ENSAIO				% Passando em peso nas faixas	FAIXA - Ivb do I.A - CAMADA DE ROLAMENTO				
	PESO DA AMOSTRA		593,10			FAIXA DE PROJETO		FAIXA DE TRABALHO		
	PENEIRA		MATERIAL RETIDO PESO ACUMULADO	MAT. QUE PASSA R. ACUMULADO		% QUE PASSA DA AMOSTRA TOTAL	MÍNIMO	MÁXIMO	MÍNIMO	MÁXIMO
	TIPO	mm								
	3/4"	19,10 mm	0,00	593,1		100,0	100	100	100	100
1/2"	12,50 mm	50,12	543,0	91,5	80	100	84,60	98,60		
3/8"	9,50 mm	90,14	503,0	84,8	70	90	75,60	89,60		
nº. 4	4,80 mm	198,89	394,2	66,5	44	72	61,71	71,71		
nº. 10	2,00 mm	339,98	253,1	42,7	22	50	38,48	48,98		
nº. 40	0,42 mm	500,12	93,0	15,7	8	26	8,95	18,95		
nº. 80	0,18 mm	532,11	61,0	10,3	4	16	6,24	12,24		
nº. 200	0,074 mm	558,47	34,6	5,8	2	10	2,76	7,76		

ESTABILIDADE MARSHALL

EXTRAÇÃO DE BETUME				DENSIDADE TEÓRICA		Densidade Aparente do C.P. Parafinado			
PESO DA AMOSTRA	623,50			% DE AG. GRAÚDO	95,12	C.P. Nº	1	2	3
PESO DO AGREGA	593,10			DENSIDADE REAL	-	PESO AO AR	1.199,11	1.199,05	1.199,01
TEOR DE BETUME	4,88			% DE AG. MÉDIO					
MÉDIA	4,88	TEOR PROJ.	5,00	DENSIDADE REAL					
CONDIÇÃO DNIT	Min.	-	Max.	% DE AG. FINO		Peso lmer. com Parf.	715,20	714,88	715,90
	OK		OK	DENSIDADE REAL					
% Vv	CONDICÃO DNIT			% FILLER					
	Min.	3	Max.	DENSIDADE REAL					
	3,4	OK	OK	% BETUME	4,88				
% Vam	CONDICÃO DNIT			DENSIDADE REAL	1.006				
	Min.	12	Max.	SOMA	38,97	VOLUME DO C.P.	483,91	484,17	483,11
	15,4	OK	OK			DENS. APARENTE	2,478	2,477	2,482
RBV	CONDICÃO DNIT			100	= DENSIDADE		0,00	0,00	0,00
	Min.	75	Max.	38,97	2.566	DENS. DA PARAF.	0,00	0,00	0,00
	77,9	OK	OK			MÉDIA	2.479		

ESTABILIDADE				FLUENCIA			
C.P. Nº	1	2	3	C.P. Nº.	1	2	3
LEITURA (L)	465	423	440	LEITURA INICIAL (Li)	0,0	0,0	0,0
CONSTANTE DA PRENSA	-	-	-	LEITURA FINAL (Lf)	3,5	3,8	3,8
ESTABILIDADE ENCONTRADA (E)	992,78	903,11	939,40	RESULTADO (Li) - (Lf)	4	4	4
FATOR DE CORREÇÃO (Fc)	0,00	1,09	0,00	CONSTANTE	1	1	1
ESTABILIDADE CORRIGIDA (Ec)	992,78	984,38	939,40	FLUÊNCIA (F)	3,5	3,8	3,8
ESTABILIDADE MÉDIA (Ec) M	MÉDIA	CONDICÃO DNIT		FLUÊNCIA MÉDIA (Fm)	MÉDIA	CONDICÃO DNIT	
		Min.	600			Min.	2
	972,2	OK	OK		3,7	OK	OK
		SATISFATÓRIO	SIM			SATISFATÓRIO	SIM

RESUMO

EXTRAÇÃO DE BETUME			DENS. APARENTE C.P. PARAFINADO		ESTABILIDADE		
TEOR	4,88	SATISFATÓRIO	SIM	MÉDIA	ESTABILIDADE MÉDIA (Ec) M	972,19	SATISFATÓRIO
% Vv	3,4	SATISFATÓRIO	SIM				SIM
% Vam	15,4	SATISFATÓRIO	SIM		FLUÊNCIA MÉDIA (Fm)	3,70	SATISFATÓRIO
RBV	77,9	SATISFATÓRIO	SIM				SIM

Guaxe Construtora
Cássio Moraes Santos
Coord. de Obras

Edivaldo Aparecido da Silva
Laboratorista
Guaxe Construtora Ltda.

Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1

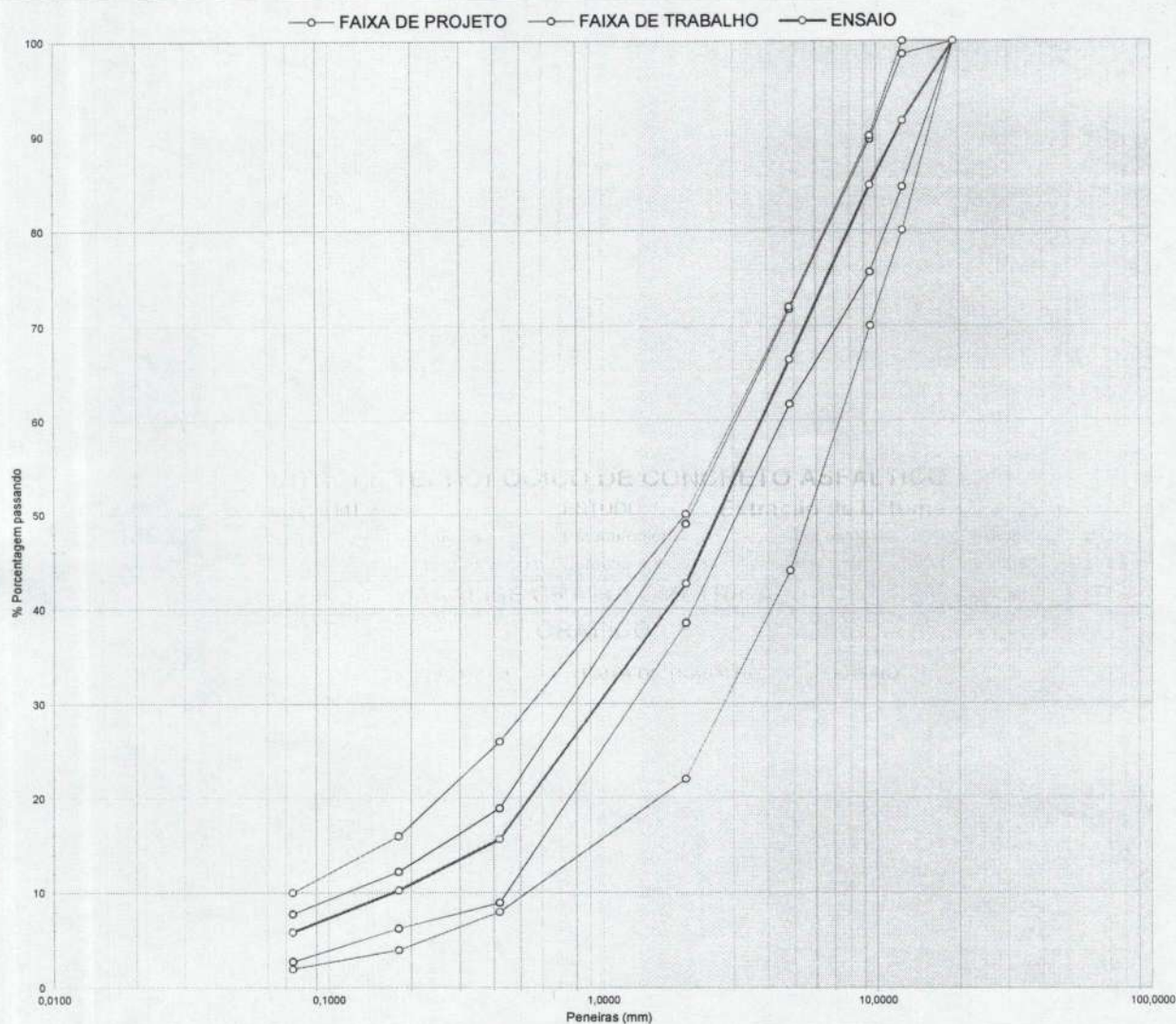


CONTROLE TECNOLÓGICO DE CONCRETO ASFÁLTICO

OBRA:	Restauração MT 246	ESTUDO:	Extração de betume	
Trecho:	Entrº BR 163-Jangada a Barra do Bugres.	Estaca/coleta :	Na usina	Posição: LD
Trecho executado:	Ponte Rio Currupira/Barra do Bugres (LOTE	Estacas aplicadas:	1795 a 1803	C.B.U.Q faixa "C"

ANÁLISE GRANULOMÉTRICA

GRÁFICO



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Data de ensaio	27/07/2018	OBS:	
Material	C.B.U.Q FAIXA "C" faixa "C"		
Encº de laboratório	Engº Responsável	Engº Alaor Zeferino de Paula	Fiscal Portaria nº 101/2017/SAOB/Sinfra

Edivaldo
Encº de laboratório
Edivaldo Aparecido da Silva
Laboratorista
Guaxe Construtora Ltda.

Guaxe Construtor
Cássio Murilo C. Santos
Coord. de Obras



CONTROLE TECNOLÓGICO DE CONCRETO ASFÁLTICO

OBRA:	Restauração MT 246	ESTUDO:	Extração de betume
Trecho:	Entrº BR 163-Jangada a Barra do Bugres.	Estaca/coleta :	Na usina
Trecho executado:	Ponte Rio Curupira/Barra do Bugres (LOTE 1)	Estacas aplicadas:	1788 a 1795
			C.B.U.Q faixa "C"

ANÁLISE GRANULOMÉTRICA

PENEIRAÇÃO DA AMOSTRA	ENSAIO					FAIXA - Ivb do I.A - CAMADA DE ROLAMENTO			
	PESO DA AMOSTRA			753,25		FAIXA DE PROJETO		FAIXA DE TRABALHO	
	PENEIRA		MATERIAL RETIDO PESO ACUMULADO	MAT. QUE PASSA R. ACUMULADO	% QUE PASSA DA AMOSTRA TOTAL	MÍNIMO	MÁXIMO	MÍNIMO	MÁXIMO
	TIPO	mm							
	3/4"	19,10 mm	0,00	753,3	100,0	100	100	100	100
	1/2"	12,50 mm	36,77	716,5	95,1	80	100	84,60	98,60
3/8"	9,50 mm	99,15	654,1	86,8	70	90	75,60	89,60	
nº. 4	4,80 mm	234,13	519,1	68,9	44	72	61,71	71,71	
nº. 10	2,00 mm	402,97	350,3	46,5	22	50	38,48	48,98	
nº. 40	0,42 mm	638,17	115,1	15,3	8	26	8,95	18,95	
nº. 80	0,18 mm	671,82	81,4	10,8	4	16	6,24	12,24	
nº. 200	0,074 mm	710,03	43,2	5,7	2	10	2,76	7,76	

ESTABILIDADE MARSHALL

EXTRAÇÃO DE BETUME				DENSIDADE TEÓRICA		Densidade Aparente do C.P. Parafinado			
PESO DA AMOSTRA	792,00			% DE AG. GRAÚDO	95,11	C.P. Nº	1	2	3
PESO DO AGREGA	753,25			DENSIDADE REAL	34,11	PESO AO AR	1.201,00	1.200,50	1.197,80
TEOR DE BETUME	4,89			% DE AG. MÉDIO					
MÉDIA	4,89	TEOR PROJ.	5,00	DENSIDADE REAL		Peso lmer. com Parf.	714,55	717,00	712,00
CONDIÇÃO DNIT	Min.	-	Max.	% DE AG. FINO					
	OK	OK	SIM	DENSIDADE REAL					
% Vv	CONDICÃO DNIT			% FILLER					
	Min.	3	Max. 5	DENSIDADE REAL					
	3,6	OK	OK	% BETUME	4,89				
% Vam	CONDICÃO DNIT			DENSIDADE REAL	1.006				
	Min.	12	Max. 18	SOMA	38,98	VOLUME DO C.P.	486,45	483,50	485,80
	15,7	OK	OK			DENS. APARENTE	2,469	2,483	2,466
RBV	CONDICÃO DNIT			100 = DENSIDADE	2.566				
	Min.	75	Max. 82	38,98		DENS. DA PARAF.	0,00	0,00	0,00
	76,8	OK	OK			MÉDIA		2,472	

ESTABILIDADE

C.P. Nº	1	2	3
LEITURA (L)	435	444	428
CONSTANTE DA PRENSA	-	-	-
ESTABILIDADE ENCONTRADA (E)	928,73	947,94	913,78
FATOR DE CORREÇÃO (Fc)	1,09	0,00	1,09
ESTABILIDADE CORRIGIDA (Ec)	1012,31	947,94	996,02
ESTABILIDADE MÉDIA (Ec) M	MÉDIA	CONDICÃO DNIT	
		Min.	Max.
	985,4	600	1200
	OK	OK	OK
	SATISFATÓRIO	SIM	SIM

FLUENCIA

C.P. Nº	1	2	3
LEITURA INICIAL (Li)	0,0	0,0	0,0
LEITURA FINAL (Lf)	3,7	3,8	3,8
RESULTADO (Li) - (Lf)	4	4	4
CONSTANTE	1	1	1
FLUÊNCIA (F)	3,7	3,8	3,8
FLUÊNCIA MÉDIA (Fm)	MÉDIA	CONDICÃO DNIT	
		Min.	Max.
	3,8	2	4,5
	OK	OK	OK
	SATISFATÓRIO	SIM	SIM

RESUMO

EXTRAÇÃO DE BETUME				DENS. APARENTE C.P. PARAFINADO	ESTABILIDADE					
TEOR	4,89	SATISFATÓRIO	SIM		MÉDIA	2.472	ESTABILIDADE MÉDIA (Ec) M	985,42	SATISFATÓRIO	SIM
% Vv	3,6	SATISFATÓRIO	SIM							
% Vam	15,7	SATISFATÓRIO	SIM							
RBV	76.8	SATISFATÓRIO	SIM							
						FLUÊNCIA				
						FLUÊNCIA MÉDIA (Fm)	3,77	SATISFATÓRIO	SIM	

Guaxe Construtora
Cássio Munio C. Santos
Coord. de Obras

Edivaldo Aparecido da Silva
Laboratorista
Guaxe Construtora Ltda.

Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1

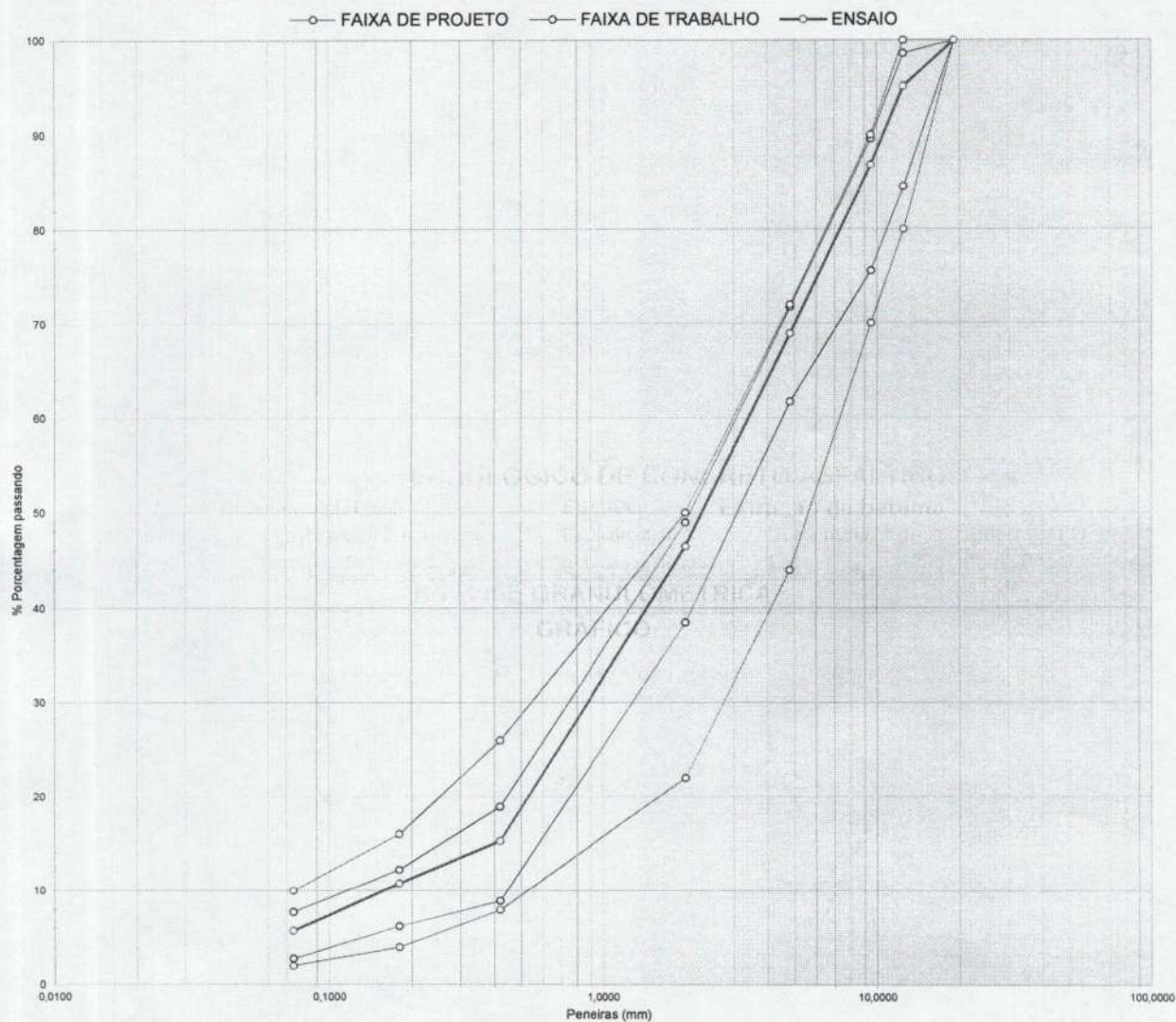


CONTROLE TECNOLÓGICO DE CONCRETO ASFÁLTICO

OBRA:	Restauração MT 246	ESTUDO:	Extração de betume	
Trecho:	Entrº BR 163-Jangada a Barra do Bugres.	Estaca/coleta :	Na usina	Posição: LD
Trecho executado:	Ponte Rio Currupira/Barra do Bugres (LOTE 1)	Estacas aplicadas:	1788 a 1795	C.B.U.Q faixa "C"

ANÁLISE GRANULOMÉTRICA

GRÁFICO



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

OBS:	
Data de ensaio	26/07/2018
Material	C.B.U.Q FAIXA "C" faixa "C"
Encº de laboratório	Engº Responsável

Edivaldo
Laboratorista
Guaxe Construtora Ltda.

Guaxe Construtora
Cássio Murilo C. Santos
Coord. de Ob

Engº Alaor Zeferino de Paula
Fiscal Portaria nº 101/2017/SAOB/Sinfra

Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1



CONTROLE TECNOLÓGICO DE CONCRETO ASFÁLTICO

OBRA:	Restauração MT 246	ESTUDO:	Extração de betume
Trecho:	Entrº BR 163-Jangada a Barra do Bugres.	Estaca/coleta:	Na usina
Trecho executado:	Ponte Rio Curupira/Barra do Bugres (LOTE C)	Estacas aplicadas:	1780 a 1788
			C.B.U.Q faixa "C"

ANÁLISE GRANULOMÉTRICA

PENEIRAÇÃO DA AMOSTRA	ENSAIO				% Passando em peso nas faixas	FAIXA - Ivb do I.A - CAMADA DE ROLAMENTO				
	PESO DA AMOSTRA		661,10			FAIXA DE PROJETO		FAIXA DE TRABALHO		
	PENEIRA		MATERIAL RETIDO PESO ACUMULADO	MAT. QUE PASSA R. ACUMULADO		% QUE PASSA DA AMOSTRA TOTAL	MÍNIMO	MÁXIMO	MÍNIMO	MÁXIMO
	TIPO	mm								
	3/4"	19,10 mm	0,00	661,1		100,0	100	100	100	100
	1/2"	12,50 mm	32,10	629,0		95,1	80	100	84,60	98,60
	3/8"	9,50 mm	91,20	569,9	86,2	70	90	75,60	89,60	
	nº. 4	4,80 mm	231,00	430,1	65,1	44	72	61,71	71,71	
	nº. 10	2,00 mm	372,28	288,8	43,7	22	50	38,48	48,98	
	nº. 40	0,42 mm	552,22	108,9	16,5	8	26	8,95	18,95	
	nº. 80	0,18 mm	590,12	71,0	10,7	4	16	6,24	12,24	
	nº. 200	0,074 mm	618,98	42,1	6,4	2	10	2,76	7,76	

ESTABILIDADE MARSHALL

EXTRAÇÃO DE BETUME				DENSIDADE TEÓRICA		Densidade Aparente do C.P. Parafinado		
PESO DA AMOSTRA	695,10			% DE AG. GRAÚDO	95,11	C.P. Nº	1	2
PESO DO AGREGA	661,10			DENSIDADE REAL	-	PESO AO AR	1.195,00	1.198,00
TEOR DE BETUME	4,89			% DE AG. MÉDIO				
MÉDIA	4,89	TEOR PROJ.	5,00	DENSIDADE REAL		Peso Imer. com Parf.	715,00	712,80
CONDIÇÃO DNIT	Min.	-	Max.	% DE AG. FINO				
	OK		SIM	DENSIDADE REAL				
% Vv	RESULTADO	CONDIÇÃO DNIT	SATISFATÓRIO	% FILLER				
	3,4	Min. 3 Max. 5	SIM	DENSIDADE REAL				
% Vam	RESULTADO	CONDIÇÃO DNIT	SATISFATÓRIO	% BETUME	4,89			
	15,4	Min. 12 Max. 18	SIM	DENSIDADE REAL	1.006			
RBV	RESULTADO	CONDIÇÃO DNIT	SATISFATÓRIO	SOMA	38,98	VOLUME DO C.P.	480,00	485,20
	78,0	Min. 75 Max. 82	SIM	100 = DENSIDADE	2.566	DENS. APARENTE	2,490	2,469
				38,98		DENS. DA PARAF.	0,00	0,00
						MÉDIA	2,479	

ESTABILIDADE

C.P. Nº	1	2	3
LEITURA (L)	410	415	497
CONSTANTE DA PRENSA	-	-	-
ESTABILIDADE ENCONTRADA (E)	875,35	886,03	1061,10
FATOR DE CORREÇÃO (Fc)	1,14	1,09	1,09
ESTABILIDADE CORRIGIDA (Ec)	997,90	965,77	1156,59
ESTABILIDADE MÉDIA (Ec) M	MÉDIA	CONDIÇÃO DNIT	
		Min. 600 Max. 1200	
	1040,1	OK	OK
		SATISFATÓRIO	SIM

FLUENCIA

C.P. Nº	1	2	3
LEITURA INICIAL (Li)	0,0	0,0	0,0
LEITURA FINAL (Lf)	3,7	3,5	3,6
RESULTADO (Li) - (Lf)	4	4	4
CONSTANTE	1	1	1
FLUÊNCIA (F)	3,7	3,5	3,6
FLUÊNCIA MÉDIA (Fm)	MÉDIA	CONDIÇÃO DNIT	
		Min. 2 Max. 4,5	
	3,6	OK	OK
		SATISFATÓRIO	SIM

RESUMO

EXTRAÇÃO DE BETUME				DENS. APARENTE C.P. PARAFINADO		ESTABILIDADE	
TEOR	4,89	SATISFATÓRIO	SIM	MÉDIA	2.479	ESTABILIDADE MÉDIA (Ec) M	1040,09
% Vv	3,4	SATISFATÓRIO	SIM			SATISFATÓRIO	SIM
% Vam	15,4	SATISFATÓRIO	SIM				
RBV	78,0	SATISFATÓRIO	SIM			FLUENCIA	
						FLUÊNCIA MÉDIA (Fm)	3,58
						SATISFATÓRIO	SIM

Guaxe Construtora
Cássio M. Santos
Coord. de Obras

Edivaldo Aparecido da Silva
Laboratorista
Guaxe Construtora Ltda.

Astec Engenharia
Supervisora - Lote 1

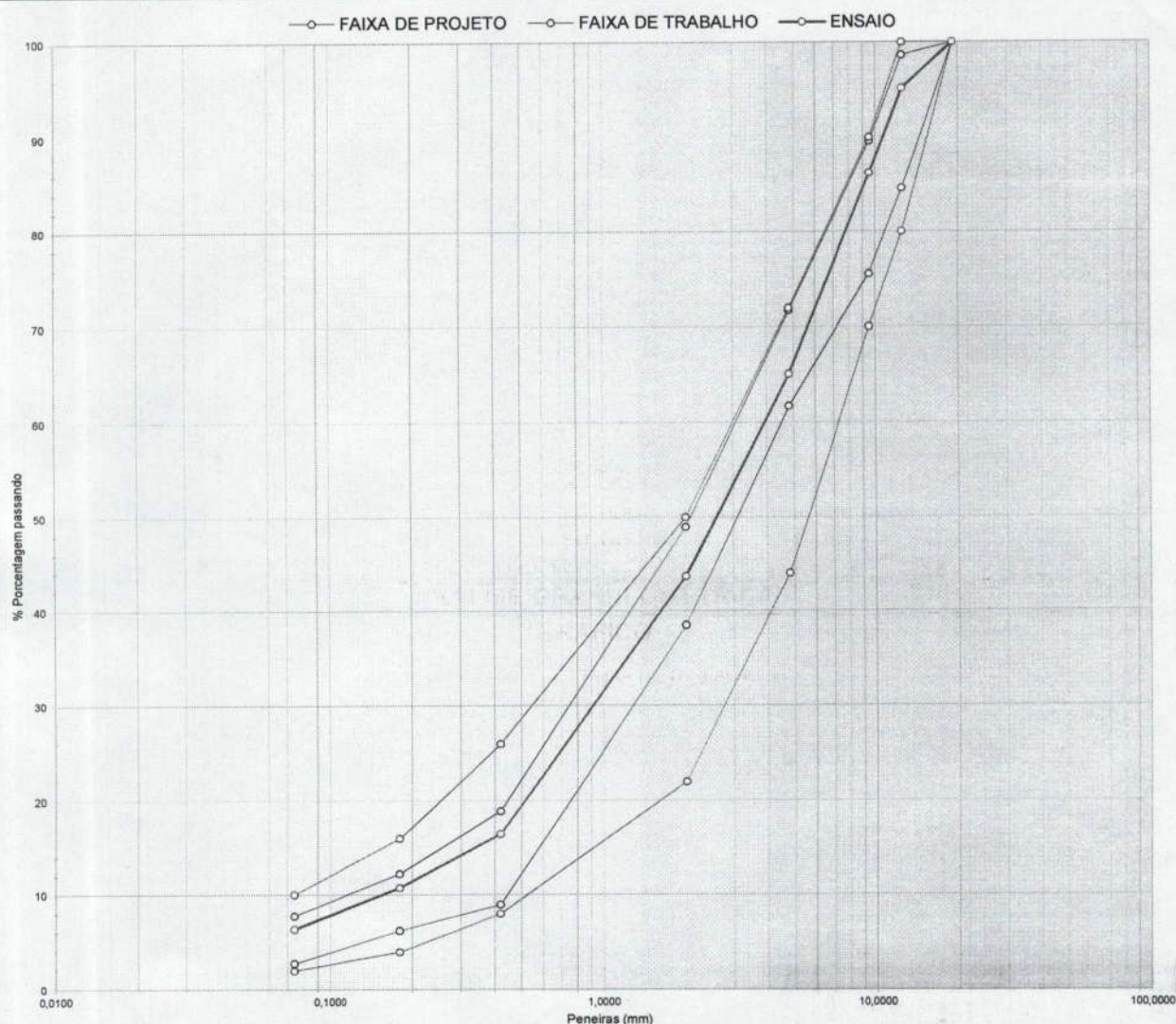


CONTROLE TECNOLÓGICO DE CONCRETO ASFÁLTICO

OBRA:	Restauração MT 246	ESTUDO:	Extração de betume	
Trecho:	Entrº BR 163-Jangada a Barra do Bugres.	Estaca/coleta :	Na usina	Posição: LD
Trecho executado:	Ponte Rio Currupira/Barra do Bugres (LOTE 1)	Estacas aplicadas:	1780 a 1788	C.B.U.Q faixa "C"

ANÁLISE GRANULOMÉTRICA

GRÁFICO



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

OBS:	
Data de ensaio	25/07/2018
Material	C.B.U.Q FAIXA "C" faixa "C"
Encº de laboratório	Engº Responsável
Edivaldo Aparecido da Silva	Guaxe Construtora
Laboratorista	Cássio Murilo C. Santos
Guaxe Construtora Ltda.	Coord. de Obras
	Engº Alaor Zeferino de Paula
	Fiscal Portaria nº 101/2017/SAOB/Sinfra

Astec Engenharia
Supervisão - Lote 1



Encaminhamento de Medição Provisória

Ilmo Sr.

Marcos Catalano Correa

Secretário Adjunto de Obras. (SAOB)

CUIABÁ/MT



Assunto: 08ª (Oitava) Medição. Medição Provisória.

Ref. I.C. Nº 388/2.014.

Firma: Guaxe Construtora Ltda.

Através do presente, encaminho a V.S.ª 08ª (Oitava) Medição Provisória após análise Técnica.

CONFORMIDADE

Atestado de Conformidade dos documentos folhas 04 a 75.

Em 14 de Setembro de 2018.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Diogo Menezes Souza'.

Eng.º Diogo Menezes Souza

Superintendente de Execução e Fiscalização de Obras I

Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SINFRA

Encaminhamento de Medição

Ilmo Sr.

Eng.º Marcos Catalano Correa

M.D. Secretário Adjunto, de Obras - SAOB

CUIABÁ/MT

Assunto: 8ª (Oitava) Medição Provisória

Ref. I.C. Nº 388/2014

Através da presente, encaminho a V.S.ª a 8ª (Oitava) Medição Provisória, após conferência do arquivo em mídia digital (CD em Anexo) com as cópias impressas, sendo exclusivamente a elaboração de responsabilidade do Fiscal designado em portaria e aprovado tecnicamente pela superintendência da região, estando apta para o procedimento de pagamento, de acordo com o valor abaixo firmado em

8ª (Oitava) Medição Provisória.....R\$ 366.738,59

CONFORMIDADE

Atestado de Conformidade dos documentos fls. 02 a 76.

Em 25 de Setembro de 2018.

Engº Julio Mangini Fernandes Neto

Superintendente

SUCEO/SAOB/SINFRA-MT



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
1ª VARA ESP. DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ



DECISÃO

Processo: 1016675-85.2018.8.11.0041.

IMPETRANTE: GUAXE CONSTRUTORA LTDA

IMPETRADO: SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA DA SINFRAMT

Vistos etc.

Limita-se a porfia dos autos quanto ao presumível direito da impetrante de receber pelos serviços prestados ao Estado de Mato Grosso, sem haver a certidão de regularidade fiscal, perante as receitas Municipal, Estadual e Federal.

Pois bem.

A Lei do Mandado de Segurança, como é sabido exige o preenchimento de determinados requisitos para o deferimento de liminar, quais sejam: que os fundamentos da impetração sejam relevantes e que a medida se torne ineficaz caso seja, ao final, concedida a segurança.

Atento às supramencionadas considerações e às especificidades da presente situação fática, vejo comprovados, de plano, os pressupostos legais indispensáveis ao deferimento da liminar.

Inobstante o inc. XIII do art. 55 da Lei nº 8.666/93 preconizar a obrigatoriedade de o contratado manter, durante toda a execução do contrato, as obrigações por ele assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. A referida norma, não prevê a possibilidade de retenção do pagamento com base na regularidade fiscal.

Deveras, as sanções administrativas decorrentes do descumprimento do contrato administrativo estão insertas nos arts. 86 a 88^[1], onde, não se apercebe a retenção de pagamento.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO CONTRATUAL. DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE MANTER A REGULARIDADE FISCAL.

RETENÇÃO DO PAGAMENTO DAS FATURAS PELOS SERVIÇOS JÁ PRESTADOS. IMPOSSIBILIDADE. 1. A pretensão recursal destoa da jurisprudência dominante nesta Corte no sentido da ilegalidade da retenção ao pagamento devido a fornecedor em situação de irregularidade perante o Fisco, por extrapolar as normas previstas nos arts. 55 e 87 da Lei 8.666/93. Precedentes: AgRg no REsp 1313659/RR, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 06/11/2012; REsp 633432/MG, rel. Ministro Luiz Fux, DJ 20/6/2005; AgRg no REsp 1048984/DF, rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 10/9/2009; RMS 24953/CE, rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 17/03/2008. 2. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 277.049/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/03/2013, DJe 19/03/2013)" (destaquei)

"ADMINISTRATIVO. CONTRATO. ECT. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE. DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE MANTER A REGULARIDADE FISCAL. RETENÇÃO DO PAGAMENTO DAS FATURAS. IMPOSSIBILIDADE. 1. A exigência de regularidade fiscal para a participação no procedimento licitatório funda-se na Constituição Federal, que dispõe no § 3º do art. 195 que "a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios", e deve ser mantida durante toda a execução do contrato, consoante o art. 55 da Lei 8.666/93. 2. O ato administrativo, no Estado Democrático de Direito, está subordinado ao princípio da legalidade (CF/88, arts. 5º, II, 37, caput, 84, IV), o que equivale assentar que a Administração poderá atuar tão-somente de acordo com o que a lei determina.

3. Deveras, não constando do rol do art. 87 da Lei 8.666/93 a retenção do pagamento pelo serviços prestados, não poderia a ECT aplicar a referida sanção à empresa contratada, sob pena de violação ao princípio constitucional da legalidade. Destarte, o descumprimento de cláusula contratual pode até ensejar, eventualmente, a rescisão do contrato (art. 78 da Lei de Licitações), mas não autoriza a recorrente a suspender o pagamento das faturas e, ao mesmo tempo, exigir da empresa contratada a prestação dos serviços. 4. Consoante a melhor doutrina, a supremacia constitucional "não significa que a Administração esteja autorizada a reter pagamentos ou opor-se ao cumprimento de seus deveres contratuais sob alegação de que o particular encontra-se em dívida com a Fazenda Nacional ou outras instituições. A administração poderá comunicar ao órgão competente a existência de crédito em favor do particular para serem adotadas as providências adequadas. A retenção de pagamentos, pura e simplesmente, caracterizará ato abusivo, passível de ataque inclusive através de mandado de segurança." (Marçal Justen Filho. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, São Paulo, Editora Dialética, 2002, p. 549). 5. Recurso especial a que se nega provimento. (REsp 633432 / MG, rel. Ministro Luiz Fux, DJ 20/06/2005)" (negritei)

Assim, entendendo que foram satisfeitos os requisitos autorizadores da antecipação, **DEFIRO A LIMINAR PLEITEADA** nesta ação mandamental, para determinar que a impetrada, abstenha-se de condicionar o pagamento dos serviços prestados pela requerente à apresentação de certidões negativas fiscais.

Notifique-se a autoridade coatora enviando-lhe a segunda via da inicial, a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, preste as informações de praxe, e na oportunidade intime-a do teor desta decisão (art. 7º, I, Lei n. 12.016/09).

Oficie-se a Procuradoria Geral do Estado sobre a presente decisão enviando-lhe cópia da inicial, para que querendo ingresse no feito (art. 7º, II da Lei n. 12.016/2009).

Após, remetam-se os autos ao representante do Ministério Público, também pelo prazo de 10 (dez) dias (art. 12, da Lei nº. 12.016/2009), expirado o qual, com ou sem o parecer, venham conclusos para sentença (art. 12, parágrafo único).

Intime-se.

Expeça-se o necessário.

Cumpra-se.



Cuiabá/MT, 21 de junho de 2018.

JORGE IAFELICE DOS SANTOS

JUIZ DE DIREITO

[1] Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. § 1º A multa a que alude este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei. § 2º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado. § 3º Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente. Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções: I - advertência; II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior. § 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente. § 2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis. § 3º A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação. (Vide art 109 inciso III) Art. 88. As sanções previstas nos incisos III e IV do artigo anterior poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei: I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por

meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.



Assinado eletronicamente por: **JORGE IAFELICE DOS SANTOS**
<http://pje.tjmt.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
ID do documento: **13793457**



18062116095407700000013544357

SCE/SINFR	
NT:	81
Ass:	R

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA __ª VARA ESPECIALIZADA
DA FAZENDA PUBLICA DA COMARCA DE CUIABÁ – MT**



URGENTE

GUAXE CONSTRUTORA LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.837.996/0001-10, com sede na Rodovia Arquiteto Helder Cândia, Km. 3,5, em Cuiabá/MT, por seu representante legal, por seus Advogados, OAB/MT 5959 e OAB/MT 11363, com Escritório profissional na Rua Presidente Castelo Branco, 618, Quilombo, em Cuiabá-MT, onde recebem intimações, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com arrimo na Constituição Federal, art. 5º, LXIX, Lei nº Lei 12.016, e Lei nº 8.666, de 21/06/93, impetrar

MANDADO DE SEGURANÇA

(com pedido de liminar)

contra **ato manifestamente ilegal** da **SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA DA SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA ESTRUTURA - SINFRA**, Sra. MARCIANE PREVEDELLO CURVO, **violador de direito líquido e certo** da impetrante, como passa a demonstrar nas razões a seguir expostas:

CUIABÁ - MT
R. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 618
QUILOMBO - CEP 78043-430
(65) 3027-1861 / 3027-2158

CAMPO GRANDE - MS
(67) 3042-0077
CAMPO NOVO - MT
(65) 3382-4311

I - DOS FATOS



1.1 - A Impetrante é empresa atuante há vários anos no ramo de construção de rodovias e ferrovias, bem como obras de terraplanagem, conforme se infere de seu Contrato Social em anexo.

1.2 - Em razão da natureza de suas atividades, sua principal, senão exclusiva fonte de renda são os contratos firmados com o Poder Público, possuindo assim, em decorrência, diversos Contratos Administrativos firmados com a Autoridade Impetrada, a exemplo dos Contratos 196/2014, 349/2014, 350/2014, 383/2014, 242/2013, 002/2011, 037/2016, 304/2014 e 002/2013.

1.3 - Ocorre, no entanto, que a Impetrante atravessa grave crise financeira, posto que **nos contratos firmados com a Impetrada** (frisa-se: sua principal fonte de renda), inobstante estar em dia com suas obrigações fiscais contratuais perante o Órgão em todos eles, **possui valores pendentes de pagamento/em atraso**, à exemplo do que ocorre nos Contratos **388/2014**, **002/2013** e instrumento Contratual n.º **321/2014**:

1.3.1 - Não obstante, a situação de **falta de pagamentos por parte da Impetrada**, mesmo com medições e reajustamento de medições de **serviços já executados**, atestados e devidamente documentados, **pendem desde abril de 2014** e persiste até mesmo para **contratos já concluídos**, conforme se vê da documentação em anexo.

1.4 - Pois bem. Cediço que em virtude de um "suposto" rombo nas contas estaduais e dos elevados débitos contraídos pelo Estado de Mato Grosso com os fornecedores em geral, o novo Governo, ao assumir o mandato, mais

CUIABÁ - MT
R. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 618
QUILÔMBO - CEP 78043-430
(65) 3027-1861 / 3027-2158

precisamente em 02/01/2015, editou o Decreto Estadual n.º 02, de 02 de janeiro de 2015, o qual:



“Estabelece procedimentos para o pagamento de obrigações oriundas dos contratos de serviços, fornecimento de bens e de execução de obras firmados por órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, e dá outras providências”, que determinou a **SUSPENSÃO de todos os contratos pelo prazo de 90 dias para a “suposta realização de auditorias”**, in verbis:

Art. 1º Os pagamentos de despesas relacionadas à execução de contratos de serviços, fornecimento de bens e de obras públicas ficam sujeitos ao atendimento das regras fixadas neste decreto.

§ 1º Ficam suspensos pelo prazo de 90 (noventa) dias, todos os contratos administrativos firmados pelo Estado de Mato Grosso, excetuados os contratos de serviços e de fornecimento de bens indispensáveis para a continuidade das ações públicas inadiáveis no âmbito de cada unidade administrativa estadual.

Art 6º Este decreto entra em vigor e produz efeitos na data de sua publicação.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 2 de janeiro de 2015, 194ª da Independência e 127ª da República.

1.5 – Sem entrar no mérito da (i)legalidade e (in)conveniência da edição do indigitado Decreto, o que se tem de concreto é que o **mesmo culminou por AGRAVAR AINDA MAIS a situação da ora Impetrante**, eis que mesmo não olvidando esforços para manter sua regularidade fiscal e contratual, **até a presente data não conseguiu receber diversos de seus créditos existentes junto ao Estado** de Mato Grosso.

CUIABÁ - MT
R. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 618
QUILOMBO - CEP 78043-430
(65) 3027-1861 / 3027-2158

1.6 - Frisa-se novamente, por oportuno, que ATUALMENTE a **Impetrante está em perfeita ADIMPLÊNCIA COM SUAS OBRIGAÇÕES FISCAIS**, ou seja, EM DIA no que concerne às Certidões emitidas pelos Fiscos Municipal, Estadual e Federal, conforme se vê em anexo;

1.6.1 - Ocorre, no entanto, que **o próprio Estado vem dificultando a manutenção dessa situação**, vez que por supostas dificuldades de saldar com suas dívidas, **vem se abstendo de pagar** seus contratados **por serviços já prestados e executados**, postergando o cumprimento de suas próprias obrigações;

1.7 - Tais razões levaram à Impetrante a protocolizar, junto à Autoridade Impetrada, **Ofício solicitando o pagamento** dos valores pendentes e ainda questionando a Impetrada se, no momento que o Estado estiver com os recursos disponíveis para pagamento e quitação dos débitos, poderiam estes ser realizados mesmo estando a empresa com alguma pendência em relação às Certidões Fiscais. Não logrou êxito, conforme a **resposta da Impetrada** em anexo.

1.8 - É que, conforme se vê do aludido documento, o que se vê da resposta dada pela Autoridade Impetrada, mencionada alhures, é que, **dos contratos aptos ao pagamento, a Autoridade Impetrada, RESPONSÁVEL PELO SETOR FINANCEIRO DA SINFRA - MT, está CONDICIONANDO para a realização dos pagamentos às empresas contratadas, a apresentação de todas as CERTIDÕES NEGATIVAS perante as RECEITAS MUNICIPAL, ESTADUAL e FEDERAL**, o que *data máxima vênia* é um absurdo, eis que o atraso de pagamento por parte do Estado é que impossibilita a Impetrante de cumprir obrigações tais como manter sua regularidade fiscal.

CUIABÁ - MT
R. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 618
QUILOMBO - CEP 78043-430
(65) 3027-1861 / 3027-2158

1.9 – Ora, é cediço que o próprio DNIT, maior contratante de obras no Brasil - agindo de forma razoável, diferentemente da Impetrada - dispensa a exigência de CERTIDÕES PARA PAGAMENTO DE FATURAS, conforme se vê do Memorando Circular 72/2010/DG, nos seguintes termos:

“Fica vedado, o bloqueio de pagamentos devidos por serviços prestados, salvo por imposição de decisão judicial ou para resguardar a Administração de valor a ser pago a título de multa contratual” (Artigo 5).

1.10 - Nobre Julgador, é de conhecimento público que diversas empresas encontram-se em frágil e delicada situação econômica, sendo que diversas já ingressaram com pedido de recuperação judicial, e inúmeras outras estudam ajuizar medida idêntica, sendo que a abusiva retenção de pagamento, além de gerar prejuízos com o pagamento das despesas realizadas na execução das obras, compromete substancialmente o adimplemento das obrigações assumidas tanto com os seus credores, quanto com seus funcionários, **sendo que a manutenção do atraso do pagamento - fato ilegal e que pode ser facilmente evitado pelo Estado - pela autoridade coatora poderá findar na existência civil da impetrante, com a decretação de sua falência.**

1.11 - Dessa forma, resta visível que a Impetrante corre sérios riscos à suas finanças e a sua credibilidade perante o mercado e seus empregados, face a ilegal retenção abusiva imposta pelo Impetrado, não restando outra alternativa a não ser socorrer ao Egrégio Poder Judiciário, através do presente “mandamus”, visando combater os **atos ilegais e arbitrários incompatíveis com os preceitos constitucionais inscritos na ordem jurídica vigente**, dentre os quais os que asseguram o devido processo legal (art. 5º, LIV); a ampla defesa e o contraditório (art.

CUIABÁ - MT
R. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 618
QUILOMBO - CEP 78043-430
(65) 3027-1861 / 3027-2158

5º, LV); o direito de petição aos Poderes Públicos (art. 5º, XXXIV, "a"); a isonomia (art. 150, II) e os da moralidade e impessoalidade dos atos da Administração Pública (art. 37) e o livre exercício das atividades profissionais (art. 5º, XIII).

II - DA ILEGALIDADE DA RETENÇÃO DAS QUANTIAS DESTINADAS AO PAGAMENTO DAS OBRAS EXECUTADAS PELA IMPETRANTE.

2 - Conforme exposto alhures e comprovado pela documentação anexa, **a Impetrada reconhece a execução dos serviços** por parte da Impetrante, **reconhece a existência de débitos** para com a mesma, mas no entanto, embora ciente da sua obrigação, **deixa de quitá-las sob o argumento da necessidade de exigência de apresentação das certidões negativas perante as RECEITAS MUNICIPAL, ESTADUAL e FEDERAL.**

2.1 - Ora Excelência, a exigência de tais CERTIDÕES configura mera formalidade, que posteriormente poderá ser sanada, contudo, a Impetrante não pode ficar a mercê da burocracia intrínseca do Poder Público Estadual, visto que os serviços contratados foram fielmente executados e existem valores pendentes de pagamento, além de que necessita urgentemente em receber o que lhe é devido com o objetivo de manter a sua existência, cumprindo as obrigações assumidas junto a fornecedores, empregados e com o próprio fisco.

2.2 - Conforme anteriormente narrado, a exigência perpetrada pelo impetrado é totalmente ilegal e não é "seguida" pelo maior contratante de obras do Brasil (DNIT), que através do Memorando Circular 72/2010/DG (empresas inadimplentes com o SICAF e CADIN), dispensa a exigência de CERTIDÕES PARA PAGAMENTO DE FATURAS, conforme se vê abaixo:

CUIABÁ - MT
R. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 618
QUILOMBO - CEP 78043-430
(65) 3027-1861 / 3027-2158

“Fica vedado, o bloqueio de pagamentos devidos por serviços prestados, salvo por imposição de decisão judicial ou para resguardar a Administração de valor a ser pago a título de multa contratual” (Artigo 5).

2.3 - De igual forma, é o pacífico entendimento jurisprudencial pátrio, in verbis:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. DEFERIMENTO DE LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA. **NÃO COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL. RETENÇÃO DO PAGAMENTO RELATIVO A SERVIÇOS JÁ PRESTADOS. DESCABIMENTO. PRESENÇA DO FUMUS BONI JURIS E DO PERICULUM IN MORA. PEDIDO QUE SE SUBSUME NA PREVISÃO DO ART. 7º, II, DA LEI Nº 1.533/31. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. AGRAVO IMPROVIDO.** (Agravado de Instrumento Nº 70016698946, Vigésima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Francisco José Moesch, Julgado em 22/11/2006).

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. SUBORDINAÇÃO DO PAGAMENTO MENSAL À APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO. IMPOSSIBILIDADE. - **Celebrado o contrato administrativo de prestação de serviços, após regular processo licitatório, não é cabível que a administração subordine o pagamento mensal à apresentação de certidão negativa de débito.** AGRAVO Nº 1.0024.07.384655-2/001 - COMARCA DE BELO HORIZONTE - RELATOR: EXMO. SR. DES. ALBERTO VILAS BOAS.

ADMINISTRATIVO - MANDADO DE SEGURANÇA - NÃO COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL - QUEBRA DO CONTRATO - RETENÇÃO DO PAGAMENTO - IMPOSSIBILIDADE -

CUIABÁ - MT
R. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 618
QUILÔMBO - CEP 78043-430
(65) 3027-1861 / 3027-2158

PRESTAÇÃO EFETIVA DO SERVIÇO CONTRATADO - CONCESSÃO DA SEGURANÇA - DECISÃO POR MAIORIA. - O condicionamento do pagamento de um serviço já prestado ou de uma mercadoria já fornecida à comprovação da regularidade fiscal, ensejaria o enriquecimento ilícito da Administração, o que não é tolerado pelo ordenamento jurídico pátrio. - Fornecido o material pela contratada, não pode o Poder Público se locupletar indevidamente, sob pena de violar o princípio da moralidade administrativa.- Pode a Administração rescindir o contrato em razão de descumprimento de uma de suas cláusulas. (MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0109/2007, , Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, Relator Designado: DES. ROBERTO EUGÊNIO DA FONSECA PORTO, Julgado em 12/11/2008).

REEXAME NECESSÁRIO - MANDADO DE SEGURANÇA - RETENÇÃO DO PAGAMENTO DECORRENTE DA NÃO-APRESENTAÇÃO DAS CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITOS - SERVIÇOS JÁ EXECUTADOS - ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DO ENTE MUNICIPAL - SANÇÃO NÃO ELENCADE NO ART. 87 DA LEI Nº 8.666/93 - VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA E DA LEGALIDADE - A COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL DEVE SER EXIGIDA NA FASE DE HABILITAÇÃO - ART. 27, IV, DA LEI DE LICITAÇÕES - PRECEDENTES DO TRIBUNAL E DO STJ - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. - Não se afigura legítima a retenção do pagamento de serviços já prestados, uma vez que tal medida não está prevista no rol de sanções do art. 87 da Lei nº 8.666/93, além do que configura enriquecimento ilícito da Administração, razão pela qual deve o ente público impetrado absterse de exigir a comprovação de regularidade fiscal e efetuar o respectivo pagamento à empresa impetrante. Precedentes deste Tribunal e do STJ. (REEXAME NECESSÁRIO Nº 0062/2011, 1ª VARA CÍVEL DE ESTÂNCIA, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, DESA. SUZANA MARIA CARVALHO OLIVEIRA , RELATOR, Julgado em 11/10/2011).



CUIABÁ - MT
R. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 618
QUILOMBO - CEP 78043-430
(65) 3027-1861 / 3027-2158

Agravo Regimental - Mandado de Segurança - Decisão monocrática que concede liminar - Irregularidade fiscal - Contrato administrativo - Retenção de pagamento de serviços efetivamente prestados - Ilegalidade - Precedentes jurisprudenciais - Decisão mantida - Recurso conhecido e improvido. (AGRAVO REGIMENTAL (TRIBUNAL PLENO) Nº 0041/2011, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, DES. CEZÁRIO SIQUEIRA NETO, RELATOR, Julgado em 28/09/2011).

Processo Civil e Administrativo - Ação de Cobrança - Prestação de Serviços - Retenção do Pagamento Decorrente da Não-apresentação das Certidões Negativas de Débitos Necessárias - Violação dos Princípios da Moralidade Administrativa e da Legalidade. I - Não se afigura legítima a retenção do pagamento do serviço prestado, após a prestação dos serviços contratados, pelo fato de a empresa contratada não comprovar sua regularidade fiscal; II - Recebida a prestação executada pelo contratado, não pode a Administração se locupletar indevidamente, e, ao argumento da não-apresentação das certidões negativas de débitos necessárias, reter os valores devidos por serviços já prestados, o que configura violação ao princípio da moralidade administrativa. Precedentes do STJ; III - Recurso conhecido e desprovido. (APELAÇÃO CÍVEL Nº 4799/2011, 12ª VARA CÍVEL, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, DESA. MARILZA MAYNARD SALGADO DE CARVALHO, RELATOR, Julgado em 18/07/2011).

2.4 - Nesse sentido, é o entendimento pacificado perante o Colendo Superior Tribunal de Justiça, in verbis:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRATO. RESCISÃO. IRREGULARIDADE FISCAL. RETENÇÃO DE PAGAMENTO.

I. necessária a comprovação de regularidade fiscal do licitante como requisito para sua habilitação,

CUIABÁ - MT
R. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 618
QUILOMBO - CEP 78043-430
(65) 3027-1861 / 3027-2158

conforme preconizam os arts. 27 e 29 da Lei nº 8.666/93, exigência que encontra respaldo no art. 195, § 3º, da CF.



2. A exigência de regularidade fiscal deve permanecer durante toda a execução do contrato, a teor do art. 55, XIII, da Lei nº 8.666/93, que dispõe ser obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

...

5. Pode a Administração rescindir o contrato em razão de descumprimento de uma de suas cláusulas e ainda imputar penalidade ao contratado descumpridor. Todavia a retenção do pagamento devido, por não constar do rol do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ofende o princípio da legalidade, insculpido na Carta Magna.

6. Recurso ordinário em mandado de segurança provido em parte. (RMS 24953/CE, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/03/2008, DJe 17/03/2008) (Sem destaque no original).

2.5 – Sobre o tema em questão, e combatendo os atos ilegais praticados tanto pela SECID quanto a SINFRA, oportuno transcrever a decisão proferida pelo MM. Juiz da Segunda Vara Especializada da Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá, que assim determinou:

ÍNTEGRA DA DECISÃO

CUIABÁ - MT
R. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 618
QUILOMBO - CEP 78043-430
(65) 3027-1861 / 3027-2158

Cuida-se de Mandado de Segurança impetrado por XNR CONSTRUÇÕES LTDA., com supedâneo na Lei 12.016/09, e artigo 5º, LXIX, da Constituição Federal, contra ato do SUPERINTENDENTE DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA ESTRUTURA ESCOLAR DA SEDUC, ambos devidamente qualificados na exordial.

Em síntese, a Impetrante assevera que presta serviços Secretaria Estadual de Educação e que para o recebimento dos serviços prestados, precisa apresentar diversas certidões de débitos fiscais.

Desta forma, sabendo que não possui algumas das certidões, consigna que o Impetrado está deixando de pagar pelos serviços prestados, gerando diversos prejuízos, inclusive para terceiros, e violando seu direito líquido e certo.

Assim, conta que nada restou senão insurgir-se do presente remédio constitucional objetivando, em sede liminar, que o Impetrado libere o pagamento pelos serviços prestados, sem a apresentação negativa de débitos.

Com a inicial, vieram acostados documentos de fls. 16/74.

O mandamus foi distribuído, primeiramente, junto ao E. Tribunal de Justiça, na qual declinou de sua competência à primeira instância. (fls. 75/79)

É O RELATÓRIO.

FUNDAMENTO E DECIDO.

O mandado de segurança é remédio constitucional para proteger direito líquido e certo sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, alguém sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, conforme dispõe o inciso LXIX do art. 5º da Constituição Federal e art. 1º da Lei 12.016/2009.

A Carta Magna alçou o mandamus à condição de garantia constitucional, preservando essa dupla exigência legal.

Ato ilegal, fundamentalmente, é aquele que não se submete à lei ou aos princípios básicos de uma ordem jurídica positiva, definição que se aplica a qualquer ação comissiva ou omissiva despida de apoio em norma expressa, regulamento ou princípios constitucionais.

A certeza a que alude à lei, deve se evidenciar com todos os elementos para o seu reconhecimento e exercício no momento da impetração, comprovando-se de plano, liminarmente, através de documentos apresentados em Juízo, conforme conceito já consagrado pela jurisprudência:

"Direito líquido e certo é o que resulta de fato certo e, fato certo é aquele capaz de ser comprovado de plano" RSTJ 4/1427 e 27/141.

CUIABÁ - MT
R. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 618
QUILOMBO - CEP 78043-430
(65) 3027-1861 / 3027-2158

Pois bem. Atento às supramencionadas considerações e às especificidades da presente situação fática, tenho que restaram configuradas, em sede de cognição sumária, a boa aparência do direito da Impetrante e a razoabilidade de sua pretensão.

É que, não obstante o artigo 55, inciso XIII, da Lei n. 8.666/93 estabelecer como uma das obrigações do contrato pela administração pública a manutenção da regularidade fiscal durante a execução do contrato, tal obrigação não tem o condão de obstaculizar o recebimento dos valores referentes aos serviços já prestados ou produtos já entregues.

Para este caso - situação de irregularidade fiscal do contratado - o Impetrando detém outras providências para deslindar este descuido, e não a retenção aos pagamentos a que ele tem direito, sob pena de enriquecimento ilícito do Estado em detrimento do administrado.

E mais, o ato de retenção do pagamento pelos serviços prestados pelo contratado afronta diretamente o artigo 87, da Lei n. 8.666/93, dado que não há esta previsão de sanção em seu rol taxativo.

Nesta senda, já se pronunciou o Superior Tribunal de Justiça.

MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRATO ADMINISTRATIVO. RETENÇÃO DE PAGAMENTO POR IRREGULARIDADE JUNTO AO SICAF. IMPOSSIBILIDADE. Consoante jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, "apesar da exigência de regularidade fiscal para a contratação com a Administração Pública, não é possível a retenção de pagamento de serviços já executados em razão do não cumprimento da referida exigência, sob pena de enriquecimento ilícito da Administração e violação do princípio da legalidade, haja vista que tal providência não se encontra abarcada pelo artigo 87 da Lei 8.666/93" (AgRg no AREsp 275744/BA). Apelação da União e remessa necessária desprovidas. (TRF-2 - APELRE: 200851010282655 RJ, Relator: Desembargador Federal GUILHERME COUTO, Data de Julgamento: 15/10/2014, SEXTA TURMA ESPECIALIZADA, Data de Publicação: 24/10/2014)

Portanto, não pode o Impetrado, sabendo que o Impetrante já prestou seus serviços, reter o seu pagamento a bel-prazer.

Assim, entendo presente o requisito mandamental do "fumus boni iuris", ao mesmo tempo em que resta cristalino o "periculum in mora", já que o ato coator está criando empecilho às atividades do Impetrante.

Por derradeiro, destaco que não há que se falar da pretensão do Impetrante de se utilizar do presente "mandamus" como substitutivo de ação de cobrança, posto que "in casu" a retenção dos pagamentos supostamente devidos ao Impetrante é o ato coator dito ilegal ou cometido com abuso de poder, sendo que a liberação do valor seria mera consequência do ato impugnado.

ADMINISTRATIVO. CONTRATO. ECT. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE. DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE MANTER A REGULARIDADE FISCAL. RETENÇÃO

CUIABÁ - MT
R. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 618
QUILOMBO - CEP 78043-430
(65) 3027-1861 / 3027-2158

DO PAGAMENTO DAS FATURAS. IMPOSSIBILIDADE. (...) A retenção de pagamentos, pura e simplesmente, caracterizará ato abusivo, passível de ataque inclusive através de mandado de segurança. (Marçal Justen Filho. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, São Paulo, Editora Dialética, 2002, p. 549). 5. Recurso especial a que se nega provimento. (REsp 633.432/MG, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/02/2005, DJ 20/06/2005, p. 141). (grifei)

Ex positis, CONCEDO A LIMINAR, com fulcro no art. 7º, inciso III, da Lei n. 12.016/2009, determinar ao Impetrado que deixe de condicionar o pagamento de serviços prestados pela Impetrante à apresentação de certidão de regularidade fiscal.

Expeça-se o mandado, devendo ser cumprido inclusive pelo Oficial de Justiça plantonista, se necessário.

Notifique-se a autoridade coatora para, no prazo de 10 (dez) dias, prestar as informações que entender convenientes (art. 7º, I, da Lei nº 12.016/2009), devendo ser cumprido, ainda, o disposto no art. 7º, II, da Lei nº 12.016/2009.

Após, remetam-se os autos ao representante do Ministério Público, também pelo prazo de 10 (dez) dias (art. 12, da Lei nº 12.016/2009), expirado o qual, com ou sem o parecer, venham conclusos para sentença (art. 12, parágrafo único).

Intimem-se.

Cumpra-se

2.6 - De igual forma, o Colendo Tribunal de Contas da União assim manifestou sobre o tema em questão:

A perda da regularidade fiscal no curso de contratos de execução continuada ou parcelada justifica a imposição de sanções à contratada, mas não autoriza a retenção de pagamentos por serviços prestados (Acórdão n.º 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012).

2.7 - Registre-se, por outro norte, que o locupletamento sem causa, é um ato execrado pelo ordenamento jurídico pátrio, conforme consta do art.

CUIABÁ - MT
R. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 618
QUILOMBO - CEP 78043-430
(65) 3027-1861 / 3027-2158

884 e seguintes do Código Civil, aplicável aos contratos administrativos em razão da interpretação supletiva prevista no art. 54, caput, da Lei n. 8.666/93, verbis:

Código Civil:

"Art. 884. Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários.

Lei n. 8.666/93:

"Art. 54. Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado."

2.8 - Ainda, sobre as garantias que o particular possui de que as condições da proposta devem ser mantidas durante a sua execução, atendendo, assim a um princípio básico a que Administração está sujeita, o da legalidade, assim dispõe o art. 37 da CF/88:

"Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados

CUIABÁ - MT
R. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 618
QUILOMBO - CEP 78043-430
(65) 3027-1861 / 3027-2158

mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)."

2.9 - Com efeito, os Contratos Administrativos, assim como os particulares, têm como regra fundamental a da "imutabilidade de seus termos", expressa pela máxima segundo a qual os pactos devem ser observados, ou "*pacta sunt servanda*", na qual os contratos fazem lei entre as partes, e por isso devem ser cumpridos na integralidade.

2.10 - Inobstante ser certo de que as condições estabelecidas no momento da proposta deverão ser obedecidas até o término do contrato, outro fator de suma importância a ser mantido é o chamado equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por ser este a relação entre a obrigação do contratado na prestação de serviços e seu direito à remuneração, ou seja, ao pagamento por aquela obrigação.

2.11 - Aludida matéria é tratada tanto no âmbito constitucional (no art. 37, XXI da CF/88, ao garantir que serão mantidas as condições efetivas da proposta), como no âmbito infraconstitucional, pela Lei 8.666/93, em seu artigo 58, I e seus §§ 1º e 2º, art. 65, II, "d" e §§ 5º e 6º.

CUIABÁ - MT
R. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 618
QUILOMBO - CEP 78043-430
(65) 3027-1861 / 3027-2158

2.12 - O tema é também previsto pelo Código Civil, Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002, ao elencar a responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público, em seu artigo 43:

"Art. 43. As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo."

2.13 - Ademais, além de agir em completa desobediência às normas constitucionais e infraconstitucionais aplicáveis à matéria acima expostas, a retenção abusiva imposta pela Impetrada deve ser combatida, considerando que o prazo para pagamento já se expirou, além do mais, as Fazendas Públicas dispõe de todos os mecanismos administrativos e legais para receberem seus créditos, não podendo a Impetrante ou qualquer outra empresa sofrerem as consequências de formalidades exacerbadas cuja inadimplência se deu por culpa EXCLUSIVA do Poder Público Estadual.

2.14 - Outrossim, destaca que em caso semelhante, senão idêntico ao presente, o Juízo da 2ª Vara Especializada de Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá/MT já concedeu liminarmente a segurança ora pretendida, objetivando combater essa mesma espécie de ato coator, conforme cópia das decisões em anexo.

III – DOS PRESSUPOSTOS PARA A IMPETRAÇÃO DO MANDAMUS

CUIABÁ - MT
R. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 618
QUILOMBO - CEP 78043-430
(65) 3027-1861 / 3027-2158

3 – Quanto ao *fumus boni juris*, é cristalina a relevância da tese exposta, por ser fundada em princípios constitucionais basilares, que comprovam, indubitavelmente, a ilegalidade dos atos praticados pelo impetrado, que resultou na retenção abusiva dos valores destinados ao pagamento das obras executadas pela impetrante, sob o frágil argumento de que devem apresentar como CONDIÇÃO PARA O RECEBIMENTO DOS VALORES as CERTIDÕES NEGATIVAS perante as RECEITAS MUNICIPAL, ESTADUAL e FEDERAL, considerando que essas empresas não podem ser prejudicadas por exigências totalmente abusivas, destacando que as obras contratadas foram fielmente executadas;

3.1 – O *periculum in mora*, por sua vez, se configura, *in casu*, pela possibilidade/certeza de "quebra" da impetrante e de suas consorciadas, possuindo inúmeros compromissos financeiros inadiáveis, os quais poderão configurar ato de falência, decretando a morte civil, considerando que a retenção abusiva dos valores ensejará no descumprimento das obrigações assumidas;

3.2 – Por sua vez, **inexiste** o *periculum in mora inverso*, eis que o ente Público Estadual não terá qualquer prejuízo com a liberação dos pagamentos da impetrante sem a PRÉVIA EXIGÊNCIA DAS referidas CERTIDÕES, o que, conclui-se, que a r. medida liminar que for concedida, não acarretará prejuízos, mas, sim, homenageará o Direito e a Justiça (além de possibilitar a própria manutenção da regularidade fiscal).

3.3 – Portanto, presentes que estão no caso todos os requisitos autorizadores da medida pleiteada, devendo, permissa vênia, ser a mesma imediatamente concedida, **determinando que a Impetrada se abstenha de exigir como CONDIÇÃO para o pagamento de valores devidos à Impetrante, pelos serviços efetivamente executados, a apresentação de CERTIDÃO NEGATIVA PERANTE AS RECEITAS MUNICIPAL, ESTADUAL e FEDERAL.**, até o julgamento final da presente demanda.

CUIABÁ - MT
R. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 618
QUILOMBO - CEP 78043-430
(65) 3027-1861 / 3027-2158

IV – DOS PEDIDOS

4 - **DIANTE DO EXPOSTO**, presentes os pressupostos ensejadores da proteção cautelar *initio litis*, quais sejam, a **relevância da fundamentação da impetração** (inobservância pela Impetrada dos princípios constitucionais e legais), e o **perigo da demora** (necessidade de cumprir os compromissos financeiros com os empregados e fornecedores, bem como evitar a falência da impetrante e de suas consorciadas), exigidos pelo art. 7º, II, da lei nº 1.533/51, **REQUER** a Vossa Excelência:

a) – a concessão de medida liminar, *initio litis*, *inaudita altera pars*, para o fim de **determinar que a Impetrada se abstenha de exigir como CONDIÇÃO para o pagamento dos valores devidos à Impetrante pelos serviços efetivamente executados, à apresentação de CERTIDÃO NEGATIVA PERANTE AS RECEITAS MUNICIPAL, ESTADUAL e FEDERAL**, até o julgamento final da presente demanda.

b) – no ato da intimação da d. autoridade coatora, ou quem sua vez estiver fazendo, no endereço localizado no preâmbulo desta, da liminar que for concedida, suas **notificações**, para, querendo, prestar as **informações**, no prazo legal;

c) – a ouvida do d. representante do Ministério Público Estadual;

d) – a concessão definitiva da segurança, confirmando ao final, quando do julgamento de mérito, a r. medida liminar que for concedida, declarando esse d. Juízo, a **ilegalidade e arbitrariedade dos atos praticados pela**

CUIABÁ - MT
R. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 618
QUILOMBO - CEP 78043-430
(65) 3027-1861 / 3027-2158

Impetrada, em especial, pela imposição como CONDIÇÃO para o pagamento de valores devidos à impetrante pelos serviços efetivamente executados, a apresentação de CERTIDÃO NEGATIVA PERANTE AS RECEITAS MUNICIPAL, ESTADUAL e FEDERAL, pelas razões consignadas no presente mandamus.

Dando à causa, para efeitos fiscais, o valor de R\$ 1.000,00
(mil reais).

Termos em que,
P. e A. Deferimento.

Cuiabá/MT, 14 de Junho de 2018.

JOSÉ CARLOS GUIMARÃES JUNIOR
OAB/MT 5959

RODRIGO AUGUSTO FAGUNDES TEIXEIRA
OAB/MT 11363

CUIABÁ - MT
R. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 618
QUILOMBO - CEP 78043-430
(65) 3027-1861 / 3027-2158



Município de Tangará da Serra
Secretaria Municipal de Fazenda
Departamento de Fiscalização Tributária
Av. Brasil, Nº 2350, Jardim Europa, Cep: 78300-000 - Tangará da Serra - MT



Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e

Emissão (Horário de Brasília) **24/09/2018 17:55** Período de Competência **9/2018** Município de Prestação do Serviço **Barra do Bugres - MT**
Reg. Especial Tributação **Nenhum** Natureza da Operação **Tributação fora do município de Tangará da Serra**

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Razão Social
GUAXE CONSTRUTORA LTDA

Inscrição Municipal
6583

Fone/Fax
(65)3311-7800

Simples Nacional
Não

Incentivador Cultural
Não

CPF/CNPJ
02.837.996/0001-10

E-mail
nf@guaxeconstrutora.com.br

Endereço
AV LIONS INTERNACIONAL, 2700 W Bairro ZONA URBANA CEP 78300-000 Tangará da Serra - MT

TOMADOR DE SERVIÇOS

Razão Social
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E PAVIMENTACAO URBANA

Inscrição Municipal

Fone/Fax

E-mail

CPF/CNPJ
03.507.415/0022-79

Endereço
RUA EDGAR PRADO ARZE, 05 QUADRA 01 LOTE 05 SETOR A Bairro CPA CEP 78049-906 Cuiabá - MT

Código Tributação Município: 0702-Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

8ª MEDIÇÃO PROVISÓRIA DOS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO E MELHORAMENTO DE MEIO AMBIENTE - CREMA - MT, NA RODOVIA MT-246, TRECHO: ENTRº BR-163/364 (TREVO JANGADA - BARRA DO BUGRES), SUB-TRECHO: PONTE SOBRE O RIO CURRUPIRA - BARRA DO BUGRES, Numa extensão de 45.245 KM, NOS MUNICÍPIOS DE BARRA DO BUGRES - JANGADA - ROSÁRIO DO OESTE-MT (TRECHO:02), OBJETO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 388/2.014/00/00-SETPU. NO PERÍODO DE 01/05/2018 A 31/07/2018. (PERÍODO ACUMULADO)

MATERIAIS (60%)R\$: 220.043,15
SERVIÇOS (40%)R\$: 146.695,44
TOTAL.....R\$: 366.738,59

RETENÇÕES FEDERAIS


PIS (R\$)	COFINS (R\$)	INSS (R\$)	IR (R\$)	CSLL (R\$)	Outras Retenções (R\$)
0,00	0,00	16.136,50	0,00	0,00	0,00

VALORES	Deduções (R\$)	Desconto Incondicionado (R\$)	Base de Cálculo (R\$)	Aliquota (%)
Valor dos Serviços (R\$)	220.043,15	0,00	146.695,44	3,00
ISS (R\$)	ISS Retido (R\$)	Desconto Condicionado (R\$)	Valor Líquido (R\$)	Valor Total da Nota (R\$)
4.400,86	0,00	0,00	350.602,09	366.738,59

OUTRAS INFORMAÇÕES

TRIB. APROX.: R\$19.730,54 FEDERAL E R\$4.400,86 MUNICIPAL. FONTE: IBPT F3L1P3.

Os Serviços descritos
nesta nota fiscal, foram
executados.


Engº Alair Alvelos Zeferino de Paula
Fiscal Portaria:
CREA 830/D - RN: 120134407-7



Município de Tangará da Serra
Secretaria Municipal de Fazenda
Departamento de Fiscalização Tributária
Av. Brasil, Nº 2350, Jardim Europa, Cep: 78300-000 - Tangará da Serra - MT



Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e

Emissão (Horário de Brasília) **24/09/2018 17:55** Período de Competência **9/2018** Município de Prestação do Serviço **Barra do Bugres - MT**
Reg. Especial Tributação **Nenhum** Natureza da Operação **Tributação fora do município de Tangará da Serra**

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Razão Social **GUAXE CONSTRUTORA LTDA** CPF/CNPJ **02.837.996/0001-10**
Inscrição Municipal **6583** Fone/Fax **(65)3311-7800** Simples Nacional **Não** Incentivador Cultural **Não** E-mail **nf@guaxeconstrutora.com.br**
Endereço **AV LIONS INTERNACIONAL, 2700 W Bairro ZONA URBANA CEP 78300-000 Tangará da Serra - MT**

TOMADOR DE SERVIÇOS

Razão Social **SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E PAVIMENTACAO URBANA** CPF/CNPJ **03.507.415/0022-79**
Inscrição Municipal **6583** Fone/Fax **(65)3311-7800** E-mail **nf@guaxeconstrutora.com.br**
Endereço **RUA EDGAR PRADO ARZE, 05 QUADRA 01 LOTE 05 SETOR A Bairro CPA CEP 78049-906 Cuiabá - MT**

Código Tributação Município: 0702-Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

8ª MEDIÇÃO PROVISÓRIA DOS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO E MELHORAMENTO DE MEIO AMBIENTE - CREMA - MT, NA RODOVIA MT-246, TRECHO: ENTRº BR-163/364 (TREVO JANGADA - BARRA DO BUGRES), SUB-TRECHO: PONTE SOBRE O RIO CURRUPIRA - BARRA DO BUGRES, Numa extensão de 45.245 KM, NOS MUNICÍPIOS DE BARRA DO BUGRES - JANGADA - ROSÁRIO DO OESTE-MT (TRECHO:02), OBJETO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 388/2.014/00/00-SETPU. NO PERÍODO DE 01/05/2018 A 31/07/2018. (PERÍODO ACUMULADO)

MATERIAIS (60%)R\$: 220.043,15
SERVIÇOS (40%)R\$: 146.695,44
TOTAL.....R\$: 366.738,59

RETENÇÕES FEDERAIS

PIS (R\$)	COFINS (R\$)	INSS (R\$)	IR (R\$)	CSLL (R\$)	Outras Retenções (R\$)
0,00	0,00	16.136,50	0,00	0,00	0,00


VALORES

Valor dos Serviços (R\$)	Deduções (R\$)	Desconto Incondicionado (R\$)	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)
366.738,59	220.043,15	0,00	146.695,44	3,00
ISS (R\$)	ISS Retido (R\$)	Desconto Condicionado (R\$)	Valor Líquido (R\$)	Valor Total da Nota (R\$)
4.400,86	0,00	0,00	350.602,09	366.738,59

OUTRAS INFORMAÇÕES

TRIB. APROX.: R\$19.730,54 FEDERAL E R\$4.400,86 MUNICIPAL. FONTE: IBPT F3L1P3.

Os Serviços descritos
nesta nota fiscal, foram
executados.


Engº Alair Alvelos Zeferino de Paula

Fiscal Portaria: _____

CREA 830/D - RN: 120134407-7

SOLICITAÇÃO DE PAGAMENTO

Nº 103
R\$

REMETENTE	Secretaria Adjunta de Obras	Nº da Solicitação	711/2018
DESTINATÁRIO	Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica - SAADS	Data	26/09/2018

Nome do credor	GUAXE CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM LTDA
Processo nº	462525/2018
Contrato/Convênio	388-2014
Referência	08ª Medição
Programa	PRODESTUR

Código	Elemento	OBRAS E INSTALACOES
51-009	Subelemento	Restauração de Rodovias Pavimentadas

Valor do Contrato / Convênio	R\$	18.540.312,52
Pago até esta data	R\$	6.018.365,27
Saldo do Contrato / Convênio	R\$	12.521.947,25

Nota de Empenho	Fonte	CBA	Valor desta programação
18.000.692-0	151	3482 - PRODESTUR	R\$ 366.738,59
			R\$ 366.738,59

Saldo atualizado do Contrato / Convênio	R\$	12.155.208,66
---	-----	---------------

Observações	Referente à execução dos serviços de implantação e Pavimentação de Rodovias, na Rodovia MT-246, Trecho: BR-163/364(Trevo de Jangada) - Barra do Bugres.
-------------	---

Silvio Pereira Rosa
Assessor Técnico III
SINFRA/MTSuperintendência de Controle da
Execução de Obras - SUCEO

Autorizado:

Eng.º Marcos Catalano Correa
Secretário Adjunto de Obras
SAOB/SINFRA/MT

À Superintendência de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Em análise ao processo, autorizo lançamento no sistema FIPLAN, para cadastro da medição em status LIQUIDAÇÃO, e no momento oportuno serão atualizadas as certidões de regularidade fiscal da empresa para pagamento.

Marciane Prevedello Curvo
Secretária Adjunta de Administração Sistêmica
SAADS/SINFRA/MT



ATESTADO DE CONFORMIDADE P/ EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Processo nº: 462525/2018 Contrato nº: 388/2014

Vigência: _____ Empresa Contratada: Quave

Resumo do Objeto: 08ª medição Provisória

Legislação de regência: Lei nº 8.666/1993.

N.	REQUISITO	SIM	NÃO	N/A	FLS
01.	A nota fiscal foi atestada pelo fiscal ou pela comissão de fiscalização designada?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Reprova processo
02.	A respeito da cláusula contratual – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, os documentos necessários foram juntados ao processo, como por exemplo: medição dos serviços, GFIP, comprovante de recolhimento do INSS, e etc. *	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Reprova processo
03.	O fiscal ou a comissão de fiscalização assinou a medição dos serviços?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Reprova processo
04.	No processo de medição/pagamento consta relatório fotográfico que demonstre a execução da obra ou serviço de engenharia?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Reprova processo
05.	Há comprovação e conferência pela fiscalização dos serviços executados?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Reprova processo
06.	Houve serviços apresentados na medição, porém não aprovados pela fiscalização?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
07.	Para a obra, existe contrato com empresa supervisora/Gerenciadora?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
08.	Se existe empresa supervisora/Gerenciadora, foi juntado relatório de supervisão dos serviços/obra?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
09.	Foi Apresentada Mídia Digital (CD/PENDRIVE) com as Fotos do Referido Relatório de Medição do contrato para ser registrado no Sistema Geo-Obras?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Reprova processo

* Apresentou mandado de segurança

Cuiabá, 26 de setembro de 2018.

Assinatura do responsável pelo preenchimento

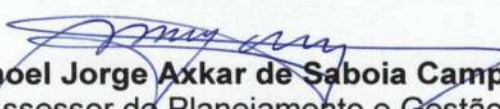
Silvio Pereira Rosa
Assessor Técnico III
SINFRA/MT

TRÂMITE DE PROCESSO

SAOB/SINFRA
Folha nº <u>105</u>
Ass. <u>[assinatura]</u>

PROTOCOLO Nº	462525
EXERCÍCIO	2018
PARTE INTERESSADA	GUAXE CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM LTDA
CONTRATO	388/2014
ASSUNTO	MEDIÇÃO DE OBRAS
UNIDADE DE DESTINO	CGEO - COORDENADORIA DE GESTÃO DO GEOBRAS
INFORMAÇÃO	ENCAMINHAMENTO DE PROCESSO PARA INSERÇÃO NO SISTEMA GEO-OBRA E POSTERIOR ENVIO À SAADS PARA AUTORIZAÇÃO DE LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

Cuiabá, 27 de setembro de 2018.


Manoel Jorge Axkar de Saboia Campos
Assessor de Planejamento e Gestão
Secretaria Adjunta de Obras – SAOB/SINFRA



COORDENADORIA DE GEO-OBRAS CGEO <cgeo@sinfra.mt.gov.br>

**CADASTRO IC 388-14**

COORDENADORIA DE GEO-OBRAS CGEO <cgeo@sinfra.mt.gov.br>

1 de outubro de 2018 14:43

Para: MARCIANE PREVEDELLO CURVO <marcianecurvo@sinfra.mt.gov.br>, JANAINA CRISTINA DA SILVA <janainasilva@sinfra.mt.gov.br>, CGFO - Coordenadoria de Gestão Financeira das Obras <cgfo@sefaz.mt.gov.br>, saoc@sefaz.mt.gov.br, Jessica Carolina Borges Bastos <jessicabastos@sinfra.mt.gov.br>
Cco: Cristiano Carvalho de Andrade <cristianoandrade@sinfra.mt.gov.br>

Boa tarde,

Conforme acordado em Nota Técnica nº 0062/2015 – SATE/SEFAZ, estabelecida pela Portaria nº 051/GSF/SEFAZ/2015, na data 15/04/2015, que regulamenta os procedimentos de gestão financeira.

Enviamos abaixo informações e seus respectivos anexos, solicitando o cadastro do contrato seguinte:

CÓDIGO DO CREDOR: **2003.01987-5**NOME DO CREDOR: **Guaxe Construtora e Terraplenagem Ltda**CPF/CNPJ: **02.837.996/0001-10**IC: **388/2014 - 8º Medição Reajustamento**SUBCONTA: **218**EMPENHO: **25101000118000692-0**PROCESSO: **462525/2018**

--

Att,

Fabio Yamamura Bueno

CGEO - Coordenadoria de Gestão do GEO-OBRAS

SINFRA - MT

(65) 3613-6718



Completa - 8ª Medição Prov- Lote 2 MT-246-IC 388-2014.xlsx
4786K

Total de Obras/Serviços: 1

Filtros: - Contrato Nº: 388 - Ano: 2014

Secretaria de Controle Externo de Obras e Serviços de Engenharia

Telefone: (65)3613-7631 / (65)3613-7632

e-mail: engenharia@tce.mt.gov.br



Obra/Serviço	
Contrato Nº/Ano-Obra: 388/2014-1	Valor Inicial: R\$ 15.098.120,17
Tipo de Contratação: Vinculada a uma licitação	
BEM PÚBLICO: Rodovia MT-246, nos municípios de Barrado Bugres - Jangada - Rosário Oeste - MT e subtrecho: Ponte sobre o Rio Curupira - Barra do Bugres	
Objeto	
Quantidade: 45,245	Unidade de Medida: km - Quilômetro
Permite registro fotográfico: Sim	
Objeto: Seleção de empresa de engenharia - área civil rodoviária, para execução dos serviços de Conservação, Restauração e Melhoramento do Meio Ambiente - CREMA - MT, Rodovia MT- 246, nos Municípios de Barra do Bugres - Jangada - Rosário Oeste - MT., e Sub-Trecho: Ponte s/ Rio Curupira - Barra do Bugres, numa extensão de 45,245 Km, Trecho 02.	
Contratada	
Razão Social: GUAXE CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM LTDA	
Detalhes	
Endereço da Obra:	
Endereço: Conservação, Restauração e Melhoramento do Meio Ambiente	
Bairro: MT-246	
Cidade: BARRA DO BUGRES	
CEP: 78.390-000	
Dados Gerais:	
Tipo de Serviço: Conservação	
Tipo de Obra: Rodovia Pavimentada	
Setor Beneficiário: Infra-estrutura e Transporte	
Bem Público: Rodovia MT-246, nos municípios de Barrado Bugres - Jangada - Rosário Oeste - MT e subtrecho: Ponte sobre o Rio Curupira - Barra do Bugres	
Origem de Recursos	
Origem: Próprio	Valor Estimado: R\$ 27.263.997,93
	Total Valor Estimado: R\$ 27.263.997,93
Inclusão: 16/10/2015	
Localização	
Latitude: S 15° 06' 48,31"	Longitude: W 57° 09' 16,15"
Descrição do ponto Geo-referenciado: Firm	
Latitude: S 15° 08' 20,66"	Longitude: W 56° 49' 14,58"
Descrição do ponto Geo-referenciado: Início	
Inclusão: 16/10/2015	
Engenheiro de Fiscalização	
Engenheiro: ALAOR ALVELOS ZEFERINO DE PAULA	
Documentos de Engenheiro Fiscalização	
Vínculo Profissional/Administração: Servidor(a) Efetivo(a)	
Início Atividade: 15/12/2017	
Inclusão: 28/06/2018	
Tipo: ART do fiscal da Obra / Serviço	
Nome: Alaor Alvelos Zeferino de Paula.pdf	
Descrição: Tamanho: 786,6 KB	
Nome: Portaria 2.pdf	
Descrição: Tamanho: 549,4 KB	
Inclusão: 28/06/2018	
Tipo: Portaria de nomeação do fiscal da Obra / Serviço	
Vínculo Profissional/Administração: Servidor(a) Efetivo(a)	
Início Atividade: 01/10/2014	
Inclusão: 16/10/2015	
Engenheiro: ANTONIO CARLOS TENUTA	
Inclusão: 16/10/2015	
Data do Relatório: 01/10/2018 14:41	
Validação: 1D9DEA3040B3968029E42345EDBE0539	
Operador: FABIO YAMAMURA BUENO	
Página 1 de 4	

Engenheiro de Fiscalização					
Documentos de Engenheiro Fiscalização					
Tipo: ART do fiscal da Obra / Serviço	Nome: Antonio Carlos Tenuta.pdf Descrição: ART	Tamanho: 1.5 MB	Inclusão: 16/10/2015		
Tipo: Portaria de nomeação do fiscal da Obra / Serviço	Nome: PORTARIA IC 388-14.pdf Descrição: Portaria	Tamanho: 641.7 KB	Inclusão: 16/10/2015		
Engenheiro de Execução					
Engenheiro: AVELINO INOCENCIO RAMOS PORTO					
Documentos de Engenheiro Execução					
Tipo: ART do responsável pela execução da Obra / Serviço	Nome: ART - CONT AVELINO.pdf Descrição: ART	Tamanho: 1.0 MB	Inclusão: 16/10/2015		
Engenheiro: ALEXANDRE CORREA DE MELLO					
Documentos de Engenheiro Execução					
Tipo: ART do responsável pela execução da Obra / Serviço	Nome: ART - CONT ALEXANDRE.pdf Descrição: ART	Tamanho: 1.0 MB	Inclusão: 16/10/2015		
Situação da Obra/Serviço					
Data Situação: 11/04/2018	Situação: Reiniciada	Publicação: Diário Oficial do Estado	Inclusão: 28/06/2018		
Documentos da Situação					
Tipo: Ordem de Reinício da Obra / Serviço	Nome: OR 2.pdf Descrição:	Tamanho: 545.6 KB	Inclusão: 28/06/2018		
Data Situação: 30/08/2017	Situação: Paralisada	Publicação: Diário Oficial do Estado	Inclusão: 28/06/2018		
Documentos da Situação					
Tipo: Ordem de Paralisação da Obra / Serviço	Nome: OP 2.pdf Descrição:	Tamanho: 476.1 KB	Inclusão: 28/06/2018		
Data Situação: 22/05/2015	Situação: Reiniciada	Publicação: Diário Oficial do Estado	Inclusão: 09/11/2015		
Documentos da Situação					
Tipo: Ordem de Reinício da Obra / Serviço	Nome: 388-14 OR.pdf Descrição: OR	Tamanho: 423.2 KB	Inclusão: 09/11/2015		
Data Situação: 31/10/2014	Situação: Paralisada	Publicação: Não houve publicação	Inclusão: 09/11/2015		
Documentos da Situação					
Tipo: Ordem de Paralisação da Obra / Serviço	Nome: 388-14 OP .pdf Descrição: OP	Tamanho: 282.4 KB	Inclusão: 09/11/2015		
Data Situação: 01/10/2014	Situação: Iniciada	Publicação: Não houve publicação	Inclusão: 16/10/2015		
Documentos da Situação					
Tipo: Ordem de Início de Execução da Obra / Serviço	Nome: O.I.S IC 388-14.pdf Descrição: O.I.S	Tamanho: 510.3 KB	Inclusão: 16/10/2015		

Medição da Obra/Serviço

Nº Medição: MR / Vinc.: 88448 (Cód.: 88496) Tipo de Medição: Medição de reajuste Valor: R\$ 122.407,62 Período: 11/04/2018 a 30/04/2018 Inclusão: 03/07/2018
Data da Medição: 01/05/2018 Observação: 7º Medição Reajustamento

Documentos da Medição

Tipo: Medição de reajuste Nome: 7º reajuste.xlsx Descrição: Tamanho: 4,9 MB Inclusão: 03/07/2018

Documentos da Medição

Nº Medição: MR / Vinc.: 65248 (Cód.: 65249) Tipo de Medição: Medição de reajuste Valor: R\$ 89.832,93 Período: 01/07/2015 a 31/07/2015 Inclusão: 16/10/2015
Data da Medição: 03/08/2015 Observação: 4º Medição Reajustamento

Documentos da Medição

Tipo: Medição de reajuste Nome: Reajustamento 4º Medição IC 388-14.xls Descrição: Reajustamento 4º Medição Provisória Tamanho: 728,6 KB Inclusão: 16/10/2015

Documentos da Medição

Nº Medição: MR / Vinc.: 76334 (Cód.: 76335) Tipo de Medição: Medição de reajuste Valor: R\$ 146.822,32 Período: 20/06/2016 a 30/06/2016 Inclusão: 05/12/2016
Data da Medição: 01/07/2016 Observação: 5º Medição Reajustamento

Documentos da Medição

Tipo: Medição de reajuste Nome: 5º Medição reajuste.xlsx Descrição: 5º Medição reajuste Tamanho: 10,2 MB Inclusão: 05/12/2016

Documentos da Medição

Nº Medição: MPI / 1 (Cód.: 65245) Tipo de Medição: Medição a preços iniciais Valor: R\$ 455.703,31 Período: 01/10/2014 a 31/10/2014 Inclusão: 16/10/2015
Data da Medição: 03/11/2014 Observação: 1º Medição Provisória

Documentos da Medição

Tipo: Medição a preços iniciais Nome: 1º Medição-Curupira - Barra do Bugres - IC 388-2014.xls Descrição: 1º Medição Provisória Tamanho: 708,6 KB Inclusão: 16/10/2015

Documentos da Medição

Nº Medição: MPI / 2 (Cód.: 65246) Tipo de Medição: Medição a preços iniciais Valor: R\$ 3.180.788,92 Período: 22/05/2015 a 31/05/2015 Inclusão: 16/10/2015
Data da Medição: 01/06/2015 Observação: 2º Medição Provisória

Documentos da Medição

Tipo: Medição a preços iniciais Nome: 2ª Medição-Curupira - Barra do Bugres - IC 388-2014.xls Descrição: 2ª Medição Provisória Tamanho: 843,8 KB Inclusão: 16/10/2015

Documentos da Medição

Nº Medição: MPI / 3 (Cód.: 65247) Tipo de Medição: Medição a preços iniciais Valor: R\$ 261.403,43 Período: 01/06/2015 a 30/06/2015 Inclusão: 16/10/2015
Data da Medição: 01/07/2015 Observação: 3º Medição Provisória

Documentos da Medição

Tipo: Medição a preços iniciais Nome: 3ª Medição-IC 388-14.xls Descrição: 3º Medição Provisória Tamanho: 747,5 KB Inclusão: 16/10/2015

Documentos da Medição

Nº Medição: MPI / 4 (Cód.: 65248) Tipo de Medição: Medição a preços iniciais Valor: R\$ 1.123.507,35 Período: 01/07/2015 a 31/07/2015 Inclusão: 16/10/2015
Data da Medição: 03/08/2015 Observação: 4º Medição Provisória

Documentos da Medição

Tipo: Medição a preços iniciais Nome: 4º Medição- IC 388-14.xls Descrição: 4º Medição Provisória Tamanho: 728,6 KB Inclusão: 16/10/2015

Documentos da Medição

Nº Medição: MPI / 5 (Cód.: 76334) Tipo de Medição: Medição a preços iniciais Valor: R\$ 663.920,60 Período: 20/06/2016 a 30/06/2016 Inclusão: 05/12/2016
Data da Medição: 01/07/2016 Observação: 5º Medição Provisória

Documentos da Medição

Tipo: Medição a preços iniciais Nome: 5º Medição.xlsx Descrição: 5º Medição Tamanho: 10,2 MB Inclusão: 05/12/2016



Medição da Obra/Serviço

Nº Medição: MPI / 6 (Cód: 88447)

Data da Medição: 01/09/2017

Tipo de Medição: Medição a preços iniciais
Observação: 6ª Medição Provisória

Valor: R\$ 0,00

Período: 17/05/2017 a 30/08/2017

Inclusão: 28/06/2018

Documentos da Medição

Tipo: Medição a preços iniciais

Nome: 6ª Medição Prov- Zerada - Lote 2 MT-246-IC 388-2014.xlsx

Tamanho: 4,4 MB

Inclusão: 28/06/2018

Nº Medição: MPI / 7 (Cód: 88448)

Data da Medição: 02/05/2018

Tipo de Medição: Medição a preços iniciais
Observação: 7ª Medição Provisória

Valor: R\$ 333.041,66

Período: 11/04/2018 a 30/04/2018

Inclusão: 28/06/2018

Documentos da Medição

Tipo: Medição a preços iniciais

Nome: 7ª Medição Prov- Lote 2 MT-246-IC 388-2014.xlsx

Tamanho: 5,0 MB

Inclusão: 28/06/2018

Nº Medição: MPI / 8 (Cód: 90864)

Data da Medição: 01/06/2018

Tipo de Medição: Medição a preços iniciais
Observação: 8ª Medição Provisória

Valor: R\$ 366.738,59

Período: 01/05/2018 a 31/05/2018

Inclusão: 01/10/2018

Documentos da Medição

Tipo: Medição a preços iniciais

Nome: Completa - 8ª Medição Prov- Lote 2 MT-246-IC 388-2014.xlsx

Tamanho: 4,9 MB

Inclusão: 01/10/2018

Aditivo da Obra/Serviço

Nº/Ano: 03/2017

Prazo Ex. Aditado (dias): 319

Srv. Acrescidos: R\$ 0,00

Srv. Decrescidos: R\$ 0,00

Srv. Extracontratuais: R\$ 0,00

Valor Aditado: R\$ 0,00

Inclusão: 21/08/2017

Nº/Ano: 02/2016

Prazo Ex. Aditado (dias): 273

Srv. Acrescidos: R\$ 0,00

Srv. Decrescidos: R\$ 0,00

Srv. Extracontratuais: R\$ 0,00

Valor Aditado: R\$ 0,00

Inclusão: 16/08/2016

Nº/Ano: 01/2015

Prazo Ex. Aditado (dias): 0

Srv. Acrescidos: R\$ 3.442.192,35

Srv. Decrescidos: R\$ 0,00

Srv. Extracontratuais: R\$ 0,00

Valor Aditado: R\$ 3.442.192,35

Inclusão: 16/10/2015

Resumo da Obra/Serviço**Valores da Obra/Serviço (R\$):**

Valor Inicial: R\$ 15.098.120,17

Valor Total Aditado: R\$ 3.442.192,35

Valor Final: R\$ 18.540.312,52

Valor Total Medido: R\$ 6.385.103,86

Valor Total Reajustes: R\$ 359.062,87

Valor Total Medido: R\$ 6.385.103,86

Valor Total Material: R\$ 0,00

Valor Total Máquina/Equipamentos: R\$ 0,00

Valor Total Executado: R\$ 6.385.103,86

Prazos de Execução da Obra/Serviço (dias):

Prazo de Execução Inicial (dias): 720

Prazo Execução Total Aditado (dias): 592

Prazo Execução Final (dias): 1312

Quantidade de Dias em Execução: 1035

Quantidade de Dias Paralisada: 427

DESPACHO



À

Sr.ª Marciane Curvo.

Secretária Adjunta da Área Sistêmica.

Assunto: Medição inserida no GEO-OBRAS.

Encaminho o processo de medição de obras devidamente inserido no Sistema Geo-Obras, assim como o espelho do e-mail enviado a SEFAZ/MT para cadastro.

Atenciosamente,

Fabio Yamamura Bueno
Coordenador de Gestão de Geo-Obras
COORDENADOR – GEO-OBRA/SINFRA
SINFRA/MT

PROC Nº: 462525/2018

FLS.: 110 - -

DATA.: 01 / 10 / 2018

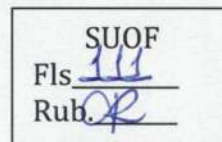
À
SUOF,

Em atenção ao documento que inaugura o presente processo, encaminho para conhecimento e liberação do pagamento da medição, por força de decisão judicial – folhas 78 a 100.

Autorizo pagamento da medição do período 01/05 a 31/07/2018, considerando que a decisão proferida determina que a SINFRA se abstenha em exigir como condição para pagamento dos valores devidos, a apresentação de certidões negativas de regularidade fiscal, perante as receitas Municipal, Estadual e Federal – fl. 87.

Diante do exposto, **autorizo** pagamento da medição nos termos da própria decisão judicial.

Eng.ª Civil Marciane Prevedello Curvo
Secretaria Adjunta de Administração
Sintético SINFRA

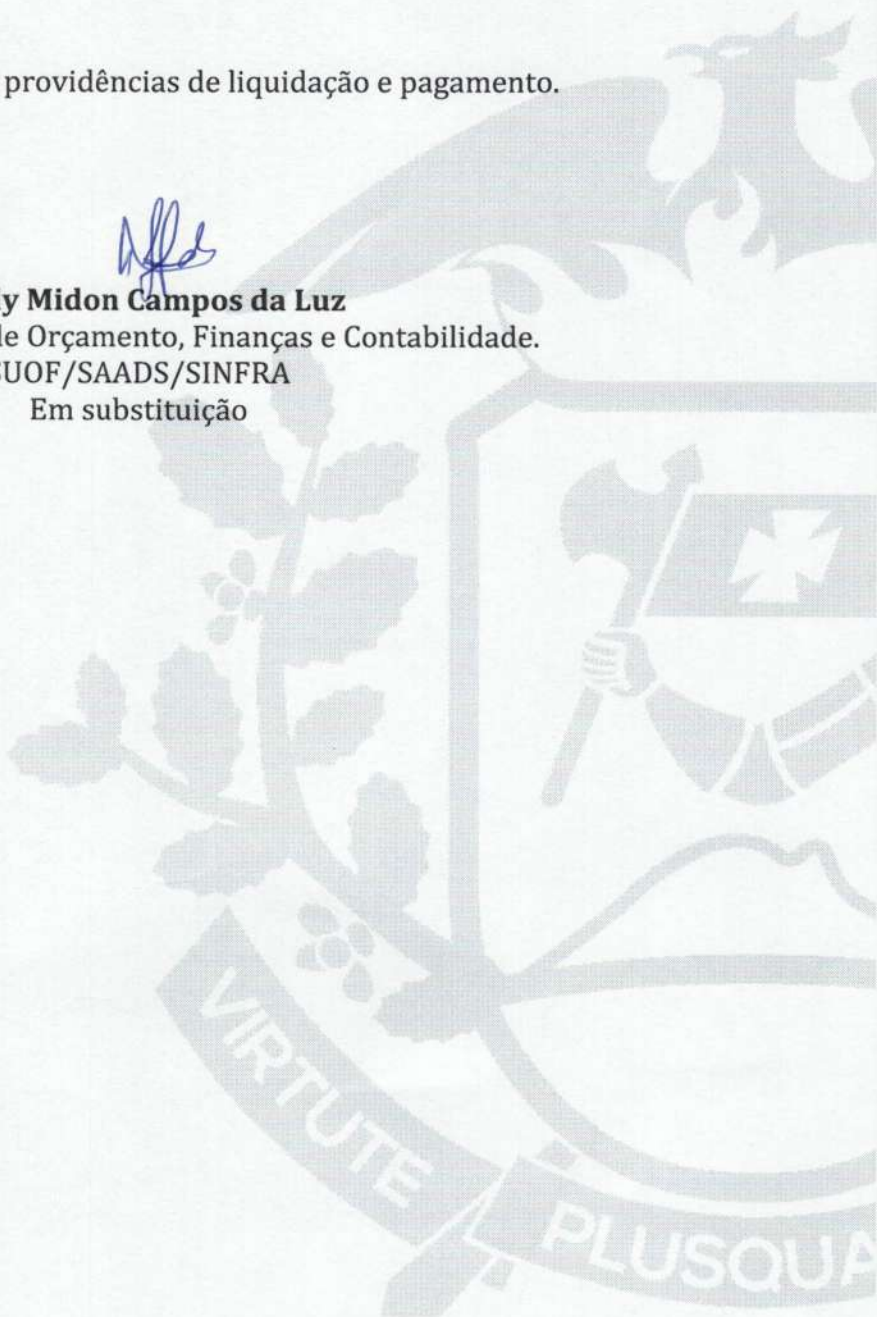


Processo nº 462525/2018
Data: 01/10/2018

À COFIN

Encaminhamos o presente, para providências de liquidação e pagamento.

Josely Midon Campos da Luz
Superintendência de Orçamento, Finanças e Contabilidade.
SUOF/SAADS/SINFRA
Em substituição



RETENÇÕES / PROCESSO		462525/2018
Número da Nota Fiscal/DANFE		79-
Valor da Nota Fiscal		R\$ 366.738,59
Emissão Nota Fiscal		24/09/2018
Credor	GUAXE CONSTRUTORA LTDA	
Cálculo do Imposto de Renda		
Valor Tributável		
Percentual		1,50%
Valor da Retenção		R\$ 0,00
Cálculo do ISS / CUIABÁ		
Valor Tributável (Base de Cálculo)		
Percentual		5,00%
Valor da Retenção		R\$ 0,00
Cálculo do ISS , VARZEA GRANDE		
Valor Tributável (Base de Cálculo)		
Percentual		5,00%
Valor da Retenção		R\$ 0,00
Cálculo do INSS		
Valor Tributável		146.695,44
Percentual		11,00%
Valor da Retenção		R\$ 16.136,50
Valor líquido da NF-E		R\$ 350.602,09
C-MT		
	03/10/2018	

118
Notas
Area
S.M.

Isaac

COORDENADORIA FINANCEIRA

TERMO DE CONFORMIDADE DOCUMENTAL PARA PAGAMENTO

Empresa: <i>Guaxa Construtora</i>					
Processo: <i>462525/2018</i>			IC: <i>388-2014 (8º medição)</i>		
Período da Despesa			Empenho:		
Produto/Serviço			Notas Fiscais:		
Nº	Quesito	Sim	Não	N/A	Página
1	O documento fiscal está atestado pelo fiscal do contrato? (Art. 67 da Lei nº 8.666/93).	X			
2	A nota fiscal de aquisição de bens patrimoniais móveis ou material de consumo registrada pela Gerência de Patrimônio? (Manual SIGPAT).			X	
3	Em caso de obras, as planilhas de Medição, Cronograma Físico Financeiro e Controle Financeiro foram apresentadas e atestadas pelo fiscal do contrato? (Art. 63, §2º, III da Lei nº 8666/93).	X			
4	Foi emitida a programação de pagamento indicando o nome do credor, processo, contrato/convênio/acordo/termo, objeto, valor do contrato, saldo do contrato, nº do empenho, fonte e valor do pagamento, de acordo com a nota fiscal, devidamente autorizado pelo Superintendente e Secretário Adjunto da área demandante da despesa?	X			
5	A Certidão Negativa ou Positiva de Débitos Fiscais com Efeito de Negativa da Fazenda Estadual, emitida pela SEFAZ-MT, para recebimento da Administração Pública, foi apresentada e está válida? (Decreto Estadual nº 8.199/2006).				
6	A Certidão Negativa da Procuradoria Geral do Estado foi apresentada e está válida? (Orientação Técnica CGE 011/2016).				
7	A Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União foi apresentada e está válida? (Decreto Estadual nº 8.199/2006).				
8	A Certidão de Regularidade do FGTS – CRF foi apresentada e está válida? (Decreto Estadual nº 8.199/2006).				
9	A Certidão Negativa ou Positiva de Débitos da Fazenda Municipal do local de domicílio do credor foi apresentada e está válida? (Decreto Estadual nº 8.199/2006).				
10	O documento de arrecadação municipal e comprovante de recolhimento foi apresentado? (Lei Estadual nº 10.162/2014 e Lei Complementar Federal nº 116/2003).				

Decisão Judicial

Elaborado por:
Cristiano C. Andrade, Fernanda C. Alencar,
Fransuise A. Souza e Luciana Lima C. CamposAprovado por:
Jefferson Marcos Delgado da Silva

Data da última revisão:

Nº	Quesito	Sim	Não	N/A	Página
11	No caso de obras, foi devidamente inserida a medição no GEO-BRAS e consta no processo a comprovação?	X			
12	Em caso de Pagamento de despesas relativas à cessão de mão de obra foi apresentada a folha de pagamento, juntamente com a GEFIP?			X	
13	No caso de pagamento de despesas de exercícios anteriores a 2015, executando Restos a Pagar inscritos, a despesa foi ratificada nos termos da Portaria SINFRA nº 018/2016?			X	
14	Foi emitido o despacho autorizativo para pagamento da despesa pelo Ordenador de Despesa e pelo Superintendente da SUOF?	X			

Informações para Liquidação	
Programa (Conta Única, Fethab II, MT Integrado, Prodestur, Pró-concreto, Restaura, Convênios Federais, etc). * Convênio Federal Informar CBA Convênio.	
Código Bancário – CBA	3482

Medida Judicial	
Número do processo judicial:	Ação a ser executada:
Observações: <i>Entido -> decisão judicial, conforme folha 110.</i>	
Responsável pelo check-list:	
Data: <i>03/10/2018</i>	Assinatura: <i>[Assinatura]</i>

Elaborado por: Cristiano C. Andrade, Fernanda C. Alencar, Fransuise A. Souza e Luciana Lima C. Campos	Aprovado por: Jefferson Marcos Delgado da Silva	Data da última revisão:
---	--	-------------------------



AQS	AQUISIÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS	25101.0001.18.000757-0
Data do Doctº: 03/10/2018		<div>COFIN/SINFRA Fls: 120 Ass: Jg</div>
Órgão: 25 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística		
Unidade Orçamentária: 25101 - SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA		
Unidade Gestora: 25101.0001 - Geral		
Nº PED: 25101.0001.18.000819-0	Nº EMP: 25101.0001.18.000692-0	Nº ELI: 25101.0001.18.002086-0
Nº Protocolo: 252485/2015	Nº NOBLIST: *** ** *	Nº DOTLIST: *** ** *
Tipo de Despesa: Obras e Serviços de Engenharia		
Dotação Orçamentária: 17101.0001.23.695.185.3297.0800.449000000.151.1.1		
Elemento de Despesa: 51 - OBRAS E INSTALACOES		

COMPOSIÇÃO DO VALOR DO BEM POR GRUPO DE PATRIMÔNIO			
Grupo	Nome do Grupo de Patrimônio	Valor do Bem	Classificação do Bem
9.09	RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS PAVIMENTADAS	366.738,59	Bens de Uso Comum do Povo

Tipo de Doctº Fiscal: Nota Fiscal Eletrônica	Nº do Doctº Fiscal: 79	Data de Emissão: 24/09/2018
Código do Credor: 2003.01987-5	Credor: Guaxe Construtora e Terraplenagem Ltda	
CPE/CNPJ: 02.837.996/0001-10	Município UF: Tangará da Serra/MT	
Histórico: PROCESSO 462525/2018, IC 388/2014, referente 08º medição periodo 01/05/2018 á 31/07/2018, (conforme o despacho de autorização de pagamento da pag 110) , NF 79		
Valor da Aquisição: *** 366.738,59	TREZENTOS E SESSENTA E SEIS MIL E SETECENTOS E TRINTA E OITO REAIS E CINQUENTA E NOVE CENTAVOS *** ** *	
Observação: Situação - Aquisição de Bens Patrimoniais (AQS) normal		

**Estado de Mato Grosso**FIPLAN - Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO ESTADUAL - SATE/SEFAZ

LIQ		LIQUIDAÇÃO		25101.0001.18.002226-2	
Nº EMP: 25101.0001.18.000692-0			Data do Docº: 03/10/2018		COFIN/SINFRA Fls: 121 Ass: VJ
Nº PED: 25101.0001.18.000819-0			Data de pagamento: 03/10/2018		
Nº CAD:		Nº NOBLIST:		Nº DOTLIST:	
Órgão: 25 Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística					
Unidade Orçamentária: 25101 SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA					
Unidade Gestora: 25101.0001 Geral					
Data de Liberação: *** **			Liberador de Pagamento: *** **		
Liquidação Escritural: Não		Regularização: Não		Dotação Orçamentária: 17101.0001.23.695.185.3297.0800.449000000.151.1.1	
Elemento de Despesa: 51 - OBRAS E INSTALACOES			Elemento - Exercícios Anteriores: *** **		
Nº NEX: *** **					
Forma pagamento: Nota de Ordem Bancária (NOB)		Código Bancário: 03482.00000		Banco + Agência + C/C (débito Órgão): 001.3834.0000000001042679-5	
Pagamento Disponibilidade RP: 001.3834.0000000001042679-5			Valor Liquidação: *** 366.738,59 TREZENTOS E SESENTA E SEIS MIL E SETECENTOS E TRINTA E OITO REAIS E CINQUENTA E NOVE CENTAVOS ***** ***** *****		
Histórico: PROCESSO 462525/2018, IC 388/2014, referente 08º medição período 01/05/2018 á 31/07/2018, (conforme o despacho de autorização de pagamento da pag 110) , NF 79					
Código do credor: 2003.01987-5		Credor: Guaxe Construtora e Terraplenagem Ltda			
CPF/CNPJ: 02.837.996/0001-10		Município UF: Tangará da Serra - MT		Nº Processo de Pagamento 252485/2015	
Forma de Recebimento: Crédito em conta corrente - Banco do Brasil					
Banco + Agência + C/C: 001.1321.0000000000007613-9					

DADOS DA DIÁRIA

Nº OS: *** **	Data de Início da Viagem: *** **
	Data de Retorno da Viagem: *** **

CONTRATOS E CONVÊNIOS

Nº Contrato: 25101000000038814	Término da vigência: *** **
Nº Convênio: *** **	

CONTROLE DO SALDO A LIQUIDAR

Valor total do empenho (R\$) *** 3.000.000,00	Saldo a liquidar (R\$) *** 366.738,59	Esta liquidação (R\$) *** 366.738,59	Saldo a liquidar atual (R\$) *** 0,00
---	---	--	---

CONTROLE DE SALDO EM LIQUIDAÇÃO

Valor total do empenho (R\$) *** 3.000.000,00	Saldo em liquidação (R\$) *** 366.738,59	Esta liquidação (R\$) *** 366.738,59	Saldo em liquidação atual (R\$) *** 0,00
---	--	--	--

**Estado de Mato Grosso**FIPLAN - Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO ESTADUAL - SATE/SEFAZ

LIQ		LIQUIDAÇÃO		25101.0001.18.002226-2	
OBRIGAÇÕES FISCAIS - CONSIGNAÇÕES					
IRRF (R\$): *** 0,00		ISS município (R\$) *** 0,00		Município: *** **	
INSS (R\$): *** 16.136,50		MTPREV (R\$): *** 0,00		Outras consignações (R\$): *** 0,00	
Observações: Indicativo de Situação da LIQ:LIQ Normal					

Valor Líquido: *** 350.602,09	TREZENTOS E CINQUENTA MIL E SEISCENTOS E DOIS REAIS E NOVE CENTAVOS *** *** **
----------------------------------	---

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR SUBELEMENTO		
Natureza Despesa	Descrição	Valor
4.4.90.51.51.009	Restauração de Rodovias Pavimentadas	*** 366.738,59
TOTAL DA LIQUIDAÇÃO:		*** 366.738,59
CONSIGNAÇÕES LÍQUIDAS POR CREDOR		
Código	Descrição	Valor
1995.00850-0	Instituto Nacional do Seguro Social	*** 16.136,50
TOTAL LÍQUIDO DAS CONSIGNAÇÕES:		*** 16.136,50


**Estado de Mato Grosso**FIPLAN - Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO ESTATUAL - SATE/SEFAZ

462525/2018


NOB	NOTA DE ORDEM BANCÁRIA	25101.0001.18.005612-3
Data de Emissão: 03/10/2018		
Nº NOBLIST:		Nº DOTLIST:
Unidade Orçamentária: 25101 - SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA		
Unidade Gestora: 0001 - Geral		
Código Bancário: 03482.00000	Banco + Agência + C/C: 001.3834.000000001042679-5	Regularização: Não
		Nº NEX : ***
SOLICITAMOS AO Banco do Brasil S/A CREDITAR AO(S) FAVORECIDO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), LEVANDO A DÉBITO DA CONTA Nº 001.3834.000000001042679-5.		
Código do Credor: 2003.01987-5		
Credor: Guaxe Construtora e Terraplenagem Ltda		
CPF/CNPJ: 02.837.996/0001-10		Município UF: Tangará da Serra MT
Nº EMP: 25101.0001.18.000692-0		Fonte de Recurso: 151
Nº LIQ: 25101.0001.18.002226-2		Tipo de OB: 32-CRED.BB C/Float
Nº Processo de Pagamento: 252485/2015		
NOB/Fatura Fato 54: Não		
Banco + Agência + C/C: 001.1321.000000000007613-9	Valor da Operação (R\$): *** 350.602,09	Valor por Extenso: TREZENTOS E CINQUENTA MIL E SEISCENTOS E DOIS REAIS E NOVE CENTAVOS *** **
Os processos acima relacionados foram regularmente liquidados e encontra-se em condição de pagamento. Bruna Moraes Rodrigues Coordenadora Financeira _____ Responsável pela Execução Financeira	AUTORIZO O PAGAMENTO _____ 006900 - Marciane Freydello Curvo ORDENADOR DE DESPESA	
Observações: Situação da NOB: Nota de Ordem Bancária (NOB) Normal Indicativo de Transmissão: Documento eletrônico do Banco do Brasil		

DETALHAMENTOS FISCAIS DA LIQUIDAÇÃO				
Tipo de Documento	Nº do Documento	Data do Documento	Data de Atesto	Valor (R\$)
TOTAL DE DOCUMENTOS FISCAIS:				*** 0,00

1ª Via - INSS - 2ª Via - CONTRIBUINTE

 <p>MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS SECRETARIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA - SRP</p> <p>GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS</p>		3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2640
		4 - COMPETÊNCIA	09/2018
		5 - IDENTIFICADOR	02.837.996/0001-10
		1 - NOME OU RAZÃO SOCIAL / FONE / ENDEREÇO CNPJ 02.837.996/0001-10 GUAXE CONSTRUTORA LTDA AV LIONS INTERNACIONAL 2700 SETOR W F TANGARA DA SERRA MT CEP 78300-000	
		7 -	
		8 -	
2 - VENCIMENTO (Uso exclusivo INSS)	19/10/2018	9 - VALOR OUTRAS ENTIDADES	0,00
ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior ao estipulado em resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior deverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.		10 - ATM/MULTA E JUROS	0,00
		11 - TOTAL	16.136,50
AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA			

1ª Via - INSS - 2ª Via - CONTRIBUINTE

 <p>MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS SECRETARIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA - SRP</p> <p>GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS</p>		3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2640
		4 - COMPETÊNCIA	09/2018
		5 - IDENTIFICADOR	02.837.996/0001-10
		1 - NOME OU RAZÃO SOCIAL / FONE / ENDEREÇO CNPJ 02.837.996/0001-10 GUAXE CONSTRUTORA LTDA AV LIONS INTERNACIONAL 2700 SETOR W F TANGARA DA SERRA MT CEP 78300-000	
		7 -	
		8 -	
2 - VENCIMENTO (Uso exclusivo INSS)	19/10/2018	9 - VALOR OUTRAS ENTIDADES	0,00
ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior ao estipulado em resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior deverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.		10 - ATM/MULTA E JUROS	0,00
		11 - TOTAL	16.136,50
AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA			



NOB	NOTA DE ORDEM BANCÁRIA	25101.0001.18.005617-4
Data de Emissão: 03/10/2018		
Nº NOBLIST:		Nº DOTLIST:
Unidade Orçamentária: 25101 - SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA		COFIN/SINFRA Fls: 124 Ass: [assinatura]
Unidade Gestora: 0001 - Geral		
Código Bancário: 03482.00000	Banco + Agência + C/C: 001.3834.000000001042679-5	Regularização: Não
		Nº NEX : ***
SOLICITAMOS AO Banco do Brasil S/A CREDITAR AO(S) FAVORECIDO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), LEVANDO A DÉBITO DA CONTA Nº 001.3834.000000001042679-5.		
Código do Credor: 1995.00850-0		
Credor: Instituto Nacional do Seguro Social		
CPF/CNPJ: 29.979.036/0001-40		Município UF: Brasília DF
Nº EMP: 25101.0001.18.000692-0		Fonte de Recurso: 151
LIQ: 25101.0001.18.002226-2		
Nº Processo de Pagamento: 252485/2015		Tipo de OB: 39-FAT S/ BARRA
NOB/Fatura Fato 54: Não		
Banco + Agência + C/C:	Valor da Operação (R\$): *** 16.136,50	Valor por Extenso: DEZESSEIS MIL E CENTO E TRINTA E SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS *** ***** *****
Os processos acima relacionados foram regularmente liquidados e encontra-se em condição de pagamento. Bruna Moraes Rodrigues Coordenadora Financeira _____ Responsável pela Execução Financeira		AUTORIZO O PAGAMENTO 006900 - Marciane Prevedello Curvo ORDENADOR DE DESPESA
Observações: Situação da NOB: Nota de Ordem Bancária (NOB) Normal Indicativo de Transmissão: Documento eletrônico do Banco do Brasil		

DETALHAMENTO DO PAGAMENTO DA FATURA - GPS (GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL).				
Tipo Fatura	Subtipo Fatura	Código de Barras / Código Identificador - CNPJ/CPF		Código da Receita do Tributo
Sem Código de Barras	GPS	02.837.996/0001-10		2640
Código de Identificação do Tributo	Mês/Ano Competência	Valor Previsto do Pagamento do INSS	Valor de Outras Entidades	Atualização Monetária:
2640	9/2018	16.136,50	0,00	0,00
Valor Total (R\$): 16.136,50		Valor Total por extenso: dezesesseis mil e cento e trinta e seis reais e cinquenta centavos		



AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA

A5F5AB41ADB891D0

DETALHAMENTOS FISCAIS DA LIQUIDAÇÃO

Tipo de Documento	Nº do Documento	Data do Documento	Data de Atesto	Valor (R\$)
TOTAL DE DOCUMENTOS FISCAIS:				*** 0,00

**TERMO DE CONFORMIDADE PARA ARQUIVO DE PROCESSO DE DESPESAS –
COFIN/SUOF/SAADS/SINFRA**

VERIFICAÇÃO	SIM	NÃO	N/A
Os valores pagos estão de acordo com a programação de pagamento e o valor total das notas fiscais?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Todos os documentos estão devidamente assinados?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os documentos estão anexados em ordem cronológica (Certidões, NLA, NOE, NEX, AQS, LIQ e NOB)?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A NOB estornada está devidamente anexada ao processo? (FIP 005)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
A NOB no processo foi transmitida e efetivada? (FIP 005)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Foi confirmada a efetivação do pagamento pelo extrato da conta corrente bancária (Caixa Econômica Federal)?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
A comprovação de quitação do ISSQN devido está anexada ao processo?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
O processo está corretamente paginado?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A capa do processo está em boas condições para arquivo?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

* Os processos de pagamento de convênios com prefeituras e de associações deverão ser enviados para a CCONC.

Observações: Decisão Judicial

Declaro que as pendências acima assinaladas foram devidamente regularizadas e o processo pode ser despachado para arquivo.

Cuiabá – MT, 30 / 01 / 2019

Nome: Vitor Silva

Assinatura: [Assinatura]

Cuiabá, 30 de janeiro de 2019.

DESPACHO

COFIN/SINFRA
Fis: 126
Ass: V

À CCONT

Encaminho o processo com para arquivo com pagamento efetuado.

Atenciosamente,

BRUNA MORAES RODRIGUES
Coordenadora Financeira
COFIN/SUOF/SAADS/SINFRA



CX 593

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA ESTRUTURA E LOGÍSTICA - SINFI

NOB 03/10/2018

Protocolo n.: 462532/2018 Data: 06/09/2018 14:19

Governo do Estado de Mato Grosso

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA

Interessado(a): GUAXE CONSTRUTORA LTDA

Assunto: REAJUSTAMENTO

Resumo: REAJUSTAMENTO DA 8 (OITAVA) MEDIÇÃO PROVISÓRIA
DO CONTRATO N 388/2014, DOS SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃ

Setor Origem: PROTOCOLO

Setor Destino: SUCEO - SUP. DE CONTROLE DA EXECUCAO DE

Volume: 1 de 1



0 000092 335172



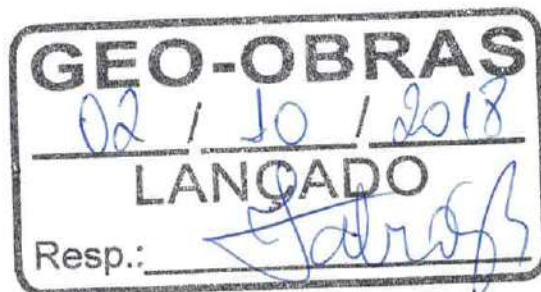
REAJUSTAMENTO DA MEDIÇÃO

Ao Ilmo Sr.

Eng.º Diogo Menezes Souza

Superintendente de Manutenção e Restauração de Rodovias Pavimentadas
Nesta,

Assunto: **Reajustamento da 8ª (Oitava) Medição Provisória**
Ref. I.C. nº: 388/2014/00/00-SETPU




Através do presente, encaminho a V.Sª o Reajustamento da 8ª (Oitava) Medição Provisória, dos serviços de Revitalização de Rodovia Pavimentada, na Rodovia: MT - 246 – Trecho: Entrª BR-163/364 (Trevo de Jangada) - Barra do Bugres, sub-trecho: Ponte s/ o Rio Currupira - Barra do Bugres, extensão: 45,245 Km, após aferição em campo, estando apta para o procedimento de análise, de acordo com o valores firmados em contrato no Período: 01 maio 2018 a 31 julho 2018

Reajustamento da 8ª (Oitava) Medição Provisória 01/05/2018 a 31/07/2018 ✓

Barra do Bugres/MT, 01 de Agosto de 2018

Atenciosamente,


Engº Alair Alveolos Zeferino de Paula
Fiscal Portaria nº 186/2017/SAOB/SINFRA
RNP Nº 1201344077



SINFRA
SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA



GOVERNO DO
MATO GROSSO
ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO

+55 65 3613.8600 / 3613.8608 / 3613.8603
EDIFÍCIO ENG. EDGAR PRADO ARZE - RUA J - QUADRA I - LÔTE 5 - SETOR A
78049-906 - CUIABÁ - MATO GROSSO

MATO GROSSO - ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO

WWW.MT.GOV.BR

• Contratos Revitalização de Rodovias

- Programa:

- Rodovia: MT - 246

- Trecho: Entrª BR-163/364 (Trevo de Jangada) - Barra do Bugres

- Extensão: 45,245 Km

- Firma: GUAXE CONSTRUTORA LTDA

- Instrumento Contratual: I.C. Nº : 388/2014/00/00-SETPU

- Processo Original: Nº: 511984/2013/SETPU

- Prazo Contratual: 1536 Dias Consecutivos

- Término Previsto: 15/12/2018

- Ordem de I. de Serviços: 01/10/2014

- Data da Assinatura: 23/09/2014

- Data da Publicação: 23/09/2014

- Metas – Exercício:

- Natureza dos Serviços: Conservação, Restauração e Melhoramento do Meio Ambiente

- Valor Empenhado:

- Valor Contratual (PI): R\$ 18.540.312,52

- Edital nº: CP 030/2014

[Assinatura]
Engº Alair Alveolos Zeferino de Paula
Fiscal Portaria nº 186/2017/SAOB/SINFRA
RNP Nº 1201344077

[Assinatura]



SINRA
SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

GOVERNADOR
MATO GROSSO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

CONTRATO Nº 388/2014/00/00-SETPU
Data Assinatura: 23/09/2014
Publicação: 23/09/2014
Processo Orig.: 511584/2013/SETPU
Mês do It: Setembro/2012
Mês do It: Setembro/2017
FIRMA: GUAXE CONSTRUTORA LTDA

Resumo do Reajustamento de Medição

Resumo do Reajustamento de Medição

Resumo do Reajustamento de Medição

Resumo do Reajustamento de Medição

Resumo do Reajustamento de Medição

Obra:	Discriminação (Classificação Índice de Reajuste)	Medição Referência	Medição Anterior	Valor Revisível	Fator	Valor do Reajuste R\$	Dados
5.0	SERVIÇOS DIVERSOS						
2.5.01.00.01	Aluguel de Veículo Leve - Tipo Sedan até 70 Hp	12.450,10	9.960,08	2.490,02	0,3386	843,12	R = (II - IO) x V IO = Índice de preço no mês da proposta II = Índice de preço ao mês da medição V = Valor a preços iniciais do contrato
6.0	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO						
2.5.00.000.20	Mobilização e Desmobilização	75.817,28	75.817,28	0,00	0,3386	0,00	
7.0	INSTALAÇÃO DE CANTEIRO						
2.5.00.000.20	Instalação de Canteiro	271.138,00	271.138,00	0,00	0,3386	0,00	
CONSTRUÇÃO DE BUEIROS CELULARES							
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES						
s/c	Administração de obra - pessoal	19.854,00	19.854,00	0,00	0,3386	0,00	
s/c	Mobilização/desmobilização de equipamentos	49.570,00	49.570,00	0,00	0,3386	0,00	
s/c	Hospedagem, transporte e alimentação de pessoal	72.863,00	72.863,00	0,00	0,3386	0,00	
TOTAL SERVIÇOS PRELIMINARES				0,00		0,00	
2.0	DEMOLIÇÕES E DESVÓS / CAMINHOS DE SERVIÇO						
3.5.02.900.00	Remoção mecanizada de pavimento betuminoso	1.313,91	1.313,91	0,00	0,3386	0,00	
5.5.04.999.07	Demolição de concreto simples (trelo-flo, entradas e descida d'água)	10.675,34	10.675,34	0,00	0,3386	0,00	
5.5.04.999.01	Remoção de bloco simples (armos existentes)	15.038,10	15.038,10	0,00	0,3386	0,00	
5.5.09.002.07	Transporte local basic em rodovia pavim. (material de demolição)	6.903,42	6.903,42	0,00	0,3386	0,00	
2.5.01.005.00	Desmatamento, desboscamento, limpeza em mata	3.513,60	3.513,60	0,00	0,3386	0,00	
5.5.01.120.01	Escav. e carga de mater. de jazida (caminho de serviço)	116.775,75	116.775,75	0,00	0,3386	0,00	
5.5.09.002.07	Transporte local basic em rodovia pavim. (caminho de serviço)	316.880,05	316.880,05	0,00	0,3386	0,00	
2.5.01.511.00	Compactação de aterro a 100% proctor normal (caminho de serviço)	56.976,30	56.976,30	0,00	0,3386	0,00	
TOTAL DEMOLIÇÕES E DESVÓS / CAMINHOS DE SERVIÇO				0,00		0,00	
3.0	TERRAPLENAGEM						
2.5.01.300.05	Exc. carga transp. solos moles DMT 800 a 1000m	111.986,86	111.986,86	0,00	0,3386	0,00	
2.5.01.100.25	Exc. carga transp. mat 1ª cat DMT 600 a 800m c/escav.	86.616,39	86.616,39	0,00	0,3386	0,00	
5.5.01.120.01	Escav. e carga de mater. de jazida (material para reterro)	58.894,83	58.894,83	0,00	0,3386	0,00	
5.5.09.002.07	Transporte local basic em rodovia pavim. (material para reterro)	199.333,49	199.333,49	0,00	0,3386	0,00	
TOTAL TERRAPLENAGEM				0,00		0,00	

Barra do Bugres/MT, 01 de Agosto de 2018


Engº Alair Alves Zefirino de Paula
Fiscal Pontaria nº 1862017/SAOB/SINFRA
RNP Nº 120134077

Guaxe Construtora
Cássio Murilo V. Santos
Coord. de Obras

Autenticação
Supervisora - Lote 1

Protocolo/SINFRA
Folha 05
Ass: [assinatura]

SINFRA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA



GOVERNADOR
MATO GROSSO
ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO

AV. GOV. JOÃO MARCOS S/Nº - JARDIM UNIVERSITÁRIO - 78060-900
FONE: (65) 3363-1234 - FAX: (65) 3363-1235 - E-MAIL: SINFRA@GOV.MT.GOV.BR

ESTADO DO ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO
WWW.MT.GOV.BR

RESUMO DO REAJUSTAMENTO DE MEDIÇÃO

<p>Objeto: Contratos Revitalização de Rodovias</p> <p>MT - 246</p> <p>Entre 88-163/964 (Trevo de Jangada) - Barra do Bugres</p> <p>Ponte 3/ o Rio Corumbá - Barra do Bugres</p> <p>8º (Oitava) Medição Provisória</p> <p>SUO/TO.1.S.Nº 146/2014 de 01/10/2014</p> <p>01/05/18 a 31/07/18</p>	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO (Classificação Índice de Reajuste)	MEDIÇÃO REFERÊNCIA	MEDIÇÃO ANTERIOR	VALOR REVISIVEL	FATOR	VALOR DO REAJUSTE R\$	DADOS
<p>Item:</p> <p>Sub-trecho:</p> <p>Referência:</p> <p>Ordem Início serviço:</p> <p>Período Medição:</p>	Nº Contrato: <p>LC Nº 388/2014/000/005-SETPU</p> <p>Data Assinatura:</p> <p>23/09/2014</p> <p>Publicação:</p> <p>511994/2013/SETPU</p> <p>Processo Orig.:</p> <p>Setembro/2012</p> <p>Mês do ID:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>Mês do It:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>FIRMA:</p> <p>GUAXE CONSTRUTORA LTDA</p>	R = (II - IO) x V						
<p>Item:</p> <p>Sub-trecho:</p> <p>Referência:</p> <p>Ordem Início serviço:</p> <p>Período Medição:</p>	Nº Contrato: <p>LC Nº 388/2014/000/005-SETPU</p> <p>Data Assinatura:</p> <p>23/09/2014</p> <p>Publicação:</p> <p>511994/2013/SETPU</p> <p>Processo Orig.:</p> <p>Setembro/2012</p> <p>Mês do ID:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>Mês do It:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>FIRMA:</p> <p>GUAXE CONSTRUTORA LTDA</p>	R = (II - IO) x V						
<p>Item:</p> <p>Sub-trecho:</p> <p>Referência:</p> <p>Ordem Início serviço:</p> <p>Período Medição:</p>	Nº Contrato: <p>LC Nº 388/2014/000/005-SETPU</p> <p>Data Assinatura:</p> <p>23/09/2014</p> <p>Publicação:</p> <p>511994/2013/SETPU</p> <p>Processo Orig.:</p> <p>Setembro/2012</p> <p>Mês do ID:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>Mês do It:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>FIRMA:</p> <p>GUAXE CONSTRUTORA LTDA</p>	R = (II - IO) x V						
<p>Item:</p> <p>Sub-trecho:</p> <p>Referência:</p> <p>Ordem Início serviço:</p> <p>Período Medição:</p>	Nº Contrato: <p>LC Nº 388/2014/000/005-SETPU</p> <p>Data Assinatura:</p> <p>23/09/2014</p> <p>Publicação:</p> <p>511994/2013/SETPU</p> <p>Processo Orig.:</p> <p>Setembro/2012</p> <p>Mês do ID:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>Mês do It:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>FIRMA:</p> <p>GUAXE CONSTRUTORA LTDA</p>	R = (II - IO) x V						
<p>Item:</p> <p>Sub-trecho:</p> <p>Referência:</p> <p>Ordem Início serviço:</p> <p>Período Medição:</p>	Nº Contrato: <p>LC Nº 388/2014/000/005-SETPU</p> <p>Data Assinatura:</p> <p>23/09/2014</p> <p>Publicação:</p> <p>511994/2013/SETPU</p> <p>Processo Orig.:</p> <p>Setembro/2012</p> <p>Mês do ID:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>Mês do It:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>FIRMA:</p> <p>GUAXE CONSTRUTORA LTDA</p>	R = (II - IO) x V						
<p>Item:</p> <p>Sub-trecho:</p> <p>Referência:</p> <p>Ordem Início serviço:</p> <p>Período Medição:</p>	Nº Contrato: <p>LC Nº 388/2014/000/005-SETPU</p> <p>Data Assinatura:</p> <p>23/09/2014</p> <p>Publicação:</p> <p>511994/2013/SETPU</p> <p>Processo Orig.:</p> <p>Setembro/2012</p> <p>Mês do ID:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>Mês do It:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>FIRMA:</p> <p>GUAXE CONSTRUTORA LTDA</p>	R = (II - IO) x V						
<p>Item:</p> <p>Sub-trecho:</p> <p>Referência:</p> <p>Ordem Início serviço:</p> <p>Período Medição:</p>	Nº Contrato: <p>LC Nº 388/2014/000/005-SETPU</p> <p>Data Assinatura:</p> <p>23/09/2014</p> <p>Publicação:</p> <p>511994/2013/SETPU</p> <p>Processo Orig.:</p> <p>Setembro/2012</p> <p>Mês do ID:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>Mês do It:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>FIRMA:</p> <p>GUAXE CONSTRUTORA LTDA</p>	R = (II - IO) x V						
<p>Item:</p> <p>Sub-trecho:</p> <p>Referência:</p> <p>Ordem Início serviço:</p> <p>Período Medição:</p>	Nº Contrato: <p>LC Nº 388/2014/000/005-SETPU</p> <p>Data Assinatura:</p> <p>23/09/2014</p> <p>Publicação:</p> <p>511994/2013/SETPU</p> <p>Processo Orig.:</p> <p>Setembro/2012</p> <p>Mês do ID:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>Mês do It:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>FIRMA:</p> <p>GUAXE CONSTRUTORA LTDA</p>	R = (II - IO) x V						
<p>Item:</p> <p>Sub-trecho:</p> <p>Referência:</p> <p>Ordem Início serviço:</p> <p>Período Medição:</p>	Nº Contrato: <p>LC Nº 388/2014/000/005-SETPU</p> <p>Data Assinatura:</p> <p>23/09/2014</p> <p>Publicação:</p> <p>511994/2013/SETPU</p> <p>Processo Orig.:</p> <p>Setembro/2012</p> <p>Mês do ID:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>Mês do It:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>FIRMA:</p> <p>GUAXE CONSTRUTORA LTDA</p>	R = (II - IO) x V						
<p>Item:</p> <p>Sub-trecho:</p> <p>Referência:</p> <p>Ordem Início serviço:</p> <p>Período Medição:</p>	Nº Contrato: <p>LC Nº 388/2014/000/005-SETPU</p> <p>Data Assinatura:</p> <p>23/09/2014</p> <p>Publicação:</p> <p>511994/2013/SETPU</p> <p>Processo Orig.:</p> <p>Setembro/2012</p> <p>Mês do ID:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>Mês do It:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>FIRMA:</p> <p>GUAXE CONSTRUTORA LTDA</p>	R = (II - IO) x V						
<p>Item:</p> <p>Sub-trecho:</p> <p>Referência:</p> <p>Ordem Início serviço:</p> <p>Período Medição:</p>	Nº Contrato: <p>LC Nº 388/2014/000/005-SETPU</p> <p>Data Assinatura:</p> <p>23/09/2014</p> <p>Publicação:</p> <p>511994/2013/SETPU</p> <p>Processo Orig.:</p> <p>Setembro/2012</p> <p>Mês do ID:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>Mês do It:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>FIRMA:</p> <p>GUAXE CONSTRUTORA LTDA</p>	R = (II - IO) x V						
<p>Item:</p> <p>Sub-trecho:</p> <p>Referência:</p> <p>Ordem Início serviço:</p> <p>Período Medição:</p>	Nº Contrato: <p>LC Nº 388/2014/000/005-SETPU</p> <p>Data Assinatura:</p> <p>23/09/2014</p> <p>Publicação:</p> <p>511994/2013/SETPU</p> <p>Processo Orig.:</p> <p>Setembro/2012</p> <p>Mês do ID:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>Mês do It:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>FIRMA:</p> <p>GUAXE CONSTRUTORA LTDA</p>	R = (II - IO) x V						
<p>Item:</p> <p>Sub-trecho:</p> <p>Referência:</p> <p>Ordem Início serviço:</p> <p>Período Medição:</p>	Nº Contrato: <p>LC Nº 388/2014/000/005-SETPU</p> <p>Data Assinatura:</p> <p>23/09/2014</p> <p>Publicação:</p> <p>511994/2013/SETPU</p> <p>Processo Orig.:</p> <p>Setembro/2012</p> <p>Mês do ID:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>Mês do It:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>FIRMA:</p> <p>GUAXE CONSTRUTORA LTDA</p>	R = (II - IO) x V						
<p>Item:</p> <p>Sub-trecho:</p> <p>Referência:</p> <p>Ordem Início serviço:</p> <p>Período Medição:</p>	Nº Contrato: <p>LC Nº 388/2014/000/005-SETPU</p> <p>Data Assinatura:</p> <p>23/09/2014</p> <p>Publicação:</p> <p>511994/2013/SETPU</p> <p>Processo Orig.:</p> <p>Setembro/2012</p> <p>Mês do ID:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>Mês do It:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>FIRMA:</p> <p>GUAXE CONSTRUTORA LTDA</p>	R = (II - IO) x V						
<p>Item:</p> <p>Sub-trecho:</p> <p>Referência:</p> <p>Ordem Início serviço:</p> <p>Período Medição:</p>	Nº Contrato: <p>LC Nº 388/2014/000/005-SETPU</p> <p>Data Assinatura:</p> <p>23/09/2014</p> <p>Publicação:</p> <p>511994/2013/SETPU</p> <p>Processo Orig.:</p> <p>Setembro/2012</p> <p>Mês do ID:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>Mês do It:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>FIRMA:</p> <p>GUAXE CONSTRUTORA LTDA</p>	R = (II - IO) x V						
<p>Item:</p> <p>Sub-trecho:</p> <p>Referência:</p> <p>Ordem Início serviço:</p> <p>Período Medição:</p>	Nº Contrato: <p>LC Nº 388/2014/000/005-SETPU</p> <p>Data Assinatura:</p> <p>23/09/2014</p> <p>Publicação:</p> <p>511994/2013/SETPU</p> <p>Processo Orig.:</p> <p>Setembro/2012</p> <p>Mês do ID:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>Mês do It:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>FIRMA:</p> <p>GUAXE CONSTRUTORA LTDA</p>	R = (II - IO) x V						
<p>Item:</p> <p>Sub-trecho:</p> <p>Referência:</p> <p>Ordem Início serviço:</p> <p>Período Medição:</p>	Nº Contrato: <p>LC Nº 388/2014/000/005-SETPU</p> <p>Data Assinatura:</p> <p>23/09/2014</p> <p>Publicação:</p> <p>511994/2013/SETPU</p> <p>Processo Orig.:</p> <p>Setembro/2012</p> <p>Mês do ID:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>Mês do It:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>FIRMA:</p> <p>GUAXE CONSTRUTORA LTDA</p>	R = (II - IO) x V						
<p>Item:</p> <p>Sub-trecho:</p> <p>Referência:</p> <p>Ordem Início serviço:</p> <p>Período Medição:</p>	Nº Contrato: <p>LC Nº 388/2014/000/005-SETPU</p> <p>Data Assinatura:</p> <p>23/09/2014</p> <p>Publicação:</p> <p>511994/2013/SETPU</p> <p>Processo Orig.:</p> <p>Setembro/2012</p> <p>Mês do ID:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>Mês do It:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>FIRMA:</p> <p>GUAXE CONSTRUTORA LTDA</p>	R = (II - IO) x V						
<p>Item:</p> <p>Sub-trecho:</p> <p>Referência:</p> <p>Ordem Início serviço:</p> <p>Período Medição:</p>	Nº Contrato: <p>LC Nº 388/2014/000/005-SETPU</p> <p>Data Assinatura:</p> <p>23/09/2014</p> <p>Publicação:</p> <p>511994/2013/SETPU</p> <p>Processo Orig.:</p> <p>Setembro/2012</p> <p>Mês do ID:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>Mês do It:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>FIRMA:</p> <p>GUAXE CONSTRUTORA LTDA</p>	R = (II - IO) x V						
<p>Item:</p> <p>Sub-trecho:</p> <p>Referência:</p> <p>Ordem Início serviço:</p> <p>Período Medição:</p>	Nº Contrato: <p>LC Nº 388/2014/000/005-SETPU</p> <p>Data Assinatura:</p> <p>23/09/2014</p> <p>Publicação:</p> <p>511994/2013/SETPU</p> <p>Processo Orig.:</p> <p>Setembro/2012</p> <p>Mês do ID:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>Mês do It:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>FIRMA:</p> <p>GUAXE CONSTRUTORA LTDA</p>	R = (II - IO) x V						
<p>Item:</p> <p>Sub-trecho:</p> <p>Referência:</p> <p>Ordem Início serviço:</p> <p>Período Medição:</p>	Nº Contrato: <p>LC Nº 388/2014/000/005-SETPU</p> <p>Data Assinatura:</p> <p>23/09/2014</p> <p>Publicação:</p> <p>511994/2013/SETPU</p> <p>Processo Orig.:</p> <p>Setembro/2012</p> <p>Mês do ID:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>Mês do It:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>FIRMA:</p> <p>GUAXE CONSTRUTORA LTDA</p>	R = (II - IO) x V						
<p>Item:</p> <p>Sub-trecho:</p> <p>Referência:</p> <p>Ordem Início serviço:</p> <p>Período Medição:</p>	Nº Contrato: <p>LC Nº 388/2014/000/005-SETPU</p> <p>Data Assinatura:</p> <p>23/09/2014</p> <p>Publicação:</p> <p>511994/2013/SETPU</p> <p>Processo Orig.:</p> <p>Setembro/2012</p> <p>Mês do ID:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>Mês do It:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>FIRMA:</p> <p>GUAXE CONSTRUTORA LTDA</p>	R = (II - IO) x V						
<p>Item:</p> <p>Sub-trecho:</p> <p>Referência:</p> <p>Ordem Início serviço:</p> <p>Período Medição:</p>	Nº Contrato: <p>LC Nº 388/2014/000/005-SETPU</p> <p>Data Assinatura:</p> <p>23/09/2014</p> <p>Publicação:</p> <p>511994/2013/SETPU</p> <p>Processo Orig.:</p> <p>Setembro/2012</p> <p>Mês do ID:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>Mês do It:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>FIRMA:</p> <p>GUAXE CONSTRUTORA LTDA</p>	R = (II - IO) x V						
<p>Item:</p> <p>Sub-trecho:</p> <p>Referência:</p> <p>Ordem Início serviço:</p> <p>Período Medição:</p>	Nº Contrato: <p>LC Nº 388/2014/000/005-SETPU</p> <p>Data Assinatura:</p> <p>23/09/2014</p> <p>Publicação:</p> <p>511994/2013/SETPU</p> <p>Processo Orig.:</p> <p>Setembro/2012</p> <p>Mês do ID:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>Mês do It:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>FIRMA:</p> <p>GUAXE CONSTRUTORA LTDA</p>	R = (II - IO) x V						
<p>Item:</p> <p>Sub-trecho:</p> <p>Referência:</p> <p>Ordem Início serviço:</p> <p>Período Medição:</p>	Nº Contrato: <p>LC Nº 388/2014/000/005-SETPU</p> <p>Data Assinatura:</p> <p>23/09/2014</p> <p>Publicação:</p> <p>511994/2013/SETPU</p> <p>Processo Orig.:</p> <p>Setembro/2012</p> <p>Mês do ID:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>Mês do It:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>FIRMA:</p> <p>GUAXE CONSTRUTORA LTDA</p>	R = (II - IO) x V						
<p>Item:</p> <p>Sub-trecho:</p> <p>Referência:</p> <p>Ordem Início serviço:</p> <p>Período Medição:</p>	Nº Contrato: <p>LC Nº 388/2014/000/005-SETPU</p> <p>Data Assinatura:</p> <p>23/09/2014</p> <p>Publicação:</p> <p>511994/2013/SETPU</p> <p>Processo Orig.:</p> <p>Setembro/2012</p> <p>Mês do ID:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>Mês do It:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>FIRMA:</p> <p>GUAXE CONSTRUTORA LTDA</p>	R = (II - IO) x V						
<p>Item:</p> <p>Sub-trecho:</p> <p>Referência:</p> <p>Ordem Início serviço:</p> <p>Período Medição:</p>	Nº Contrato: <p>LC Nº 388/2014/000/005-SETPU</p> <p>Data Assinatura:</p> <p>23/09/2014</p> <p>Publicação:</p> <p>511994/2013/SETPU</p> <p>Processo Orig.:</p> <p>Setembro/2012</p> <p>Mês do ID:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>Mês do It:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>FIRMA:</p> <p>GUAXE CONSTRUTORA LTDA</p>	R = (II - IO) x V						
<p>Item:</p> <p>Sub-trecho:</p> <p>Referência:</p> <p>Ordem Início serviço:</p> <p>Período Medição:</p>	Nº Contrato: <p>LC Nº 388/2014/000/005-SETPU</p> <p>Data Assinatura:</p> <p>23/09/2014</p> <p>Publicação:</p> <p>511994/2013/SETPU</p> <p>Processo Orig.:</p> <p>Setembro/2012</p> <p>Mês do ID:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>Mês do It:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>FIRMA:</p> <p>GUAXE CONSTRUTORA LTDA</p>	R = (II - IO) x V						
<p>Item:</p> <p>Sub-trecho:</p> <p>Referência:</p> <p>Ordem Início serviço:</p> <p>Período Medição:</p>	Nº Contrato: <p>LC Nº 388/2014/000/005-SETPU</p> <p>Data Assinatura:</p> <p>23/09/2014</p> <p>Publicação:</p> <p>511994/2013/SETPU</p> <p>Processo Orig.:</p> <p>Setembro/2012</p> <p>Mês do ID:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>Mês do It:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>FIRMA:</p> <p>GUAXE CONSTRUTORA LTDA</p>	R = (II - IO) x V						
<p>Item:</p> <p>Sub-trecho:</p> <p>Referência:</p> <p>Ordem Início serviço:</p> <p>Período Medição:</p>	Nº Contrato: <p>LC Nº 388/2014/000/005-SETPU</p> <p>Data Assinatura:</p> <p>23/09/2014</p> <p>Publicação:</p> <p>511994/2013/SETPU</p> <p>Processo Orig.:</p> <p>Setembro/2012</p> <p>Mês do ID:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>Mês do It:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>FIRMA:</p> <p>GUAXE CONSTRUTORA LTDA</p>	R = (II - IO) x V						
<p>Item:</p> <p>Sub-trecho:</p> <p>Referência:</p> <p>Ordem Início serviço:</p> <p>Período Medição:</p>	Nº Contrato: <p>LC Nº 388/2014/000/005-SETPU</p> <p>Data Assinatura:</p> <p>23/09/2014</p> <p>Publicação:</p> <p>511994/2013/SETPU</p> <p>Processo Orig.:</p> <p>Setembro/2012</p> <p>Mês do ID:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>Mês do It:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>FIRMA:</p> <p>GUAXE CONSTRUTORA LTDA</p>	R = (II - IO) x V						
<p>Item:</p> <p>Sub-trecho:</p> <p>Referência:</p> <p>Ordem Início serviço:</p> <p>Período Medição:</p>	Nº Contrato: <p>LC Nº 388/2014/000/005-SETPU</p> <p>Data Assinatura:</p> <p>23/09/2014</p> <p>Publicação:</p> <p>511994/2013/SETPU</p> <p>Processo Orig.:</p> <p>Setembro/2012</p> <p>Mês do ID:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>Mês do It:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>FIRMA:</p> <p>GUAXE CONSTRUTORA LTDA</p>	R = (II - IO) x V						
<p>Item:</p> <p>Sub-trecho:</p> <p>Referência:</p> <p>Ordem Início serviço:</p> <p>Período Medição:</p>	Nº Contrato: <p>LC Nº 388/2014/000/005-SETPU</p> <p>Data Assinatura:</p> <p>23/09/2014</p> <p>Publicação:</p> <p>511994/2013/SETPU</p> <p>Processo Orig.:</p> <p>Setembro/2012</p> <p>Mês do ID:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>Mês do It:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>FIRMA:</p> <p>GUAXE CONSTRUTORA LTDA</p>	R = (II - IO) x V						
<p>Item:</p> <p>Sub-trecho:</p> <p>Referência:</p> <p>Ordem Início serviço:</p> <p>Período Medição:</p>	Nº Contrato: <p>LC Nº 388/2014/000/005-SETPU</p> <p>Data Assinatura:</p> <p>23/09/2014</p> <p>Publicação:</p> <p>511994/2013/SETPU</p> <p>Processo Orig.:</p> <p>Setembro/2012</p> <p>Mês do ID:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>Mês do It:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>FIRMA:</p> <p>GUAXE CONSTRUTORA LTDA</p>	R = (II - IO) x V						
<p>Item:</p> <p>Sub-trecho:</p> <p>Referência:</p> <p>Ordem Início serviço:</p> <p>Período Medição:</p>	Nº Contrato: <p>LC Nº 388/2014/000/005-SETPU</p> <p>Data Assinatura:</p> <p>23/09/2014</p> <p>Publicação:</p> <p>511994/2013/SETPU</p> <p>Processo Orig.:</p> <p>Setembro/2012</p> <p>Mês do ID:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>Mês do It:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>FIRMA:</p> <p>GUAXE CONSTRUTORA LTDA</p>	R = (II - IO) x V						
<p>Item:</p> <p>Sub-trecho:</p> <p>Referência:</p> <p>Ordem Início serviço:</p> <p>Período Medição:</p>	Nº Contrato: <p>LC Nº 388/2014/000/005-SETPU</p> <p>Data Assinatura:</p> <p>23/09/2014</p> <p>Publicação:</p> <p>511994/2013/SETPU</p> <p>Processo Orig.:</p> <p>Setembro/2012</p> <p>Mês do ID:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>Mês do It:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>FIRMA:</p> <p>GUAXE CONSTRUTORA LTDA</p>	R = (II - IO) x V						
<p>Item:</p> <p>Sub-trecho:</p> <p>Referência:</p> <p>Ordem Início serviço:</p> <p>Período Medição:</p>	Nº Contrato: <p>LC Nº 388/2014/000/005-SETPU</p> <p>Data Assinatura:</p> <p>23/09/2014</p> <p>Publicação:</p> <p>511994/2013/SETPU</p> <p>Processo Orig.:</p> <p>Setembro/2012</p> <p>Mês do ID:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>Mês do It:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>FIRMA:</p> <p>GUAXE CONSTRUTORA LTDA</p>	R = (II - IO) x V						
<p>Item:</p> <p>Sub-trecho:</p> <p>Referência:</p> <p>Ordem Início serviço:</p> <p>Período Medição:</p>	Nº Contrato: <p>LC Nº 388/2014/000/005-SETPU</p> <p>Data Assinatura:</p> <p>23/09/2014</p> <p>Publicação:</p> <p>511994/2013/SETPU</p> <p>Processo Orig.:</p> <p>Setembro/2012</p> <p>Mês do ID:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>Mês do It:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>FIRMA:</p> <p>GUAXE CONSTRUTORA LTDA</p>	R = (II - IO) x V						
<p>Item:</p> <p>Sub-trecho:</p> <p>Referência:</p> <p>Ordem Início serviço:</p> <p>Período Medição:</p>	Nº Contrato: <p>LC Nº 388/2014/000/005-SETPU</p> <p>Data Assinatura:</p> <p>23/09/2014</p> <p>Publicação:</p> <p>511994/2013/SETPU</p> <p>Processo Orig.:</p> <p>Setembro/2012</p> <p>Mês do ID:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>Mês do It:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>FIRMA:</p> <p>GUAXE CONSTRUTORA LTDA</p>	R = (II - IO) x V						
<p>Item:</p> <p>Sub-trecho:</p> <p>Referência:</p> <p>Ordem Início serviço:</p> <p>Período Medição:</p>	Nº Contrato: <p>LC Nº 388/2014/000/005-SETPU</p> <p>Data Assinatura:</p> <p>23/09/2014</p> <p>Publicação:</p> <p>511994/2013/SETPU</p> <p>Processo Orig.:</p> <p>Setembro/2012</p> <p>Mês do ID:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>Mês do It:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>FIRMA:</p> <p>GUAXE CONSTRUTORA LTDA</p>	R = (II - IO) x V						
<p>Item:</p> <p>Sub-trecho:</p> <p>Referência:</p> <p>Ordem Início serviço:</p> <p>Período Medição:</p>	Nº Contrato: <p>LC Nº 388/2014/000/005-SETPU</p> <p>Data Assinatura:</p> <p>23/09/2014</p> <p>Publicação:</p> <p>511994/2013/SETPU</p> <p>Processo Orig.:</p> <p>Setembro/2012</p> <p>Mês do ID:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>Mês do It:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>FIRMA:</p> <p>GUAXE CONSTRUTORA LTDA</p>	R = (II - IO) x V						
<p>Item:</p> <p>Sub-trecho:</p> <p>Referência:</p> <p>Ordem Início serviço:</p> <p>Período Medição:</p>	Nº Contrato: <p>LC Nº 388/2014/000/005-SETPU</p> <p>Data Assinatura:</p> <p>23/09/2014</p> <p>Publicação:</p> <p>511994/2013/SETPU</p> <p>Processo Orig.:</p> <p>Setembro/2012</p> <p>Mês do ID:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>Mês do It:</p> <p>Setembro/2017</p> <p>FIRMA:</p> <p>GUAXE CONSTRUTORA LTDA</p>	R = (II - IO) x V						
<p>Item:</p> <p>Sub-trecho:</p> <p>Referência:</p> <p>Ordem Início serviço:</p> <p>Período Medição:</p>	Nº Contrato: <p>LC Nº 388/2014/000/005-SETPU</p> <p>Data Assinatura:</p> <p>23/09/2014</p> <p>Publicação:</p> <p>511994/2013/SETPU</p> <p>Processo Orig.:</p> <p>Setembro/</p>							

Eng.º Alaor Alveolos Zaferino de Paula
Fiscal Portaria nº 186/2017/SAOB/SINFRA
RNP Nº 1201344077

RESUMO DO REAJUSTAMENTO DE MEDIÇÃO

[illegible]

Eng^o Alacir Alves dos Zeferino de Paula
Fiscal Portador n^o 186/2017/SAOB/SINFRA
RNP N^o 1201344077

Guaxe Construtora
Cássio Muniz C. Santos
Coord. de Obras


Aster Engenharia
Supervisora - Lote 1



EDIFICIO ENG. EDGAR PRADO ARZU - RUA J - QUADRA 1 - LOTE 5 - SETOR 4
78049-005 - CUIABÁ - MATO GROSSO
+55 65 3613.6000 / 3613.6008 / 3613.6003

CONTROLE FINANCEIRO

MATO GROSSO ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO.

[illegible]

Barra do Bugres/MT, 01 de Agosto de 2018

Engº Alair Alveolos Zeferino de Paula
Fiscal Portaria nº 186/2017/SAOB/SINFRA
BNP Nº 1201344077

Autocollante
13 - L'ore 1

BNP N° 1201344077

Cássio Muriilo C. Santos
Coord. de Obras

Encaminhamento de Medição

Setor: SCEO/SINFRA
Fl. Nº 09
Ass: B

Ilmo Sr.

Eng.º Marcos Catalano Correa

M.D. Secretário Adjunto, de Obras - SAOB

CUIABÁ/MT

Assunto: Reajustamento da 8ª (Oitava) Medição Provisória

Ref. I.C. Nº 388/2014

Através da presente, encaminho a V.S.ª o Reajustamento da 8ª (Oitava) Medição Provisória, após conferência do arquivo em mídia digital (CD em Anexo) com as cópias impressas, sendo exclusivamente a elaboração de responsabilidade do Fiscal designado em portaria e aprovado tecnicamente pela superintendência da região, estando apta para o procedimento de pagamento, de acordo com o valor abaixo firmado em

Reajustamento da 8ª (Oitava) Medição Provisória.....18.000.692-0151.....R\$ 148.385,66

CONFORMIDADE

Atestado de Conformidade dos documentos fls. 02 a 08.

Em 27 de Setembro de 2018.

Eng.º Julio Mangini Fernandes Neto

Superintendente

SUCEO/SAOB/SINFRA-MT



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
1ª VARA ESP. DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ

DECISÃO

Processo: 1016675-85.2018.8.11.0041.

IMPETRANTE: GUAXE CONSTRUTORA LTDA
IMPETRADO: SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA DA SINFRA/MT

Vistos etc.

Limita-se a porfia dos autos quanto ao presumível direito da impetrante de receber pelos serviços prestados ao Estado de Mato Grosso, sem haver a certidão de regularidade fiscal, perante as receitas Municipal, Estadual e Federal.

Pois bem.

A Lei do Mandado de Segurança, como é sabido exige o preenchimento de determinados requisitos para o deferimento de liminar, quais sejam: que os fundamentos da impetração sejam relevantes e que a medida se torne ineficaz caso seja, ao final, concedida a segurança.

Atento às supramencionadas considerações e às especificidades da presente situação fática, vejo comprovados, de plano, os pressupostos legais indispensáveis ao deferimento da liminar.

Inobstante o inc. XIII do art. 55 da Lei nº 8.666/93 preconizar a obrigatoriedade de o contratado manter, durante toda a execução do contrato, as obrigações por ele assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. A referida norma, não prevê a possibilidade de retenção do pagamento com base na regularidade fiscal.

Deveras, as sanções administrativas decorrentes do descumprimento do contrato administrativo estão insertas nos arts. 86 a 88^[1], onde, não se apercebe a retenção de pagamento.

Nesse sentido:

“PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO CONTRATUAL. DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE MANTER A REGULARIDADE FISCAL.

RETENÇÃO DO PAGAMENTO DAS FATURAS PELOS SERVIÇOS JÁ PRESTADOS. IMPOSSIBILIDADE. 1. A pretensão recursal destoa da jurisprudência dominante nesta Corte no sentido da ilegalidade da retenção ao pagamento devido a fornecedor em situação de irregularidade perante o Fisco, por extrapolar as normas previstas nos arts. 55 e 87 da Lei 8.666/93. Precedentes: AgRg no REsp 1313659/RR, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 06/11/2012; REsp 633432/MG, rel. Ministro Luiz Fux, DJ 20/6/2005; AgRg no REsp 1048984/DF, rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 10/9/2009; RMS 24953/CE, rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 17/03/2008. 2. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 277.049/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/03/2013, DJe 19/03/2013)" (destaquei)

"ADMINISTRATIVO. CONTRATO. ECT. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE. DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE MANTER A REGULARIDADE FISCAL. RETENÇÃO DO PAGAMENTO DAS FATURAS. IMPOSSIBILIDADE. 1. A exigência de regularidade fiscal para a participação no procedimento licitatório funda-se na Constituição Federal, que dispõe no § 3º do art. 195 que "a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios", e deve ser mantida durante toda a execução do contrato, consoante o art. 55 da Lei 8.666/93. 2. O ato administrativo, no Estado Democrático de Direito, está subordinado ao princípio da legalidade (CF/88, arts. 5º, II, 37, caput, 84, IV), o que equivale assentar que a Administração poderá atuar tão-somente de acordo com o que a lei determina.

3. Deveras, não constando do rol do art. 87 da Lei 8.666/93 a retenção do pagamento pelo serviços prestados, não poderia a ECT aplicar a referida sanção à empresa contratada, sob pena de violação ao princípio constitucional da legalidade. Destarte, o descumprimento de cláusula contratual pode até ensejar, eventualmente, a rescisão do contrato (art. 78 da Lei de Licitações), mas não autoriza a recorrente a suspender o pagamento das faturas e, ao mesmo tempo, exigir da empresa contratada a prestação dos serviços. 4. Consoante a melhor doutrina, a supremacia constitucional "não significa que a Administração esteja autorizada a reter pagamentos ou opor-se ao cumprimento de seus deveres contratuais sob alegação de que o particular encontra-se em dívida com a Fazenda Nacional ou outras instituições. A administração poderá comunicar ao órgão competente a existência de crédito em favor do particular para serem adotadas as providências adequadas. A retenção de pagamentos, pura e simplesmente, caracterizará ato abusivo, passível de ataque inclusive através de mandado de segurança." (Marçal Justen Filho. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, São Paulo, Editora Dialética, 2002, p. 549). 5. Recurso especial a que se nega provimento. (REsp 633432 / MG, rel. Ministro Luiz Fux, DJ 20/06/2005)" (negritei)

Assim, entendendo que foram satisfeitos os requisitos autorizadores da antecipação, **DEFIRO A LIMINAR PLEITEADA** nesta ação mandamental, para determinar que a impetrada, abstenha-se de condicionar o pagamento dos serviços prestados pela requerente à apresentação de certidões negativas fiscais.

Notifique-se a autoridade coatora enviando-lhe a segunda via da inicial, a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, preste as informações de praxe, e na oportunidade intime-a do teor desta decisão (art. 7º, I, Lei n. 12.016/09).

Oficie-se a Procuradoria Geral do Estado sobre a presente decisão enviando-lhe cópia da inicial, para que querendo ingresse no feito (art. 7º, II da Lei n. 12.016/2009).

Após, remetam-se os autos ao representante do Ministério Público, também pelo prazo de 10 (dez) dias (art. 12, da Lei nº. 12.016/2009), expirado o qual, com ou sem o parecer, venham conclusos para sentença (art. 12, parágrafo único).

Intime-se.

Expeça-se o necessário.

Cumpra-se.



Cuiabá/MT, 21 de junho de 2018.

JORGE IAFELICE DOS SANTOS

JUIZ DE DIREITO

11 Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. § 1º A multa a que alude este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei. § 2º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado. § 3º Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente. Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções: I - advertência; II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior. § 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente. § 2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis. § 3º A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação. (Vide art 109 inciso III) Art. 88. As sanções previstas nos incisos III e IV do artigo anterior poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei: I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por

meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; III -demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

Selo: SCEO/SINFRA
FL. Nº: 13
Ass: R



Assinado eletronicamente por: JORGE IAFELICE DOS SANTOS
<http://pje.tjmt.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
ID do documento: 13793457



18062116095407700000013544357

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ___ª VARA ESPECIALIZADA
DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE CUIABÁ – MT**

URGENTE

GUAXE CONSTRUTORA LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.837.996/0001-10, com sede na Rodovia Arquiteto Helder Cândia, Km. 3,5, em Cuiabá/MT, por seu representante legal, por seus Advogados, OAB/MT 5959 e OAB/MT 11363, com Escritório profissional na Rua Presidente Castelo Branco, 618, Quilombo, em Cuiabá-MT, onde recebem intimações, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com arrimo na Constituição Federal, art. 5º, LXIX, Lei nº 12.016, e Lei nº 8.666, de 21/06/93, impetrar

MANDADO DE SEGURANÇA

(com pedido de liminar)

contra ato manifestamente ilegal da **SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA DA SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA ESTRUTURA - SINFRA**, Sra. MARCIANE PREVEDELLO CURVO, violador de direito líquido e certo da impetrante, como passa a demonstrar nas razões a seguir expostas:

CUIABÁ - MT
R. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 618
QUILOMBO - CEP 78043-430
(65) 3027-1861 / 3027-2158

CAMPO GRANDE - MS
(67) 3042-0077
CAMPO NOVO - MT
(65) 3382-4311

I - DOS FATOS



1.1 - A Impetrante é empresa atuante há vários anos no ramo de construção de rodovias e ferrovias, bem como obras de terraplanagem, conforme se infere de seu Contrato Social em anexo.

1.2 - Em razão da natureza de suas atividades, sua principal, senão exclusiva fonte de renda são os contratos firmados com o Poder Público, possuindo assim, em decorrência, diversos Contratos Administrativos firmados com a Autoridade Impetrada, a exemplo dos Contratos 196/2014, 349/2014, 350/2014, 383/2014, 242/2013, 002/2011, 037/2016, 304/2014 e 002/2013.

1.3 - Ocorre, no entanto, que a Impetrante atravessa grave crise financeira, posto que **nos contratos firmados com a Impetrada** (frisa-se: sua principal fonte de renda), inobstante estar em dia com suas obrigações fiscais contratuais perante o Órgão em todos eles, **possui valores pendentes de pagamento/em atraso**, à exemplo do que ocorre nos Contratos **388/2014, 002/2013** e instrumento Contratual n.º **321/2014**;

1.3.1 - Não obstante, a situação de **falta de pagamentos por parte da Impetrada**, mesmo com medições e reajustamento de medições de **serviços já executados**, atestados e devidamente documentados, **pendem desde abril de 2014** e persiste até mesmo para **contratos já concluídos**, conforme se vê da documentação em anexo.

1.4 - Pois bem. Cediço que em virtude de um "suposto" rombo nas contas estaduais e dos elevados débitos contraídos pelo Estado de Mato Grosso com os fornecedores em geral, o novo Governo, ao assumir o mandato, mais

GUIARÁ - MT
R. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 618
QUILOMBO - CEP 78043-430
(65) 3027-1861 / 3027-2158

precisamente em 02/01/2015, editou o Decreto Estadual n.º 02, de 02 de janeiro de 2015, o qual:



“Estabelece procedimentos para o pagamento de obrigações oriundas dos contratos de serviços, fornecimento de bens e de execução de obras firmados por órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, e dá outras providências”, que determinou a **SUSPENSÃO de todos os contratos pelo prazo de 90 dias para a “suposta realização de auditorias”**, in verbis:

Art. 1º Os pagamentos de despesas relacionadas à execução de contratos de serviços, fornecimento de bens e de obras públicas ficam sujeitos ao atendimento das regras fixadas neste decreto.

§ 1º Ficam suspensos pelo prazo de 90 (noventa) dias, todos os contratos administrativos firmados pelo Estado de Mato Grosso, excetuados os contratos de serviços e de

fornecimento de bens indispensáveis para a continuidade das ações públicas inadiáveis no âmbito de cada unidade administrativa estadual.

Art 6º Este decreto entra em vigor e produz efeitos na data de sua publicação.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 2 de janeiro de 2015, 194º da Independência e 127º da República.

1.5 – Sem entrar no mérito da (i)legalidade e (in)conveniência da edição do indigitado Decreto, o que se tem de concreto é que o **mesmo culminou por AGRAVAR AINDA MAIS a situação da ora Impetrante**, eis que mesmo não olvidando esforços para manter sua regularidade fiscal e contratual, **até a presente data não conseguiu receber diversos de seus créditos existentes junto ao Estado** de Mato Grosso.

CUIABÁ - MT
R. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 618
QUILÔMBO - CEP 78043-430
(65) 3027-1861 / 3027-2158

1.6 - Frisa-se novamente, por oportuno, que **ATUALMENTE a Impetrante está em perfeita ADIMPLÊNCIA COM SUAS OBRIGAÇÕES FISCAIS**, ou seja, EM DIA no que concerne às Certidões emitidas pelos Fiscos Municipal, Estadual e Federal, conforme se vê em anexo;

1.6.1 - Ocorre, no entanto, que **o próprio Estado vem dificultando a manutenção dessa situação**, vez que por supostas dificuldades de saldar com suas dívidas, **vem se abstendo de pagar** seus contratados **por serviços já prestados e executados**, postergando o cumprimento de suas próprias obrigações;

1.7 - Tais razões levaram à Impetrante a protocolizar, junto à Autoridade Impetrada, **Ofício solicitando o pagamento** dos valores pendentes e ainda questionando a Impetrada se, no momento que o Estado estiver com os recursos disponíveis para pagamento e quitação dos débitos, poderiam estes ser realizados mesmo estando a empresa com alguma pendência em relação às Certidões Fiscais. Não logrou êxito, conforme a **resposta da Impetrada** em anexo.

1.8 - É que, conforme se vê do aludido documento, o que se vê da resposta dada pela Autoridade Impetrada, mencionada alhures, é que, **dos contratos aptos ao pagamento, a Autoridade Impetrada, RESPONSÁVEL PELO SETOR FINANCEIRO DA SINFRA - MT, está CONDICIONANDO para a realização dos pagamentos às empresas contratadas, a apresentação de todas as CERTIDÕES NEGATIVAS perante as RECEITAS MUNICIPAL, ESTADUAL e FEDERAL**, o que *data máxima vênia* é um absurdo, eis que o atraso de pagamento por parte do Estado é que impossibilita a Impetrante de cumprir obrigações tais como manter sua regularidade fiscal.

CUIABÁ - MT
R. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 618
QUILÔMBO - CEP 78043-430
(65) 3027-1861 / 3027-2158

1.9 – Ora, é cediço que o próprio DNIT, maior contratante de obras no Brasil - agindo de forma razoável, diferentemente da Impetrada - dispensa a exigência de CERTIDÕES PARA PAGAMENTO DE FATURAS, conforme se vê do Memorando Circular 72/2010/DG, nos seguintes termos:

“Fica vedado, o bloqueio de pagamentos devidos por serviços prestados, salvo por imposição de decisão judicial ou para resguardar a Administração de valor a ser pago a título de multa contratual” (Artigo 5).

1.10 - Nobre Julgador, é de conhecimento público que diversas empresas encontram-se em frágil e delicada situação econômica, sendo que diversas já ingressaram com pedido de recuperação judicial, e inúmeras outras estudam ajuizar medida idêntica, sendo que a abusiva retenção de pagamento, além de gerar prejuízos com o pagamento das despesas realizadas na execução das obras, compromete substancialmente o adimplemento das obrigações assumidas tanto com os seus credores, quanto com seus funcionários, **sendo que a manutenção do atraso do pagamento - fato ilegal e que pode ser facilmente evitado pelo Estado - pela autoridade coatora poderá findar na existência civil da Impetrante, com a decretação de sua falência.**

1.11 - Dessa forma, resta visível que a Impetrante corre sérios riscos à suas finanças e a sua credibilidade perante o mercado e seus empregados, face a ilegal retenção abusiva imposta pelo Impetrado, não restando outra alternativa a não ser socorrer ao Egrégio Poder Judiciário, através do presente “mandamus”, visando combater os **atos ilegais e arbitrários incompatíveis com os preceitos constitucionais inscritos na ordem jurídica vigente**, dentre os quais os que asseguram o devido processo legal (art. 5º, LIV); a ampla defesa e o contraditório (art.

CUIABÁ - MT
R. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 618
QUILOMBO - CEP 78043-430
(65) 3027-1861 / 3027-2158

5º, LV); o direito de petição aos Poderes Públicos (art. 5º, XXXIV, "a"); a isonomia (art. 150, II) e os da moralidade e impessoalidade dos atos da Administração Pública (art. 37) e o livre exercício das atividades profissionais (art. 5º, XIII).



II - DA ILEGALIDADE DA RETENÇÃO DAS QUANTIAS DESTINADAS AO PAGAMENTO DAS OBRAS EXECUTADAS PELA IMPETRANTE.

2 - Conforme exposto alhures e comprovado pela documentação anexa, **a Impetrada reconhece a execução dos serviços** por parte da Impetrante, **reconhece a existência de débitos** para com a mesma, mas no entanto, embora ciente da sua obrigação, **deixa de quitá-las sob o argumento da necessidade de exigência de apresentação das certidões negativas perante as RECEITAS MUNICIPAL, ESTADUAL e FEDERAL**.

2.1 - Ora Excelência, a exigência de tais CERTIDÕES configura mera formalidade, que posteriormente poderá ser sanada, contudo, a Impetrante não pode ficar a mercê da burocracia intrínseca do Poder Público Estadual, visto que os serviços contratados foram fielmente executados e existem valores pendentes de pagamento, além de que necessita urgentemente em receber o que lhe é devido com o objetivo de manter a sua existência, cumprindo as obrigações assumidas junto a fornecedores, empregados e com o próprio fisco.

2.2 - Conforme anteriormente narrado, a exigência perpetrada pelo impetrado é totalmente ilegal e não é "seguida" pelo maior contratante de obras do Brasil (DNIT), que através do Memorando Circular 72/2010/DG (empresas inadimplentes com o SICAF e CADIN), dispensa a exigência de CERTIDÕES PARA PAGAMENTO DE FATURAS, conforme se vê abaixo:

CUIABÁ - MT
R. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 618
QUILOMBO - CEP 78043-430
(65) 3027-1861 / 3027-2158

PRESTAÇÃO EFETIVA DO SERVIÇO CONTRATADO - CONCESSÃO DA SEGURANÇA - DECISÃO POR MAIORIA. - O condicionamento do pagamento de um serviço já prestado ou de uma mercadoria já fornecida à comprovação da regularidade fiscal, ensejaria o enriquecimento ilícito da Administração, o que não é tolerado pelo ordenamento jurídico pátrio. - Fornecido o material pela contratada, não pode o Poder Público se locupletar indevidamente, sob pena de violar o princípio da moralidade administrativa.- Pode a Administração rescindir o contrato em razão de descumprimento de uma de suas cláusulas. (MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0109/2007, , Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, Relator Designado: DES. ROBERTO EUGÊNIO DA FONSECA PORTO, Julgado em 12/11/2008).

REEXAME NECESSÁRIO - MANDADO DE SEGURANÇA - RETENÇÃO DO PAGAMENTO DECORRENTE DA NÃO-APRESENTAÇÃO DAS CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITOS - SERVIÇOS JÁ EXECUTADOS - ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DO ENTE MUNICIPAL - SANÇÃO NÃO ELENCADE NO ART. 87 DA LEI Nº 8.666/93 - VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA E DA LEGALIDADE - A COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL DEVE SER EXIGIDA NA FASE DE HABILITAÇÃO - ART. 27, IV, DA LEI DE LICITAÇÕES - PRECEDENTES DO TRIBUNAL E DO STJ - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. - Não se afigura legítima a retenção do pagamento de serviços já prestados, uma vez que tal medida não está prevista no rol de sanções do art. 87 da Lei nº 8.666/93, além do que configura enriquecimento ilícito da Administração, razão pela qual deve o ente público impetrado absterse de exigir a comprovação de regularidade fiscal e efetuar o respectivo pagamento à empresa impetrante. Precedentes deste Tribunal e do STJ. (REEXAME NECESSÁRIO Nº 0062/2011, 1º VARA CÍVEL DE ESTÂNCIA, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, DESA. SUZANA MARIA CARVALHO OLIVEIRA , RELATOR, Julgado em 11/10/2011).



CUIABÁ - MT
R. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 618
QUILÔMBO - CEP 78043-430
(65) 3027-1861 / 3027-2158



Agravo Regimental - Mandado de Segurança - Decisão monocrática que concede liminar - Irregularidade fiscal - Contrato administrativo - Retenção de pagamento de serviços efetivamente prestados - Ilegalidade - Precedentes jurisprudenciais - Decisão mantida - Recurso conhecido e improvido. (AGRAVO REGIMENTAL (TRIBUNAL PLENO) Nº 0041/2011, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, DES. CEZÁRIO SIQUEIRA NETO, RELATOR, Julgado em 28/09/2011).



Processo Civil e Administrativo - Ação de Cobrança - Prestação de Serviços - Retenção do Pagamento Decorrente da Não-apresentação das Certidões Negativas de Débitos Necessárias - Violação dos Princípios da Moralidade Administrativa e da Legalidade. I - Não se afigura legítima a retenção do pagamento do serviço prestado, após a prestação dos serviços contratados, pelo fato de a empresa contratada não comprovar sua regularidade fiscal; II - Recebida a prestação executada pelo contratado, não pode a Administração se locupletar indevidamente, e, ao argumento da não-apresentação das certidões negativas de débitos necessárias, reter os valores devidos por serviços já prestados, o que configura violação ao princípio da moralidade administrativa. Precedentes do STJ; III - Recurso conhecido e desprovido. (APELAÇÃO CÍVEL Nº 4799/2011, 12ª VARA CÍVEL, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, DESA. MARILZA MAYNARD SALGADO DE CARVALHO, RELATOR, Julgado em 18/07/2011).

2.4 - Nesse sentido, é o entendimento pacificado perante o Colendo Superior Tribunal de Justiça, in verbis:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRATO. RESCISÃO. IRREGULARIDADE FISCAL. RETENÇÃO DE PAGAMENTO.

1. necessária a comprovação de regularidade fiscal do licitante como requisito para sua habilitação,

CUIABÁ - MT
R. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 618
QUILOMBO - CEP 78043-430
(65) 3027-1861 / 3027-2158

conforme preconizam os arts. 27 e 29 da Lei nº 8.666/93, exigência que encontra respaldo no art. 195, § 3º, da CF.

2. A exigência de regularidade fiscal deve permanecer durante toda a execução do contrato, a teor do art. 55, XIII, da Lei nº 8.666/93, que dispõe ser obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

...

5. Pode a Administração rescindir o contrato em razão de descumprimento de uma de suas cláusulas e ainda imputar penalidade ao contratado descumpridor. Todavia a retenção do pagamento devido, por não constar do rol do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ofende o princípio da legalidade, insculpido na Carta Magna.

6. Recurso ordinário em mandado de segurança provido em parte. (RMS 24953/CE, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/03/2008, DJe 17/03/2008) (Sem destaque no original).

2.5 – Sobre o tema em questão, e combatendo os atos ilegais praticados tanto pela SECID quanto a SINFR, oportuno transcrever a decisão proferida pelo MM. Juiz da Segunda Vara Especializada da Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá, que assim determinou:

ÍNTEGRA DA DECISÃO

CUIABÁ - MT
R. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 618
QUILÔMBO - CEP 78043-430
(65) 3027-1861 / 3027-2158

Cuida-se de Mandado de Segurança impetrado por XNR CONSTRUÇÕES LTDA., com supedâneo na Lei 12.016/09, e artigo 5º, LXIX, da Constituição Federal, contra ato do SUPERINTENDENTE DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA ESTRUTURA ESCOLAR DA SEDUC, ambos devidamente qualificados na exordial.

Em síntese, a Impetrante assevera que presta serviços Secretaria Estadual de Educação e que para o recebimento dos serviços prestados, precisa apresentar diversas certidões de débitos fiscais.

Desta forma, sabendo que não possui algumas das certidões, consigna que o Impetrado está deixando de pagar pelos serviços prestados, gerando diversos prejuízos, inclusive para terceiros, e violando seu direito líquido e certo.

Assim, conta que nada restou senão insurgir-se do presente remédio constitucional objetivando, em sede liminar, que o Impetrado libere o pagamento pelos serviços prestados, sem a apresentação negativa de débitos.

Com a inicial, vieram acostados documentos de fls. 16/74.

O mandamus foi distribuído, primeiramente, junto ao E. Tribunal de Justiça, na qual declinou de sua competência à primeira instância. (fls. 75/79)

É O RELATÓRIO.

FUNDAMENTO E DECIDO.

O mandado de segurança é remédio constitucional para proteger direito líquido e certo sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, alguém sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, conforme dispõe o inciso LXIX do art. 5º da Constituição Federal e art. 1º da Lei 12.016/2009.

A Carta Magna alçou o mandamus à condição de garantia constitucional, preservando essa dupla exigência legal.

Ato ilegal, fundamentalmente, é aquele que não se submete à lei ou aos princípios básicos de uma ordem jurídica positiva, definição que se aplica a qualquer ação comissiva ou omissiva despida de apoio em norma expressa, regulamento ou princípios constitucionais.

A certeza a que alude à lei, deve se evidenciar com todos os elementos para o seu reconhecimento e exercício no momento da impetração, comprovando-se de plano, liminarmente, através de documentos apresentados em Juízo, conforme conceito já consagrado pela jurisprudência:

"Direito líquido e certo é o que resulta de fato certo e, fato certo é aquele capaz de ser comprovado de plano" RSTJ 4/1427 e 27/141.

CUIABÁ - MT
R. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 618
QUILOMBO - CEP 78043-430
(65) 3027-1861 / 3027-2158

Pois bem. Atento às supramencionadas considerações e às especificidades da presente situação fática, tenho que restaram configuradas, em sede de cognição sumária, a boa aparência do direito da Impetrante e a razoabilidade de sua pretensão.

É que, não obstante o artigo 55, inciso XIII, da Lei n. 8.666/93 estabelecer como uma das obrigações do contrato pela administração pública a manutenção da regularidade fiscal durante a execução do contrato, tal obrigação não tem o condão de obstaculizar o recebimento dos valores referentes aos serviços já prestados ou produtos já entregues.

Para este caso - situação de irregularidade fiscal do contratado - o Impetrando detém outras providências para deslindar este descuido, e não a retenção aos pagamentos a que ele tem direito, sob pena de enriquecimento ilícito do Estado em detrimento do administrado.

E mais, o ato de retenção do pagamento pelos serviços prestados pelo contratado afronta diretamente o artigo 87, da Lei n. 8.666/93, dado que não há esta previsão de sanção em seu rol taxativo.

Nesta senda, já se pronunciou o Superior Tribunal de Justiça.

MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRATO ADMINISTRATIVO. RETENÇÃO DE PAGAMENTO POR IRREGULARIDADE JUNTO AO SICAF. IMPOSSIBILIDADE. Consoante jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, "apesar da exigência de regularidade fiscal para a contratação com a Administração Pública, não é possível a retenção de pagamento de serviços já executados em razão do não cumprimento da referida exigência, sob pena de enriquecimento ilícito da Administração e violação do princípio da legalidade, haja vista que tal providência não se encontra abarcada pelo artigo 87 da Lei 8.666/93" (AgRg no AREsp 275744/BA). Apelação da União e remessa necessária desprovidas. (TRF-2 - APELRE: 200851010282655 RJ, Relator: Desembargador Federal GUILHERME COUTO, Data de Julgamento: 15/10/2014, SEXTA TURMA ESPECIALIZADA, Data de Publicação: 24/10/2014)

Portanto, não pode o Impetrado, sabendo que o Impetrante já prestou seus serviços, reter o seu pagamento a bel-prazer.

Assim, entendo presente o requisito mandamental do "fumus boni iuris", ao mesmo tempo em que resta cristalino o "periculum in mora", já que o ato coator está criando empecilho às atividades do Impetrante.

Por derradeiro, destaco que não há que se falar da pretensão do Impetrante de se utilizar do presente "mandamus" como substitutivo de ação de cobrança, posto que "in casu" a retenção dos pagamentos supostamente devidos ao Impetrante é o ato coator dito ilegal ou cometido com abuso de poder, sendo que a liberação do valor seria mera consequência do ato impugnado.

ADMINISTRATIVO. CONTRATO. ECT. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE. DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE MANTER A REGULARIDADE FISCAL. RETENÇÃO



CUIABÁ - MT
R. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 618
QUILOMBO - CEP 78043-430
(65) 3027-1861 / 3027-2158

DO PAGAMENTO DAS FATURAS. IMPOSSIBILIDADE. (...) A retenção de pagamentos, pura e simplesmente, caracterizará ato abusivo, passível de ataque inclusive através de mandado de segurança. (Marçal Justen Filho. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, São Paulo, Editora Dialética, 2002, p. 549). 5. Recurso especial a que se nega provimento. (REsp 633.432/MG, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/02/2005, DJ 20/06/2005, p. 141). (grifei)

Ex positis, CONCEDO A LIMINAR, com fulcro no art. 7º, inciso III, da Lei n. 12.016/2009, determinar ao Impetrado que deixe de condicionar o pagamento de serviços prestados pela Impetrante à apresentação de certidão de regularidade fiscal.

Expeça-se o mandado, devendo ser cumprido inclusive pelo Oficial de Justiça plantonista, se necessário.

Notifique-se a autoridade coatora para, no prazo de 10 (dez) dias, prestar as informações que entender convenientes (art. 7º, I, da Lei nº 12.016/2009), devendo ser cumprido, ainda, o disposto no art. 7º, II, da Lei nº 12.016/2009.

Após, remetam-se os autos ao representante do Ministério Público, também pelo prazo de 10 (dez) dias (art. 12, da Lei nº 12.016/2009), expirado o qual, com ou sem o parecer, venham conclusos para sentença (art. 12, parágrafo único).

Intimem-se.

Cumpra-se

2.6 - De igual forma, o Colendo Tribunal de Contas da União assim manifestou sobre o tema em questão:

A perda da regularidade fiscal no curso de contratos de execução continuada ou parcelada justifica a imposição de sanções à contratada, mas não autoriza a retenção de pagamentos por serviços prestados (Acórdão n.º 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012).

2.7 - Registre-se, por outro norte, que o locupletamento sem causa, é um ato execrado pelo ordenamento jurídico pátrio, conforme consta do art.

GUIARÃ - MT
R. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 618
QUILOMBO - CEP 78043-430
(65) 3027-1861 / 3027-2158

884 e seguintes do Código Civil, aplicável aos contratos administrativos em razão da interpretação supletiva prevista no art. 54, caput, da Lei n. 8.666/93, verbis:

SCE/SINFRÁ
27
R

Código Civil:

"Art. 884. Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários.

Lei n. 8.666/93:

"Art. 54. Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado."

2.8 - Ainda, sobre as garantias que o particular possui de que as condições da proposta devem ser mantidas durante a sua execução, atendendo, assim a um princípio básico a que Administração está sujeita, o da legalidade, assim dispõe o art. 37 da CF/88:

"Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados

CUIABÁ - MT
R. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 618
QUILOMBO - CEP 78043-430
(65) 3027-1861 / 3027-2158

mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)."

2.9 - Com efeito, os Contratos Administrativos, assim como os particulares, têm como regra fundamental a da "imutabilidade de seus termos", expressa pela máxima segundo a qual os pactos devem ser observados, ou "*pacta sunt servanda*", na qual os contratos fazem lei entre as partes, e por isso devem ser cumpridos na integralidade.

2.10 - Inobstante ser certo de que as condições estabelecidas no momento da proposta deverão ser obedecidas até o término do contrato, outro fator de suma importância a ser mantido é o chamado equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por ser este a relação entre a obrigação do contratado na prestação de serviços e seu direito à remuneração, ou seja, ao pagamento por aquela obrigação.

2.11 - Aludida matéria é tratada tanto no âmbito constitucional (no art. 37, XXI da CF/88, ao garantir que serão mantidas as condições efetivas da proposta), como no âmbito infraconstitucional, pela Lei 8.666/93, em seu artigo 58, I e seus §§ 1º e 2º, art. 65, II, "d" e §§ 5º e 6º.

CUIABÁ - MT
R. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 618
QUILOMBO - CEP 78043-430
(65) 3027-1861 / 3027-2158

2.12 - O tema é também previsto pelo Código Civil, Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002, ao elencar a responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público, em seu artigo 43:

"Art. 43. As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo."

2.13 - Ademais, além de agir em completa desobediência às normas constitucionais e infraconstitucionais aplicáveis à matéria acima expostas, a retenção abusiva imposta pela Impetrada deve ser combatida, considerando que o prazo para pagamento já se expirou, além do mais, as Fazendas Públicas dispõe de todos os mecanismos administrativos e legais para receberem seus créditos, não podendo a Impetrante ou qualquer outra empresa sofrerem as consequências de formalidades exacerbadas cuja inadimplência se deu por culpa EXCLUSIVA do Poder Público Estadual.

2.14 - Outrossim, destaca que em caso semelhante, senão idêntico ao presente, o Juízo da 2ª Vara Especializada de Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá/MT já concedeu liminarmente a segurança ora pretendida, objetivando combater essa mesma espécie de ato coator, conforme cópia das decisões em anexo.

III - DOS PRESSUPOSTOS PARA A IMPETRAÇÃO DO MANDAMUS

CUIABÁ - MT
R. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 618
QUILOMBO - CEP 78043-430
(65) 3027-1861 / 3027-2158

3 – Quanto ao *fumus boni juris*, é cristalina a relevância da tese exposta, por ser fundada em princípios constitucionais basilares, que comprovam, indubitavelmente, a ilegalidade dos atos praticados pelo impetrado, que resultou na retenção abusiva dos valores destinados ao pagamento das obras executadas pela impetrante, sob o frágil argumento de que devem apresentar como CONDIÇÃO PARA O RECEBIMENTO DOS VALORES as CERTIDÕES NEGATIVAS perante as RECEITAS MUNICIPAL, ESTADUAL e FEDERAL, considerando que essas empresas não podem ser prejudicadas por exigências totalmente abusivas, destacando que as obras contratadas foram fielmente executadas;

3.1 – O *periculum in mora*, por sua vez, se configura, *in casu*, pela possibilidade/certeza de “quebra” da impetrante e de suas consorciadas, possuindo inúmeros compromissos financeiros inadiáveis, os quais poderão configurar ato de falência, decretando a morte civil, considerando que a retenção abusiva dos valores ensejará no descumprimento das obrigações assumidas;

3.2 – Por sua vez, **inexiste** o *periculum in mora inverso*, eis que o ente Público Estadual não terá qualquer prejuízo com a liberação dos pagamentos da impetrante sem a PRÉVIA EXIGÊNCIA DAS referidas CERTIDÕES, o que, conclui-se, que a r. medida liminar que for concedida, não acarretará prejuízos, mas, sim, homenageará o Direito e a Justiça (além de possibilitar a própria manutenção da regularidade fiscal).

3.3 - Portanto, presentes que estão no caso todos os requisitos autorizadores da medida pleiteada, devendo, permissa vênica, ser a mesma imediatamente concedida, **determinando que a Impetrada se abstenha de exigir como CONDIÇÃO para o pagamento de valores devidos à Impetrante, pelos serviços efetivamente executados, a apresentação de CERTIDÃO NEGATIVA PERANTE AS RECEITAS MUNICIPAL, ESTADUAL e FEDERAL.**, até o julgamento final da presente demanda.

CUIABÁ - MT
R. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 618
QUILOMBO - CEP 78043-430
(65) 3027-1861 / 3027-2158

IV – DOS PEDIDOS

4 - **DIANTE DO EXPOSTO**, presentes os pressupostos ensejadores da proteção cautelar *initio litis*, quais sejam, a **relevância da fundamentação da impetração** (inobservância pela Impetrada dos princípios constitucionais e legais), e o **perigo da demora** (necessidade de cumprir os compromissos financeiros com os empregados e fornecedores, bem como evitar a falência da impetrante e de suas consorciadas), exigidos pelo art. 7º, II, da lei nº 1.533/51, **REQUER** a Vossa Excelência:

a) – a concessão de medida liminar, *initio litis*, *inaudita altera pars*, para o fim de **determinar que a Impetrada se abstenha de exigir como CONDIÇÃO para o pagamento dos valores devidos à Impetrante pelos serviços efetivamente executados, à apresentação de CERTIDÃO NEGATIVA PERANTE AS RECEITAS MUNICIPAL, ESTADUAL e FEDERAL.**, até o julgamento final da presente demanda.

b) – no ato da intimação da d. autoridade coatora, ou quem sua vez estiver fazendo, no endereço localizado no preâmbulo desta, da liminar que for concedida, suas **notificações**, para, querendo, prestar as **informações**, no prazo legal;

c) – a ouvida do d. representante do Ministério Público Estadual;

d) – a concessão definitiva da segurança, confirmando ao final, quando do julgamento de mérito, a r. medida liminar que for concedida, declarando esse d. Juízo, a **ilegalidade e arbitrariedade dos atos praticados pela**

CUIABÁ - MT
R. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 618
QUILOMBO - CEP 78043-430
(65) 3027-1861 / 3027-2158

Impetrada, em especial, pela imposição como **CONDIÇÃO** para o pagamento de valores devidos à impetrante pelos serviços efetivamente executados, a apresentação de **CERTIDÃO NEGATIVA PERANTE AS RECEITAS MUNICIPAL, ESTADUAL e FEDERAL**, pelas razões consignadas no presente *mandamus*.

Dando à causa, para efeitos fiscais, o valor de R\$ 1.000,00
(mil reais).

Termos em que,
P. e A. Deferimento.

Cuiabá/MT, 14 de Junho de 2018.

JOSÉ CARLOS GUIMARÃES JUNIOR
OAB/MT 5959

RODRIGO AUGUSTO FAGUNDES TEIXEIRA
OAB/MT 11363

CUIABÁ - MT
R. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 618
QUILÔMBO - CEP 78043-430
(65) 3027-1861 / 3027-2158



Município de Tangará da Serra
Secretaria Municipal de Fazenda
Departamento de Fiscalização Tributária
Av. Brasil, Nº 2350, Jardim Europa, Cep: 78300-000 - Tangará da Serra - MT



Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e

Emissão (Horário de Brasília)
24/09/2018 17:59

Período de Competência
9/2018

Município de Prestação do Serviço
Barra do Bugres - MT

Reg. Especial Tributação
Nenhum

Natureza da Operação
Tributação fora do município de Tangará da Serra

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Razão Social
GUAXE CONSTRUTORA LTDA

CPF/CNPJ
02.837.996/0001-10

Inscrição Municipal
6583

Fone/Fax
(65)3311-7800

Simple Nacional
Não

Incentivador Cultural
Não

E-mail
nf@guaxeconstrutora.com.br

Endereço
AV LIONS INTERNACIONAL, 2700 W Bairro ZONA URBANA CEP 78300-000 Tangará da Serra - MT

TOMADOR DE SERVIÇOS

Razão Social
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E PAVIMENTACAO URBANA

CPF/CNPJ
03.507.415/0022-79

Inscrição Municipal
0

Fone/Fax

E-mail

Endereço
RUA EDGAR PRADO ARZE, 05 QUADRA 01 LOTE 05 SETOR A Bairro CPA CEP 78049-906 Cuiabá - MT

Código Tributação Município: 0702-Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

REAJUSTAMENTO DA 8ª MEDIÇÃO PROVISÓRIA DOS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO E MELHORAMENTO DE MEIO AMBIENTE - CREMA - MT, NA RODOVIA MT-246, TRECHO: ENTRº BR-163/364 (TREVO JANGADA - BARRA DO BUGRES), SUB-TRECHO: PONTE SOBRE O RIO CURRUPIRA - BARRA DO BUGRES, NUMA EXTENSÃO DE 45.245 KM, NOS MUNICÍPIOS DE BARRA DO BUGRES - JANGADA - ROSÁRIO DO OESTE-MT (TRECHO:02), OBJETO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 388/2.014/00/00-SETPU. NO PERÍODO DE 01/05/2018 A 31/07/2018. (PERÍODO ACUMULADO)

MATERIAIS (60%)R\$: 89.031,40
SERVIÇOS (40%)R\$: 59.354,26
TOTALR\$: 148.385,66

RETENÇÕES FEDERAIS

PIS (R\$)
0,00

COFINS (R\$)
0,00

INSS (R\$)
6.528,97

IR (R\$)
0,00

CSLL (R\$)
0,00

Outras Retenções (R\$)
0,00

VALORES

Valor dos Serviços (R\$)
148.385,66

Deduções (R\$)
89.031,40

Desconto Incondicionado (R\$)
0,00

Base de Cálculo (R\$)
59.354,26

Alíquota (%)
3,00

ISS (R\$)
1.780,63

ISS Retido (R\$)
0,00

Desconto Condicionado (R\$)
0,00

Valor Líquido (R\$)
141.856,69

Valor Total da Nota (R\$)
148.385,66

OUTRAS INFORMAÇÕES

TRIB. APROX.: R\$7.983,15 FEDERAL E R\$1.780,63 MUNICIPAL. FONTE: IBPT F3L1P3.



Município de Tangará da Serra

Secretaria Municipal de Fazenda

Departamento de Fiscalização Tributária

Av. Brasil, Nº 2350, Jardim Europa, Cep: 78300-000 - Tangará da Serra - MT



Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e

Emissão (Horário de Brasília)
24/09/2018 17:59

Período de Competência
9/2018

Município de Prestação do Serviço
Barra do Bugres - MT

Reg. Especial Tributação
Nenhum

Natureza da Operação
Tributação fora do município de Tangará da Serra

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Razão Social

GUAXE CONSTRUTORA LTDA

Inscrição Municipal
6583

Fone/Fax
(65)3311-7800

Simples Nacional
Não

Incentivador Cultural
Não

CPF/CNPJ

02.837.996/0001-10

E-mail

nf@guaxeconstrutora.com.br

Endereço

AV LIONS INTERNACIONAL, 2700 W Bairro ZONA URBANA CEP 78300-000 Tangará da Serra - MT

TOMADOR DE SERVIÇOS

Razão Social

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E PAVIMENTACAO URBANA

CPF/CNPJ

03.507.415/0022-79

Inscrição Municipal
0

Fone/Fax

E-mail

Endereço

RUA EDGAR PRADO ARZE, 05 QUADRA 01 LOTE 05 SETOR A Bairro CPA CEP 78049-906 Cuiabá - MT

Código Tributação Município: 0702-Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

REAJUSTAMENTO DA 8ª MEDIÇÃO PROVISÓRIA DOS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO E MELHORAMENTO DE MEIO AMBIENTE - CREMA - MT, NA RODOVIA MT-246, TRECHO: ENTRº BR-163/364 (TREVO JANGADA - BARRA DO BUGRES), SUB-TRECHO: PONTE SOBRE O RIO CURRUPIRA - BARRA DO BUGRES, NUMA EXTENSÃO DE 45.245 KM, NOS MUNICÍPIOS DE BARRA DO BUGRES - JANGADA - ROSÁRIO DO OESTE-MT (TRECHO:02), OBJETO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 388/2.014/00/00-SETPU. NO PERÍODO DE 01/05/2018 A 31/07/2018. (PERÍODO ACUMULADO)

MATERIAIS (60%)R\$: 89.031,40
SERVIÇOS (40%)R\$: 59.354,26
TOTAL.....R\$: 148.385,66

RETENÇÕES FEDERAIS

PIS (R\$)
0,00

COFINS (R\$)
0,00

INSS (R\$)
6.528,97

IR (R\$)
0,00

CSLL (R\$)
0,00

Outras Retenções (R\$)
0,00

VALORES

Valor dos Serviços (R\$)
148.385,66

Deduções (R\$)
89.031,40

Desconto Incondicionado (R\$)
0,00

Base de Cálculo (R\$)
59.354,26

Alíquota (%)
3,00

ISS (R\$)
1.780,63

ISS Retido (R\$)
0,00

Desconto Condicionado (R\$)
0,00

Valor Líquido (R\$)
141.856,69

Valor Total da Nota (R\$)
148.385,66

OUTRAS INFORMAÇÕES

TRIB. APROX.: R\$7.983,15 FEDERAL E R\$1.780,63 MUNICIPAL. FONTE: IBPT F3L1P3.



SOLICITAÇÃO DE PAGAMENTO

REMETENTE	Secretaria Adjunta de Obras	Nº da Solicitação	727/2018
DESTINATÁRIO	Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica - SAADS	Data	01/10/2018

Nome do credor	GUAXE CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM LTDA
Processo nº	462532/2018
Contrato/Convênio	388-2014
Referência	Reajustamento da 08ª Medição
Programa	PRODESTUR

Código	Elemento	OBRAS E INSTALACOES
51-009	Subelemento	Restauração de Rodovias Pavimentadas

Valor do Contrato / Convênio	R\$	18.540.312,52
Pago até esta data	R\$	6.018.365,27
Saldo do Contrato / Convênio	R\$	12.521.947,25

Nota de Empenho	Fonte	CBA	Valor desta programação
18.000.692-0	151	3482 - PRODESTUR	R\$ 148.385,66
			R\$ 148.385,66

Saldo atualizado do Contrato / Convênio	R\$	12.155.208,66
---	-----	---------------

Observações	Referente à execução dos serviços de implantação e Pavimentação de Rodovias, na Rodovia MT-246, Trecho: BR-163/364 (Trevo de Jangada) - Barra do Bugres.
-------------	--

Superintendência de Controle da
Execução de Obras - SUCEO

À Superintendência de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Em análise ao processo, autorizo lançamento no sistema FIPLAN, para cadastro da medição em status LIQUIDAÇÃO, e no momento oportuno serão atualizadas as certidões de regularidade fiscal da empresa para pagamento.

Marciane Prevedello Curvo
Secretária Adjunta de Administração Sistêmica
SAADS/SINFRA/MT

Autorizado:

Engº Marcos Catalano Correa
Secretário Adjunto de Obras
SAOB/SINFRA/MT



ATESTADO DE CONFORMIDADE P/ EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Processo nº: 462532 / 2018 Contrato nº: 388 / 2014

Vigência: _____ Empresa Contratada: Quorce

Resumo do Objeto: Respostamento da 08ª medição

Legislação de regência: Lei nº 8.666/1993.

N.	REQUISITO	SIM	NÃO	N/A	FLS
01.	A nota fiscal foi atestada pelo fiscal ou pela comissão de fiscalização designada?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Reprova processo
02.	A respeito da cláusula contratual – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, os documentos necessários foram juntados ao processo, como por exemplo: medição dos serviços, GFIP, comprovante de recolhimento do INSS, e etc.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Reprova processo
03.	O fiscal ou a comissão de fiscalização assinou a medição dos serviços?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Reprova processo
04.	No processo de medição/pagamento consta relatório fotográfico que demonstre a execução da obra ou serviço de engenharia?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Reprova processo
05.	Há comprovação e conferência pela fiscalização dos serviços executados?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Reprova processo
06.	Houve serviços apresentados na medição, porém não aprovados pela fiscalização?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
07.	Para a obra, existe contrato com empresa supervisora/Gerenciadora?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
08.	Se existe empresa supervisora/Gerenciadora, foi juntado relatório de supervisão dos serviços/obra?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
09.	Foi Apresentada Mídia Digital (CD/PENDRIVE) com as Fotos do Referido Relatório de Medição do contrato para ser registrado no Sistema Geo-Obras?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Reprova processo

Cuiabá, 01 de outubro de 2018.

Assinatura do responsável pelo preenchimento

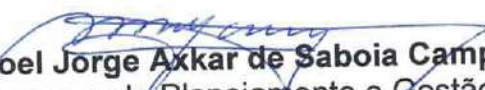
Silvio Pereira Rosa
Assessor Técnico III
SINFRA/MT

TRÂMITE DE PROCESSO



PROTOCOLO Nº	462532
EXERCÍCIO	2018
PARTE INTERESSADA	GUAXE CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM LTDA
CONTRATO	388/2014
ASSUNTO	REAJUSTAMENTO
UNIDADE DE DESTINO	CGEO - COORDENADORIA DE GESTÃO DO GEOBRAS
INFORMAÇÃO	ENCAMINHAMENTO DE PROCESSO PARA INSERÇÃO NO SISTEMA GEO-OBRA E POSTERIOR ENVIO À SAADS PARA AUTORIZAÇÃO DE LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

Cuiabá, 2 de outubro de 2018.


Manoel Jorge Axkar de Saboia Campos
Assessor de Planejamento e Gestão
Secretaria Adjunta de Obras – SAOB/SINFRA

Governo do
Mato Grosso

COORDENADORIA DE GEO-OBAS CGEO <cgeo@sinfra.mt.gov.br>

CGEO/SINFRA
38
F
Ass.

CADASTRO IC 388-14

2 de outubro de 2018, 17:12

COORDENADORIA DE GEO-OBAS CGEO <cgeo@sinfra.mt.gov.br>

Para: MARCIANE PREVEDELLO CURVO <marcianecurvo@sinfra.mt.gov.br>, JANAINA CRISTINA DA SILVA <janainasilva@sinfra.mt.gov.br>, CGFO - Coordenadoria de Gestão Financeira das Obras <cgfo@sefaz.mt.gov.br>, saoc@sefaz.mt.gov.br, Jessica Carolina Borges Bastos <jessicabastos@sinfra.mt.gov.br>
Cco: Cristiano Carvalho de Andrade <cristianoandrade@sinfra.mt.gov.br>

Boa tarde,

Conforme acordado em Nota Técnica nº 0062/2015 – SATE/SEFAZ, estabelecida pela Portaria nº 051/GSF/SEFAZ/2015, na data 15/04/2015, que regulamenta os procedimentos de gestão financeira.

Enviamos abaixo informações e seus respectivos anexos, solicitando o cadastro do contrato seguinte:

CÓDIGO DO CREDOR: 2003.01987-5

NOME DO CREDOR: Guaxe Construtora e Terraplenagem Ltda

CPF/CNPJ: 02.837.996/0001-10

IC: 388/2014 - 8º Medição Reajustamento

SUBCONTA: 218

EMPENHO: 25101000118000692-0

PROCESSO: 462532/2018

Att,

Fabio Yamamura Bueno

CGEO - Coordenadoria de Gestão do GEO-OBAS

SINFRA - MT

(65) 3613-6718



8º reajuste.xlsx

4786K

Obra/Serviço	Código: 28465	Inclusão: 18/10/2015
Contrato Nº/Ano-Obra: 388/2014-1	Valor Inicial: R\$ 15.098.120,17	
Tipo de Contratação: Vinculada a uma licitação	Prazo de Execução Inicial (dias): 720	Tipo do Objeto: Obra
Modalidade: Concorrência Pública	Nº/Ano: 030/2014	
BEM PÚBLICO: Rodovia MT-246, nos municípios de Barrado Bugres - Jangada - Rosário Oeste - MT e subtrecho: Ponte sobre o Rio Curupira - Barra do Bugres		

Objeto

Quantidade: 45,245 Unidade de Medida: km - Quilômetro

Permite registro fotográfico: Sim

Objeto: Seleção de empresa de engenharia - área civil rodoviária, para execução dos serviços de Conservação, Restauração e Melhoramento do Meio Ambiente - CREMA - MT, Rodovia MT-246, nos Municípios de Barra do Bugres - Jangada - Rosário Oeste - MT, e Sub-Trecho: Ponte s/ Rio Curupira - Barra do Bugres, numa extensão de 45,245 Km, Trecho 02.

Contratada

Razão Social: GUAXE CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM LTDA

Inclusão: 16/10/2015

Detalhes

Endereço da Obra:

Endereço: Conservação, Restauração e Melhoramento do Meio Ambiente

Bairro: MT-246

Cidade: BARRA DO BUGRES

CEP: 78.390-000

Dados Gerais:

Tipo de Serviço: Conservação

Tipo de Obra: Rodovia Pavimentada

Setor Beneficiário: Infra-estrutura e Transporte

Bem Público: Rodovia MT-246, nos municípios de Barrado Bugres - Jangada - Rosário Oeste - MT e subtrecho: Ponte sobre o Rio Curupira - Barra do Bugres

Origem de Recursos

Origem: Próprio

Valor Estimado: R\$ 27.263.997,93

Total Valor Estimado: R\$ 27.263.997,93

Inclusão: 16/10/2015

Localização

Latitude: S 15° 06' 48,31"

Longitude: W 57° 09' 16,15"

Descrição do ponto Geo-referenciado: Fim

Inclusão: 16/10/2015

Latitude: S 15° 08' 20,66"

Longitude: W 56° 49' 14,58"

Descrição do ponto Geo-referenciado: Início

Inclusão: 16/10/2015

Engenheiro de Fiscalização

Engenheiro: ALAOR ALVELOS ZEFERINO DE PAULA

Documentos de Engenharia Fiscalização

Tipo: ART do fiscal da Obra / Serviço

Nome: Alaor Alvelos Zeferino de Paula.pdf

Tamanho: 786,6 KB

Inclusão: 28/06/2018

Tipo: Portaria de nomeação do fiscal da Obra / Serviço

Nome: Portaria 2.pdf

Tamanho: 549,4 KB

Inclusão: 28/06/2018

Engenheiro: ANTONIO CARLOS TENUTA

Vínculo Profissional/Administração: Servidor(a) Efetivo(a)

Início Atividade: 01/10/2014

Inclusão: 16/10/2015

DESPACHO



À

Sr.ª Marciane Curvo.

Secretária Adjunta da Área Sistêmica.

Assunto: Medição inserida no GEO-OBRAS.

Encaminho o processo de medição de obras devidamente inserido no Sistema Geo-Obras, assim como o espelho do e-mail enviado a SEFAZ/MT para cadastro.

Atenciosamente,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Fabio Yamamura Bueno'.

Fabio Yamamura Bueno
Coordenador de Gestão de Geo-Obras
SINFRA/MT
COORDENADOR - GEO-OBRA/SINFRA

PROC Nº: 462532/2018

FLS.: 42 - -

DATA.: 02 / 10 / 2018

À
SUOF,

Em atenção ao documento que inaugura o presente processo, encaminho para conhecimento e liberação do pagamento da medição, por força de decisão judicial – folhas 10 a 32.

Autorizo pagamento da medição do período 01/05 a 31/07/2018, considerando que a decisão proferida determina que a SINFRA se abstenha em exigir como condição para pagamento dos valores devidos, a apresentação de certidões negativas de regularidade fiscal, perante as receitas Municipal, Estadual e Federal – fl. 17.

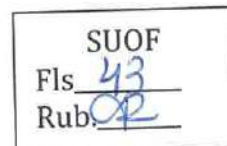
Diante do exposto, **autorizo** pagamento da medição nos termos da própria decisão judicial.

Eng.º Civil Marciano Prevedello Curvo
Secretaria Adjunta de Administração
SINFRA



MATO GROSSO. ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO.

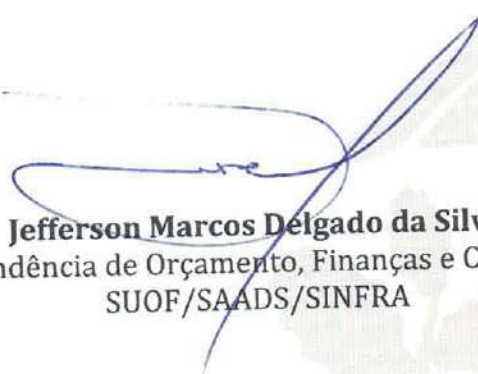
WWW.MT.GOV.BR



Processo nº 462532/2018
Data: 02/10/2018

À COFIN

Encaminho o presente, para providências de liquidação e pagamento.


Jefferson Marcos Delgado da Silva
Superintendência de Orçamento, Finanças e Contabilidade.
SUOF/SAADS/SINFRA

VIRTUTE

PLUSOI

COORDENADORIA FINANCEIRA

TERMO DE CONFORMIDADE DOCUMENTAL PARA PAGAMENTO

Empresa: <u>Guaxi Construtora</u>					
Processo: <u>462532/2018</u>		IC: <u>388-2014 (ajustamento 8ª medição)</u>			
Período da Despesa		Empenho:			
Produto/Serviço		Notas Fiscais:			
Nº	Quesito	Sim	Não	N/A	Página
1	O documento fiscal está atestado pelo fiscal do contrato? (Art. 67 da Lei nº 8.666/93).	X			
2	A nota fiscal de aquisição de bens patrimoniais móveis ou material de consumo registrada pela Gerência de Patrimônio? (Manual SIGPAT).			X	
3	Em caso de obras, as planilhas de Medição, Cronograma Físico Financeiro e Controle Financeiro foram apresentadas e atestadas pelo fiscal do contrato? (Art. 63, §2º, III da Lei nº 8666/93).	X			
4	Foi emitida a programação de pagamento indicando o nome do credor, processo, contrato/convênio/acordo/termo, objeto, valor do contrato, saldo do contrato, nº do empenho, fonte e valor do pagamento, de acordo com a nota fiscal, devidamente autorizado pelo Superintendente e Secretário Adjunto da área demandante da despesa?	X			
5	A Certidão Negativa ou Positiva de Débitos Fiscais com Efeito de Negativa da Fazenda Estadual, emitida pela SEFAZ-MT, para recebimento da Administração Pública, foi apresentada e está válida? (Decreto Estadual nº 8.199/2006).				
6	A Certidão Negativa da Procuradoria Geral do Estado foi apresentada e está válida? (Orientação Técnica CGE 011/2016).				
7	A Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União foi apresentada e está válida? (Decreto Estadual nº 8.199/2006).				
8	A Certidão de Regularidade do FGTS – CRF foi apresentada e está válida? (Decreto Estadual nº 8.199/2006).				
9	A Certidão Negativa ou Positiva de Débitos da Fazenda Municipal do local de domicílio do credor foi apresentada e está válida? (Decreto Estadual nº 8.199/2006).				
10	O documento de arrecadação municipal e comprovante de recolhimento foi apresentado? (Lei Estadual nº 10.162/2014 e Lei Complementar Federal nº 116/2003).				

Decisão Judicial

Decisão Judicial

Elaborado por:
Cristiano C. Andrade, Fernanda C. Alencar,
Fransuise A. Souza e Luciana Lima C. CamposAprovado por:
Jefferson Marcos Delgado da Silva

Data da última revisão:



AQS	AQUISIÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS	25101.0001.18.000751-1
Data do Doctº: 03/10/2018		COFINS/INFR.: 45
Órgão: 25 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística		Fis: 45
Unidade Orçamentária: 25101 - SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA		Ass: 45
Unidade Gestora: 25101.0001 - Geral		
Nº PED: 25101.0001.18.000819-0	Nº EMP: 25101.0001.18.000692-0	Nº ELI: 25101.0001.18.002078-1
Nº Protocolo: 252485/2015	Nº NOBLIST: *** **	Nº DOTLIST: *** **
Tipo de Despesa: Obras e Serviços de Engenharia		
Dotação Orçamentária: 17101.0001.23.695.185.3297.0800.449000000.151.1.1		
Elemento de Despesa: 51 - OBRAS E INSTALACOES		

COMPOSIÇÃO DO VALOR DO BEM POR GRUPO DE PATRIMÔNIO			
Grupo	Nome do Grupo de Patrimônio	Valor do Bem	Classificação do Bem
9.09	RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS PAVIMENTADAS	148.385,66	Bens de Uso Comum do Povo

Tipo de Doctº Fiscal: Nota Fiscal Eletrônica	Nº do Doctº Fiscal: 80	Data de Emissão: 24/09/2018
Código do Credor: 2003.01987-5	Credor: Guaxe Construtora e Terraplenagem Ltda	
CPF/CNPJ: 02.837.996/0001-10	Município UF: Tangará da Serra/MT	
Histórico: PROCESSO 462532/2018, IC 388/2014, referente 08º medição DE REAJUSTAMENTO período 01/05//2018 à 31/07/2018, (conforme o despacho de autorização de pagamento da pag 42), NF 80		
Valor da Aquisição: *** 148.385,66	CENTO E QUARENTA E OITO MIL E TREZENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E SESSENTA E SEIS CENTAVOS *** **	
Observação: Situação - Aquisição de Bens Patrimoniais (AQS) normal		

**Estado de Mato Grosso**FIPLAN - Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO ESTADUAL - SATE/SEFAZ

LIQ		LIQUIDACÃO		25101.0001.18.002218-1	
Nº EMP: 25101.0001.18.000692-0			Data do Docº: 03/10/2018		COFINS/INSS Fls: 42 Ass: JY
Nº PED: 25101.0001.18.000819-0			Data de pagamento: 03/10/2018		
Nº CAD:		Nº NOBLIST:		Nº DOTLIST:	
Órgão: 25 Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística					
Unidade Orçamentária: 25101 SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA					
Unidade Gestora: 25101.0001 Geral					
Data de Liberação: *** **		Liberador de Pagamento: *** **			
Liquidação Escritural: Não		Regularização: Não		Dotação Orçamentária: 17101.0001.23.695.185.3297.0800.449000000.151.1.1	
Elemento de Despesa: 51 - OBRAS E INSTALACOES		Elemento - Exercícios Anteriores: *** **			
Nº NEX: *** **					
Forma pagamento: Nota de Ordem Bancária (NOB)		Código Bancário: 03482.00000		Banco + Agência + C/C (débito Órgão): 001.3834.000000001042679-5	
Pagamento Disponibilidade RP: 001.3834.000000001042679-5		Valor Liquidação: *** 148.385,66		CENTO E QUARENTA E OITO MIL E TREZENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E SESENTA E SEIS CENTAVOS ***** *****	
Histórico: PROCESSO 462532/2018, IC 388/2014, referente 08ª medição DE REAJUSTAMENTO período 01/05/2018 à 31/07/2018, (conforme o despacho de autorização de pagamento da pag 42), NF 80					
Código do credor: 2003.01987-5		Credor: Guaxe Construtora e Terraplenagem Ltda			
CPF/CNPJ: 02.837.996/0001-10		Município UF: Tangará da Serra - MT		Nº Processo de Pagamento 252485/2015	
Forma de Recebimento: Crédito em conta corrente - Banco do Brasil					
Banco + Agência + C/C: 001.1321.000000000007613-9					

DADOS DA DIÁRIA

Nº OS: *** **	Data de Início da Viagem: *** **
	Data de Retorno da Viagem: *** **

CONTRATOS E CONVÊNIOS

Nº Contrato: 25101000000038814	Término da vigência: *** **
Nº Convênio: *** **	

CONTROLE DO SALDO A LIQUIDAR

Valor total do empenho (R\$) *** 3.000.000,00	Saldo a liquidar (R\$) *** 148.385,66	Esta liquidação (R\$) *** 148.385,66	Saldo a liquidar atual (R\$) *** 0,00
---	---	--	---

CONTROLE DE SALDO EM LIQUIDACÃO

Valor total do empenho (R\$) *** 3.000.000,00	Saldo em liquidação (R\$) *** 148.385,66	Esta liquidação (R\$) *** 148.385,66	Saldo em liquidação atual (R\$) *** 0,00
---	--	--	--


**Estado de Mato Grosso**FIPLAN - Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO ESTADUAL - SATE/SEFAZ

FIPLAN


NOB	NOTA DE ORDEM BANCÁRIA	25101.0001.18.005622-0
Data de Emissão: 03/10/2018		COFINS/INFRA
Nº NOBLIST:		Nº DOTLIST:
Unidade Orçamentária: 25101 - SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA		Fig: 47
Unidade Gestora: 0001 - Geral		Ass: 28
Código Bancário: 03482.00000	Banco + Agência + C/C: 001.3834.000000001042679-5	Regularização: Não
		Nº NEX : ***
SOLICITAMOS AO Banco do Brasil S/A CREDITAR AO(S) FAVORECIDO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), LEVANDO A DÉBITO DA CONTA Nº 001.3834.000000001042679-5.		
Código do Credor: 2003.01987-5		
Credor: Guaxe Construtora e Terraplenagem Ltda		
CPF/CNPJ: 02.837.996/0001-10		Município UF: Tangará da Serra MT
Nº EMP: 25101.0001.18.000692-0		Fonte de Recurso: 151
Nº LIQ: 25101.0001.18.002218-1		Tipo de OB: 32-CRED.BB C/Float
Nº Processo de Pagamento: 252485/2015		
NOB/Fatura Fato 54: Não		
Banco + Agência + C/C: 001.1321.000000000007613-9	Valor da Operação (R\$): *** 141.856,69	Valor por Extenso: CENTO E QUARENTA E UM MIL E OITOCENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E SESSENTA E NOVE CENTAVOS *** **
Os processos acima relacionados foram regularmente liquidados e encontra-se em condição de pagamento. Bruna Moraes Rodrigues Coordenadora Financeira Responsável pela Execução Financeira	Autorizo o Pagamento 006900 - Marciane Prevedello Curvo ORDENADOR DE DESPESA	
Observações: Situação da NOB: Nota de Ordem Bancária (NOB) Normal Indicativo de Transmissão: Documento eletrônico do Banco do Brasil		

DETALHAMENTOS FISCAIS DA LIQUIDAÇÃO				
Tipo de Documento	Nº do Documento	Data do Documento	Data de Atesto	Valor (R\$)
TOTAL DE DOCUMENTOS FISCAIS:				*** 0,00

1ª Via - INSS - 2ª Via - CONTRIBUINTE

 PREVIDÊNCIA SOCIAL MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS SECRETARIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA - SRP GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS		3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2640	
		4 - COMPETÊNCIA	09/2018	
		5 - IDENTIFICADOR	02.837.996/0001-10	
		6 - VALOR DO INSS	6.528,97	
1 - NOME OU RAZÃO SOCIAL / FONE / ENDEREÇO CNPJ 02.837.996/0001-10 GUAXE CONSTRUTORA LTDA AV LIONS INTERNACIONAL 2700 SETOR W F TANGARA DA SERRA MT CEP 78300-000		7 -		
		8 -		
		9 - VALOR OUTRAS ENTIDADES	0,00	
		10 - ATM/MULTA E JUROS	0,00	
2 - VENCIMENTO (Uso exclusivo INSS)		19/10/2018	11 - TOTAL	6.528,97
ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior ao estipulado em resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior deverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.				
AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA				

1ª Via - INSS - 2ª Via - CONTRIBUINTE

 PREVIDÊNCIA SOCIAL MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS SECRETARIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA - SRP GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS		3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2640	
		4 - COMPETÊNCIA	09/2018	
		5 - IDENTIFICADOR	02.837.996/0001-10	
		6 - VALOR DO INSS	6.528,97	
1 - NOME OU RAZÃO SOCIAL / FONE / ENDEREÇO CNPJ 02.837.996/0001-10 GUAXE CONSTRUTORA LTDA AV LIONS INTERNACIONAL 2700 SETOR W F TANGARA DA SERRA MT CEP 78300-000		7 -		
		8 -		
		9 - VALOR OUTRAS ENTIDADES	0,00	
		10 - ATM/MULTA E JUROS	0,00	
2 - VENCIMENTO (Uso exclusivo INSS)		19/10/2018	11 - TOTAL	6.528,97
ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior ao estipulado em resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior deverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.				
AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA				



NOB	NOTA DE ORDEM BANCÁRIA	25101.0001.18.005621-2
Data de Emissão: 03/10/2018		COFIN/SINFRA
Nº NOBLIST:		Nº DOTLIST:
Unidade Orçamentária: 25101 - SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA		Fis: 49
Unidade Gestora: 0001 - Geral		Ass: 28
Código Bancário: 03482.00000	Banco + Agência + C/C: 001.3834.000000001042679-5	Regularização: Não
		Nº NEX : ***
SOLICITAMOS AO Banco do Brasil S/A CREDITAR AO(S) FAVORECIDO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), LEVANDO A DÉBITO DA CONTA Nº 001.3834.000000001042679-5.		
Código do Credor: 1995.00850-0		
Credor: Instituto Nacional do Seguro Social		
CPF/CNPJ: 29.979.036/0001-40		Município UF: Brasília DF
Nº EMP: 25101.0001.18.000692-0		Fonte de Recurso: 151
LIQ: 25101.0001.18.002218-1		Tipo de OB: 39-FAT S/ BARRA
Nº Processo de Pagamento: 252485/2015		
NOB/Fatura Fato 54: Não		
Banco + Agência + C/C:	Valor da Operação (R\$): *** 6.528,97	Valor por Extenso: SEIS MIL E QUINHENTOS E VINTE E OITO REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS ***** ***** *****
Os processos acima relacionados foram regularmente liquidados e encontra-se em condição de pagamento. Bruna Moraes Rodrigues Coordenadora Financeira Responsável pela Execução Financeira		AUTORIZO O PAGAMENTO 006900 - Marciane Prevedello Curvo ORDENADOR DE DESPESA
Observações: Situação da NOB: Nota de Ordem Bancária (NOB) Normal Indicativo de Transmissão: Documento eletrônico do Banco do Brasil		

DETALHAMENTO DO PAGAMENTO DA FATURA - GPS (GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL).				
Tipo Fatura	Subtipo Fatura	Código de Barras / Código Identificador - CNPJ/CPF		Código da Receita do Tributo
Sem Código de Barras	GPS	02.837.996/0001-10		2640
Código de Identificação do Tributo	Mês/Ano Competência	Valor Previsto do Pagamento do INSS	Valor de Outras Entidades	Atualização Monetária:
2640	9/2018	6.528,97	0,00	0,00
Valor Total (R\$):		Valor Total por extenso:		
6.528,97		seis mil e quinhentos e vinte e oito reais e noventa e sete centavos		

TERMO DE CONFORMIDADE PARA ARQUIVO DE PROCESSO DE DESPESAS –
COFIN/SUOF/SAADS/SINFRA

VERIFICAÇÃO	SIM	NÃO	N/A
Os valores pagos estão de acordo com a programação de pagamento e o valor total das notas fiscais?	X		
Todos os documentos estão devidamente assinados?	X		
Os documentos estão anexados em ordem cronológica (Certidões, NLA, NOE, NEX, AQS, LIQ e NOB)?	X		
A NOB estornada está devidamente anexada ao processo? (FIP 005)			X
A NOB no processo foi transmitida e efetivada? (FIP 005)	X		
Foi confirmada a efetivação do pagamento pelo extrato da conta corrente bancária (Caixa Econômica Federal)?			X
A comprovação de quitação do ISSQN devido está anexada ao processo?			X
O processo está corretamente paginado?	X		
A capa do processo está em boas condições para arquivo?	X		

* Os processos de pagamento de convênios com prefeituras e de associações deverão ser enviados para a CCONC.

Observações: Decisão Judicial

Declaro que as pendências acima assinaladas foram devidamente regularizadas e o processo pode ser despachado para arquivo.

Cuiabá – MT, 17 / 01 / 2019

Nome: [assinatura]

Assinatura: [assinatura]